



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**O Turismo e a sua Contribuição na Manutenção e na
Preservação da Pesca Artesanal e da Cultura Tradicional na
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - RJ**

Celia Cristina Lapagesse Fabiano

Brasília, abril de 2011



CELIA CRISTINA LAPAGESSE FABIANO

**O Turismo e a sua Contribuição na Manutenção e na
Preservação da Pesca Artesanal e da Cultura Tradicional na
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - RJ**

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Turismo da
Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do
título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Neio Campos

Brasília, abril de 2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 990796.

F118t Fabiano, Celia Cristina Lapagesse.
O turismo e a sua contribuição na manutenção e na
preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional
na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo
- RJ / Celia Cristina Lapagesse Fabiano. -- 2011.
152 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, 2011.

Inclui bibliografia.

Orientação: Neio Campos.

1. Turismo - Rio de Janeiro (RJ). 2. Meio ambiente.
3. Turismo cultural. 4. Conservação da natureza.
I. Campos, Neio. II. Título.

CDU 338.482.2:502.36



CELIA CRISTINA LAPAGESSE FABIANO

O Turismo e a sua Contribuição na Manutenção e na
Preservação da Pesca Artesanal e da Cultura Tradicional na
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - RJ

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Doutor Neio Campos (CET/UnB)

Membro: Professora Doutora Iara Lúcia Gomes Brasileiro (CET/UnB)

Membro: Professora Doutora Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti (FCE/UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que ajudaram a construir este trabalho talvez seja a tarefa mais difícil de toda a dissertação. Foram inúmeros ensaios e rascunhos formulados que não se efetivaram. A maior dificuldade não é decidir quem incluir, mas decidir quem não mencionar. Todo trabalho acadêmico só é possível em função do esforço daqueles que nos precederam.

Foram muitos os amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram, e aos quais não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão. Meu maior agradecimento, entretanto, dirige-se a meus pais, que, apesar de ausentes nesse momento, são parte integrante da minha vida, pois demonstraram, com suas atitudes, a importância de construirmos nossos próprios valores e de sermos coerentes com eles.

Agradeço, em especial, ao meu orientador Dr. Neio Campos, que propiciou a fundamentação básica sem a qual este trabalho não teria sido escrito, e às professoras Iara Brasileiro e Izabel Zaneti, as quais participaram da minha banca de qualificação. Suas sugestões levaram a sucessivas revisões do texto, cujas eventuais falhas são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço, de forma muito carinhosa, ao meu marido, por partilhar suas experiências profissionais, que muito contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa; agradeço, ainda, aos meus filhos, por acreditarem na capacidade de realização deste trabalho.

Minha esperança é que, compensando o tempo e o esforço despendidos, algumas das idéias apresentadas aqui venham a colaborar para o enriquecimento individual daqueles que se interessam pelo tema.

RESUMO

As transformações ocorridas no ambiente da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, desde a sua implantação, bem como os conflitos entre nativos e prestadores de serviços turísticos, entre estes e pescadores artesanais, entre ambos e órgãos públicos, e entre órgãos públicos e usuários desse território, põem em risco a manutenção do ambiente natural e dos valores culturais da comunidade. Por outro lado, o turismo, como atividade capaz de promover o resgate cultural, a valorização das tradições locais e a manutenção dos recursos para as gerações futuras, não está cumprindo seu papel, sendo mais um instrumento de conflito, pondo em risco a manutenção da própria atividade; afinal, o turismo não acontece onde há desordem, conflitos e lutas de classes. O município de Arraial do Cabo, com pouco mais de 158 km² de território, é composto por áreas de relevante valor natural, histórico, arqueológico e geológico, sendo dotado de exuberante vegetação endêmica local de influência deste particular microclima. Nesse contexto, percebe-se a importância estratégica do mar e da sua utilização como vetor do desenvolvimento do turismo na localidade. O mar, simultaneamente, é fonte de vida para uma comunidade tradicional pesqueira reconhecida e beneficiada pela criação de uma unidade de conservação de uso sustentável. Na literatura científica do turismo, existem diversos estudos que enfatizam os impactos negativos advindos da prática dessa atividade. Acredita-se que isso ocorra quando o turismo não está alinhado às diretrizes traçadas pelas políticas públicas ambientais. Partindo-se do entendimento do turismo como fenômeno gerador de uma atividade econômica que obedece a regras de mercado capitalistas, impõe-se à sociedade o enorme desafio de criar condições favoráveis para o crescimento dessa atividade e para, ao mesmo tempo, produzir melhorias sociais e ambientais. Necessita-se apontar novos caminhos em direção a um turismo inclusivo, conforme preconiza o Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Nesse sentido, as políticas públicas de desenvolvimento do turismo local farão a diferença se forem capazes de determinar e de controlar as ações da iniciativa privada e suas práticas na localidade.

Palavras-chave: reserva extrativista; turismo sustentável; comunidades tradicionais.

ABSTRACT

Changes in the environment of the Marine Extractive Reserve of *Arraial do Cabo*, since its implementation, as well as conflicts between locals and tourism service providers, and among these and fishers, and between both government agencies and users of this territory, endanger the maintenance of the natural and cultural values of the community. On the other hand, tourism, as an activity that promotes the cultural rescue, recovery of local traditions and resource conservation for future generations, is not fulfilling its role, being more an instrument of conflict, endangering the maintenance of the activity itself; after all, tourism does not take place where there are disorder, conflicts and class struggles. The municipality of *Arraial do Cabo*, with just over 158 km² of territory, is composed of areas of significant natural, historical, archeological and geological value, and possesses a lush endemic local vegetation, which influences its particular microclimate. In this context, there is a strategic importance of the sea, and of its use as a vector of tourism development in the locality, as the sea consists of a source of life for a traditional fishing community recognized and benefited from the creation of a protected area for sustainable use. In the tourism literature, there are many studies that emphasize the negative impacts arising from the practice of this activity. This study argues that these negative impacts happen when tourism is not aligned with the guidelines set forth in public environmental policies. Based on the understanding of tourism as a phenomenon which generates economic activity following the rules of capitalist market, society faces the enormous challenge of creating favorable conditions for growth of this activity, and at the same time produces social and environmental improvements. New paths towards an inclusive tourism are needed, as recommended by the National Tourism Plan 2007/2010. It concludes that public policies towards tourism development will make a difference if they are able to determine and control the actions of private companies, and its practices in the locality.

Keywords: Marine Extractive Reserve; sustainable tourism; traditional communities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. TURISMO – UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR.....	17
1.1. TURISMO A PARTIR DE UMA VISÃO DE FENÔMENO.....	19
1.1.1. TURISMO COMO FENÔMENO QUE SE CONCRETIZA NO USO DO TERRITÓRIO.....	24
1.2. MUDANÇAS OCORRIDAS NO PERFIL DO TURISTA – TURISTA DO SÉCULO XXI.....	34
1.2.1. TURISMO DE MASSA – DEMOCRATIZAÇÃO DAS VIAGENS.....	37
1.2.2. O IMAGINÁRIO DO TURISTA E SEUS REFLEXOS NA LOCALIDADE.....	41
1.2.3. NOVAS TENDÊNCIAS DE SEGMENTAÇÃO DE MERCADO.....	49
1.2.4. TURISMO SUSTENTÁVEL.....	57
2. POLÍTICAS DE GOVERNO PARA O TURISMO E MEIO AMBIENTE.....	63
2.1. POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO 1994 – 2002.....	65
2.1.1. EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PNMT NO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO.....	67
2.1.2. OUTROS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO – RJ.....	70
2.2. POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO 2003-2010.....	73
2.3. POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC.....	80
3. TURISMO E O USO DO TERRITÓRIO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO.....	87
3.1. CONFLITOS E CONSENSOS NO USO DO TERRITÓRIO DA RESEX MAR DE ARRAIAL DO CABO – RJ.....	93
3.2. TURISMO, TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO.....	99
4. RESEX MAR DE ARRAIAL DO CABO – OBJETO DA ANÁLISE.....	108
4.1. TRADIÇÃO PESQUEIRA DOS CABISTAS.....	113
4.2. OS DIVERSOS OLHARES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE O TURISMO.....	124
CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXOS.....	143

INTRODUÇÃO

O turismo desperta as mais apaixonantes defesas e, ao mesmo tempo, as mais ardentes críticas. Por uns, é visto como a solução para os problemas nacionais; por outros, como o grande vilão da busca pela sustentabilidade nos destinos turísticos.

As necessidades motivadas pelos deslocamentos humanos rapidamente originam oportunidades de negócios que a lógica do capitalismo transforma em produtos turísticos. Nesse jogo acirrado, as aspirações humanas passam a ser exploradas, em grande parte, por empresas que se apropriam dos recursos naturais, dos espaços e da força de trabalho, promovendo desequilíbrios consideráveis, os quais se refletem diretamente na comunidade.

O turismo, segundo a abordagem teórica adotada nesta pesquisa, é compreendido como um fenômeno socioespacial que se manifesta no uso do território e que gera atividade econômica. A atividade econômica turística vem se consolidando, ao longo dos anos, como um setor dinâmico, impulsionado pelo aumento constante e expressivo dos fluxos mundiais de viagens¹. Como fenômeno, o turismo promove o encontro entre culturas diferentes, estimulando o crescimento individual e as transformações sociais.

O presente estudo apresenta, como recorte espacial, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, localizada no município de mesmo nome, na região de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro. A Reserva constitui Unidade de Conservação (UC) de interesse ecológico-social, abarcando uma faixa de três milhas² da costa, em direção ao mar, além de mais 10 km de área de entorno. Seu objetivo principal é garantir o sustento dos pescadores artesanais e preservar a flora e a fauna

¹ BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão*, 2007.

² A milha náutica é utilizada em navegação marítima e aérea, e é aplicada, principalmente, no direito internacional para a fixação das águas territoriais, das zonas econômicas exclusivas e de outras distâncias significativas. Uma milha equivale a 1.852 metros.

locais. Essa região é considerada um relevante centro brasileiro de alta biodiversidade, e está inserida no segundo polo receptivo de turismo do estado, denominado Região da Costa do Sol.

A justificativa desta pesquisa reside na tentativa de melhor compreender as relações existentes entre o mergulho, a implantação de uma unidade de conservação marinha de uso sustentável e o aumento do fluxo turístico dentro do território da referida UC. Analisa-se o desafio de fazer que o turismo seja desenvolvido de forma a promover a manutenção dos processos ecológicos, da diversidade sociocultural, dos conhecimentos tradicionais e da conservação da biodiversidade³.

Observa-se que o turismo, no meio marinho, obteve enorme impulso no mesmo período de criação dessa UC, pois se passou a utilizar seu território e seus recursos naturais para a prática de atividades náuticas e de mergulho autônomo.

Infelizmente, o crescimento do fluxo turístico, nas cidades e nos balneários, vem acompanhado de inúmeros problemas ambientais, sociais e econômicos que podem ser responsáveis pela estagnação e pela decadência desses destinos. Ao mesmo tempo, a criação de Unidades de Conservação gera relações novas entre atores locais, meio ambiente e gestão e uso do território. Essas relações novas podem oferecer alternativas saudáveis e sustentáveis para exploração do turismo, tomando-se, como inspiração, a cultura tradicional. Essas considerações aparecem como uma das motivações da presente pesquisa.

Outra justificativa para esta pesquisa diz respeito a sua relevância em apresentar subsídios que apontem para a necessidade de integração entre políticas públicas de turismo e de meio ambiente, objetivando, dessa forma, o cumprimento de diretrizes, de normas e de leis que assegurem a sustentabilidade da atividade de turismo em áreas protegidas.

³ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*, 2006, p. 9.

O objetivo geral desta dissertação é analisar como a atividade turística, em especial o mergulho autônomo, pode contribuir para a consolidação das diretrizes traçadas na implantação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, a partir das relações existentes entre a cultura da pesca artesanal e o turismo.

Os objetivos específicos são:

- Levantar o histórico de criação da Resex–Mar de Arraial do Cabo;
- Levantar o estado-da-arte da relação entre turismo e pesca artesanal;
- Identificar os interesses, os conflitos, os graus de cooperação e de respeito mútuo vigentes nas duas mais importantes atividades econômicas do município — a pesca e o turismo —, no uso do território da UC;
- Identificar comportamentos que caracterizem ações de confronto entre os atores e as ações propositivas;
- Identificar práticas materiais e simbólicas da pesca artesanal que tenham forte apelo turístico; e
- Identificar a relação entre os objetivos da UC e do turismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

A hipótese considerada é a de que as relações conflitantes existentes entre os agentes de turismo e os pescadores, no uso do território da UC em questão, derivam do desenvolvimento de um turismo indiferente à tradição pesqueira local. Além dos conflitos, verifica-se a falta de observância às regras e às medidas constantes no Plano de Utilização da UC, que foi elaborado de forma participativa, por representantes de ambos os setores, e aprovado em assembleia geral.

Utiliza-se, como metodologia, consulta em fontes secundárias, tendo, por base, o documento do Projeto de Criação da Resex Mar de A. do Cabo e o seu Plano de Utilização. Esses documentos possibilitaram o entendimento sobre o cenário no qual foi criada a UC, além dos principais fatores que motivaram a mobilização da comunidade e dos diversos setores em torno do projeto de criação da mesma. A partir

da leitura desses documentos, iniciou-se uma análise que subsidiou a escolha dos principais atores para a realização de entrevistas.

Durante cinco meses, aplicaram-se pesquisas qualitativas aos principais atores locais e externos que atuaram de forma decisiva nas questões relativas à temática; participaram, também, pesquisadores que desenvolveram trabalhos acadêmicos sobre o assunto. Os resultados das entrevistas são analisados no capítulo quatro.

Arraial do Cabo possui grande valor histórico-cultural, uma vez que foi palco de batalhas entre piratas, colonizadores e índios Tamoios no início da colonização brasileira, fato que enriquece o seu legado cultural. Acredita-se que Américo Vesúcio tenha aportado na praia da Rama, atual praia dos Anjos, em 1503, e que nesse mesmo local tenha sido rezada a primeira missa em pau-a-pique do Brasil, local onde hoje encontramos a igreja de Nossa Senhora dos Remédios.

Esse patrimônio, associado à exuberância natural do município e às facilidades advindas da melhoria nos acessos à região, culminou no aumento do número de visitantes provenientes de grandes centros urbanos, com fins de lazer e de recreação. O verão, em especial, é um momento vibrante e frenético no município em questão, permeando todas as relações sociais e influenciando o ritmo de vida da comunidade.

É nessa época, o verão, que a atividade turística torna-se mais presente e visível nas suas mais variadas formas de exploração. Surge uma ampla gama de serviços oferecidos aos visitantes, acarretando a expansão da oferta de empregos temporários e de serviços por conta própria. A circulação de renda favorece o comércio local, o qual se capitaliza. As famílias, por seu turno, amontoam-se em pequenos quartos no fundo de seus terrenos com o intuito de alugar seus imóveis para veranistas. Esses meses são ansiosamente aguardados por um segmento expressivo da sociedade. Percebe-se enorme aumento da movimentação de barcos, de escunas e de outros meios de transporte aquáticos.

Neste contexto, foi decretado, em 3 de janeiro de 1997, unidade de conservação de uso sustentável a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que apresenta, como característica peculiar, a sua implantação em área de domínio público, o ambiente marinho, que é intensivamente utilizado por diversos atores com fins de lazer, de recreação e de trabalho.

O turismo é abstrato, e se concretiza quando os viajantes entram em contato com os lugares (CORIOLANO, 2007, p. 19), o que não significa que a degradação causada por essa atividade não seja de responsabilidade de seus produtores e de seus consumidores.

Os conflitos existentes no interior dessa UC são enormes, e parece impossível atingir uma cogestão colaborativa com a participação dos diversos atores sociais em instâncias de poder decisório. Os órgãos de fiscalização parecem estar adormecidos; as autoridades competentes, anestesiadas. A desordem é evidente, e não é necessário desenvolver grandes estudos para se perceber que essa UC caminha a passos largos para a degradação ambiental e para o conseqüente declínio da atividade turística.

Nessa categoria de Unidade de Conservação, prevê-se que seu uso seja concedido às populações tradicionais por meio do Consórcio Real de Uso (CCDRU); esses povos tradicionais passam, dessa forma, a ter prioridade na prática de suas atividades econômicas extrativistas. Em outras palavras, a sociedade, em geral, perde alguns direitos de uso desse território, tendo de respeitar regras específicas que visem à manutenção das comunidades tradicionais, dos seus costumes e de suas formas de vida.

A atividade turística contemporânea estimula o consumo promovido pelos seus agentes, mas, simultaneamente, preconiza a busca da sustentabilidade nos destinos turísticos. Encontrar equilíbrio entre preservação socioambiental e interesses econômicos torna-se um desafio, principalmente quando se considera que essas são atribuições e competências de órgãos governamentais em diferentes esferas de poder decisório.

Em meados do século XX, as questões ambientais tornaram-se prioridade na pauta das discussões mundiais, e envolveram os líderes, os governantes e a sociedade em geral. O meio ambiente passou a ser responsabilidade de todos, porquanto, em uma visão macro, o planeta constitui a casa de todos. A partir da década de 1970, muitos encontros foram promovidos com a finalidade de encontrar soluções para amenizar o desgaste ambiental, o qual é consequência do uso indiscriminado de seus recursos. Em um desses encontros, o termo sustentabilidade foi cunhado: em 1983, no Relatório Brundtland. A ideia de sustentabilidade, entretanto, já existia anteriormente a esse documento, pois esteve presente durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, a qual ocorreu em Estocolmo, no ano de 1972.

Pensar em sustentabilidade significa manter, para as gerações futuras, a qualidade ambiental necessária para a manutenção da vida em condições satisfatórias. A sustentabilidade, no turismo, baseia-se no tripé⁴ sociocultural, ambiental e econômico, sobre o qual todas as atividades devem ser planejadas. Implica manter condições ambientais adequadas, viabilidade econômica e bem-estar social, com respeito ao homem e a sua cultura.

No Brasil, a luta de Chico Mendes⁵ resultou na criação de áreas protegidas específicas que garantissem os recursos naturais para as comunidades extrativistas, situando o ser humano como elemento da natureza e, como ela, devendo também ser protegido. A lógica de que o ambiente natural deve permanecer intacto e intangível rendeu-se à necessidade premente de se respeitar as demandas humanas de sobrevivência e as formas primitivas e rudimentares de se sustentar; surgiram no

⁴ BRASIL. Ministério do Turismo. *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional*, 2008, p. 30.

⁵ Chico Mendes liderou os seringueiros amazônicos na luta pela criação de áreas protegidas que garantissem a manutenção de suas atividades extrativistas. Assassinado, ganhou notoriedade em função da sua luta pela preservação da floresta e dos povos que dela tiram seu sustento. Viveu em Xapuri, Acre.

Brasil, dessa forma, as primeiras unidades de conservação, denominadas reservas extrativistas, mais especificamente na Amazônia.

A complexidade do turismo e de suas interferências dentro do território da Reserva Extrativista Marinha de A. do Cabo conduzem à reflexão acerca da capacidade do turismo de ser incrementado em bases sustentáveis, tanto para as comunidades, quanto para o próprio destino turístico, e, dessa forma, de poder contribuir para um desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

A fim de contextualizar e de consolidar essas reflexões, esta dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, elabora-se uma revisão teórica considerando-se o turismo inserido em uma visão multidisciplinar, expondo as acepções mais utilizadas para compreender e para explicar o turismo e as novas tendências de segmentação com fins mercadológicos. O segundo capítulo contextualiza a evolução das políticas públicas de turismo e de meio ambiente, em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável. A partir do terceiro capítulo, incluindo o quarto, analisa-se o processo de uso do território da Unidade de Conservação de Uso Sustentável Reserva Extrativista Marinha de A. do Cabo — objeto da pesquisa — pela atividade turística. Essa UC foi decretada após ampla discussão com a sociedade e com órgãos governamentais, como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a prefeitura e o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), discussões essas que foram iniciadas dois anos antes de sua criação, em 1995. Um dos principais objetivos da Reserva é garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis para as populações extrativistas que vivem da pesca e da aquicultura na localidade.

Os resultados aqui apresentados são fruto de pesquisas de observação participante assistemáticas, as quais se iniciaram em 1998, em decorrência da atuação junto à Secretaria de Turismo de Arraial do Cabo, como Diretor de Turismo e como representante do município nas Oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Naquela época, as políticas públicas de turismo já buscavam a descentralização da gestão, colocando o município como responsável pelo processo de desenvolvimento do turismo local. Nesse sentido, o PNMT demonstrou a viabilidade de se organizar os atores locais, compartilhando responsabilidades e buscando soluções para seus principais problemas estruturais que dificultavam o fomento dessa atividade em suas localidades. Durante as oficinas do PNMT, observou-se que o turismo era percebido pelos atores sociais sob o enfoque utilitário de gerador de renda e de empregos para a comunidade. Caberia ao poder público oferecer a infraestrutura necessária para que a iniciativa privada pudesse trabalhar com eficiência para o bem comum. As questões relativas ao uso do espaço, as interferências junto à comunidade, entre outras implicações, não eram prioridade nos debates.

A partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo e com o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, adota-se a estratégia de regionalização proposta pelo governo federal; no entanto, essa estratégia não possui uma definição clara sobre os métodos e sobre as técnicas para se atingir esse objetivo, o que foi revisto pelo PNT 2007-2010 que, além de garantir a continuidade das políticas públicas de turismo, insere, como meta número 3 (três), “estruturar sessenta e cinco destinos indutores com padrão de qualidade internacional”⁶.

Essa ação é resultado do diagnóstico apresentado nesse plano, o qual indica que, apesar dos avanços apresentados nos últimos anos, o turismo no Brasil ainda apresenta entraves ao seu desenvolvimento.

Os principais objetivos do PNT 2007-2010 são:

- Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;

⁶ BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão*, 2007, p. 52.

- Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e de renda, e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros; e
- Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional a fim de atrair divisas para o País.

Na região da Costa do Sol (Rio de Janeiro), à qual pertence o município de Arraial do Cabo, a cidade de Armação dos Búzios foi avaliada como destino indutor; entretanto, para o próximo PNT, Arraial será contemplado no Programa de Desenvolvimento de Destinos Turísticos.

Por fim, a conclusão apresenta um apanhado geral dos capítulos anteriores, retomando aspectos importantes e tecendo recomendações; sugerem-se, além disso, desdobramentos e reflexões futuras.

1. TURISMO – UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Nos últimos anos, o estudo do turismo tem se aprofundado, e seu conhecimento tem sido ampliado significativamente; entretanto, observa-se que grande parte da literatura sobre o tema enfatiza a compreensão do turismo dentro de uma visão em que seus benefícios e seus impactos são mensurados economicamente, sem a preocupação de aprofundar sua importância social, política, ecológica, cultural e educativa. O turismo constitui uma atividade capaz de movimentar inúmeras pessoas e de proporcionar o encontro das mais diversas culturas e etnias. As concepções econômicas não levam em consideração toda essa complexidade e diversidade.

A inexistência de metodologia própria e de investigação sistemática sobre o tema dificulta a delimitação da atividade turística para estudo, fazendo que a mesma seja analisada pela ótica de várias disciplinas e de suas metodologias.

A incipiente sistematização do estudo do turismo proporciona uma visão ampla e multidisciplinar do objeto de estudo, e permite, além disso, um maior aprofundamento do conhecimento da área. Por outro lado, esse fato suscita inúmeras interpretações divergentes, e não é o objetivo deste trabalho descrevê-las. Encontrar uma definição para o turismo não é tarefa fácil, pois uma de suas principais características é a de ser uma atividade multifacetada e multidimensional.

Sabe-se que o turismo constitui campo de estudos interdisciplinar e que necessita da contribuição das diversas áreas do saber, mas esse diálogo deve ocorrer de forma homogênea e sem a predominância de uma área sobre a outra; favorece-se, desse modo, o surgimento do turismo como uma nova área de estudo. A compartimentalização e o isolamento dos estudos existentes favorecem uma visão fragmentada e não contribuem para uma discussão multidisciplinar (FRATUCCI, 2008). Segundo os autores Panosso & Trigo (2010), em artigo intitulado *Indicadores de Cientificidade do Turismo no Brasil*, da revista *Turismo & Desenvolvimento*, v. 1, o Brasil avança no estudo científico do turismo:

O Brasil tornou-se um líder nas pesquisas em turismo na América Latina. Argentina e Chile também têm produção acadêmica em turismo, mas em termos de quantidade de livros publicados e de investigadores, são inferiores ao Brasil e México. Desde 1990 foram 34 editoras brasileiras que publicaram 493 livros de turismo. Sem dúvida uma quantia reduzida frente à importância do turismo mundial, todavia é o maior número de publicações de um país da América Latina. (PANOSSO & TRIGO, 2010, p. 392).

Mais adiante, ainda nesse mesmo artigo, em suas considerações finais, constatam que a produção científica em turismo tem se mostrado significativa, mas observam que os estudos se mostram “superficiais e repetitivos” (PANOSSO & TRIGO, 2010, p. 394) e que, para superar essas limitações teóricas, serão necessários muitos estudos.

Ainda nesse mesmo artigo, intitulado *Indicadores de Cientificidade do Turismo no Brasil* e mencionado nos parágrafos anteriores, Panosso & Trigo (2010) afirmam que a construção de um modelo, ou paradigma aceito por uma comunidade, dá-se de forma lenta:

Para exemplificar, Kuhn (2001) diz que, antes de Newton, todo cientista que fosse estudar a óptica física deveria construir seus fundamentos de estudo, pois ele não se sentia obrigado a aceitar um paradigma posto, uma vez que o mesmo ainda não existia, ou, se existia, não tinha grande aceitação por seus pares. Com o turismo ocorre quase o mesmo. Há algumas teorias, mas os pesquisadores não se sentem obrigados a aceitá-las, e então partem para estudos independentes a fim de formular seus próprios fundamentos. (PANOSSO & TRIGO, 2010, p. 391).

Relacionam alguns pontos fundamentais para aqueles que se aventuram na análise e nos estudos do turismo:

Turismo não é ciência no sentido estrito do termo, mas deve ser estudado com rigor científico. Saber a validade do conhecimento científico que está sendo usado como fundamento na pesquisa é fundamental para o investigador. O turismo deve ser estudado, na medida do possível, com o amparo das mais diversas disciplinas. Os aspectos que mais se destacam no turismo são os econômicos, mas a economia não deve se sobrepor às outras disciplinas no estudo do turismo. (PANOSSO & TRIGO, 2010, p. 396).

Não se pode ignorar que o turismo é um forte dinamizador da economia da localidade em que se instala; entretanto, como toda atividade antrópica, propicia benefícios e também gera impactos negativos que podem se refletir nas mudanças da dinâmica social. A transdisciplinaridade auxilia os estudos relativos à ação do turismo, favorecendo uma abordagem que contemple os diversos aspectos oriundos da própria complexidade de que se investe essa atividade.

É necessário entender o turismo como um fenômeno sociocultural com fortes implicações e interferências junto à localidade receptora, e não apenas no viés de um de seus fragmentos — o econômico —, como muitos avaliam. “A melhor forma de definir o turismo é utilizando o termo fenômeno, que significa a ação objetiva e intersubjetiva que se manifesta em si mesma, que pode ser apreendida pela consciência e que possui uma essência em si” (PANOSSO & TRIGO, 2005, p. 144).

Neste trabalho, pretende-se discutir as relações existentes entre a preservação da identidade local e a atividade turística já existente na localidade — com todas as suas interferências —, observando como o turismo pode contribuir para a manutenção da pesca artesanal e para a promoção da consolidação dos objetivos traçados na criação da UC, considerando-se o turismo como fenômeno social.

1.1 Turismo a partir de uma visão de fenômeno

Ao se buscar referências em outros autores para a definição do turismo, encontra-se em Cunha (2006) a seguinte conceituação: “o turismo deriva da noção de tempo livre que é o tempo não consagrado ao trabalho e que é um fenômeno

socioeconômico historicamente diferenciado, tendo uma relação direta com os lazes” (CUNHA, 2006, grifo meu).

Apesar da dimensão que o turismo vem tomando nos últimos tempos, e dos aspectos positivos relativos a ele, quando o propósito é a produção científica, torna-se relevante a abordagem discursiva escolhida, a qual orientará a formulação teórica. Ao se assumir o turismo como um fenômeno, para o desenvolvimento deste estudo, não se pretende atingir o consenso, mas identificar as preocupações quando da análise do objeto de estudo.

O próprio termo *fenômeno*, apesar de muito utilizado por diversos autores, merece reflexão no seu uso, conforme sugere Cunha (2006), citando o austríaco Herman von Schullern Schrattenhofen (1910), um dos primeiros autores a se preocupar com o estudo do turismo ainda no início do século XX: “turismo é o conjunto de todos os fenômenos, em primeiro lugar de ordem econômica, que se produzem pela chegada, a permanência e a partida de viajantes numa comuna...” (CUNHA, 2006, apud SCHULLERN, 1910). Percebe-se, no entanto, que já nessa época se observava a preocupação com o estudo do turismo ligado apenas a questões economicistas.

Utilizando-se a definição simplista encontrada no dicionário, pode-se observar que *fenômeno* tem diversos significados (MICHAELLIS, 2002):

1. Qualquer manifestação ou aparição material ou espiritual;
2. Tudo o que pode ser percebido pelos sentidos, ou seja, pela consciência;
3. Fato de natureza moral ou social regido por leis especiais;
4. Tudo o que é raro e surpreendente.

O termo *fenômeno*, para ser entendido e para poder ser aplicado nos estudos do turismo, precisa ser melhor compreendido, como afirmam Panosso & Trigo (2005) no livro *Filosofia do Turismo - Teoria e Epistemologia*, no qual os autores dedicam um capítulo inteiro aos mais diversos significados dos conceitos atribuídos ao termo *fenômeno*. Sugerem, ainda, que, no Brasil, acadêmicos e

professores, quando utilizassem a expressão, deveriam dedicar mais tempo para se aprofundarem na definição do termo a fim de utilizá-lo de forma adequada. Com relação a esse fato, os referidos autores relacionam as diversas definições à de Houaiss (2005):

1. Tudo o que se observa na natureza. 2. p.ext. fato ou evento de interesse científico, que pode ser descrito e explicado cientificamente. 3. FIL apreensão ilusória de um objeto, captado pela sensibilidade ou também reconhecido de maneira irrefletida pela consciência imediata, ambas incapazes de alcançar intelectualmente a sua essência. 4 p. ext. FIL no kantismo, objeto do conhecimento não em si mesmo, mas sempre na relação que estabelece com o sujeito humano que o conhece, e, portanto captado segundo a perspectiva das formas a priori de intuição (espaço e tempo) e categoria inatas do intelecto – p. opôs. A número. (HOUAISS, 2005, p. 101).

Continuando a reflexão sobre o significado de *fenômeno*, e citando outros autores e seus estudos:

Abbagnano explica que, para Husserl, fenômeno ‘não é o que aparece ou se manifesta ao homem em condições particulares, mas aquilo que aparece ou se manifesta em si mesmo, como é em si, na sua essência. [...] Segundo Edmund Husserl, citado por Moreira: ‘o primeiro e mais primitivo conceito de fenômeno referia-se à limitada esfera das realidades sensorialmente dadas, através das quais a natureza é evidenciada no perceber. O conceito foi estendido [...] para incluir qualquer espécie de coisa sensorialmente entendida ou objetivada. [...] Inclui então todas as formas pelas quais as coisas são dadas à consciência. Viu-se, finalmente, (que o conceito) inclui todo o domínio da consciência com todas as formas de estar consciente de algo e todos os constituintes que podem ser eminentemente mostrados como pertencentes a eles. Que o conceito incluía todas as formas de estar consciente de algo quer dizer que ele inclui também qualquer espécie de sentimento, desejo e vontade, com seu comportamento imanente. [...] Ainda Moreira oferece uma explanação sobre o que é o fenômeno no sentido husserliano: ‘começamos pelas percepções na consciência das realidades sensorialmente dadas. A própria palavra percepção está ligada às realidades atingidas através dos sentidos. Rotineiramente, embora nem sempre, entende-se por percepção o método complexo de obter dos nossos sentidos, e apreendendo essa informação na consciência. Em outras palavras, a percepção (nos seres humanos) indica o

processo pelo qual a estimulação sensorial é transformada em experiência organizada. Dado qualquer objeto no mundo ao nosso redor, objeto esse que nós percebemos através dos sentidos, fenômeno é a percepção desse objeto que se torna visível à nossa consciência. (PANOSSO & TRIGO, 2005, p. 102).

Mais adiante, Panosso & Trigo (2005, p. 102, apud MOREIRA, 2002) fazem uso de alguns exemplos e analogias de forma bem simples, a fim de facilitar a compreensão do conceito de fenômeno:

Para facilitar a compreensão, um exemplo também é dado por Moreira. Segundo ele, o monitor do computador que está diante de nós não é o fenômeno. O fenômeno seria a aparência de monitor que percebemos (ou seja, o dado que aprendemos) em nossa consciência. Não nos interessa o monitor como objeto físico, mas sim o monitor como percebido em nossa consciência. O que interessa é o fenômeno puro, assim a fenomenologia irá estudar a significação das vivências da consciência. [...] Outro exemplo pode ser este: quando o fenomenólogo pensa em caneta, ele não deve estar interessado em uma caneta específica, de determinada marca ou cor, mas na idéia universal de caneta. Essa idéia universal é compreendida por quem quer que seja que já tenha ouvido falar no objeto caneta. (PANOSSO & TRIGO, 2005, p. 65-103, apud MOREIRA, 2002).

Aproximando o conceito de fenômeno ao estudo do turismo, Panosso & Trigo (2005) afirmam que tudo gira em torno do fenômeno, que é o que possibilita o conhecimento humano, pois todo fenômeno pode ser um objeto de investigação, principalmente dentro das ciências sociais:

Assim, falar do fenômeno turístico significa dizer de uma ação que está acontecendo, que pode ser apreendida pela consciência e que tem uma essência em si. De outro modo, podemos dizer que quando alguém se refere ao fenômeno turístico deveria estar falando da manifestação de algo que suscita interesse científico e que pode ser estudado e analisado cientificamente. Mais especificamente, falar de fenômeno turístico é falar de algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é. Não podemos confundir esse mostrar a si mesmo com o termo aparência, que está relacionado com algo, com algum fenômeno, com o modo de aparecer de algum fenômeno. Assim, o fenômeno deve ser visto como o que se mostra e não com o que parece ser. O termo aparência tem sua estrutura mais ligada com o fato (o que aparece, o que parece ser) do que com o

fenômeno, aquilo que se mostra a si mesmo. (PANOSSO & TRIGO, 2005, p. 103).

Cunha (2006), por meio de um levantamento histórico, demonstra que a definição de turismo, como fenômeno, data de 1942, e foi proposta por Hunziker e Krapf, tornando-se aceita por peritos de turismo que eram membros da *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism* (AIEST). Nela, o turismo é definido como “um conjunto das relações e fenômenos originados pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocamentos e permanências não sejam utilizados para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária”. Complementando, Cunha (2006) reforça o conceito de turismo como fenômeno:

São estes aspectos recreativos, educativos e culturais que levam a considerar o turismo não apenas como fenômeno econômico, mas antes de tudo, como um fenômeno social que não estará evidenciado na definição de Hunziker e Krapf, embora as ‘relações e os fenômenos’ a que alude tanto possam ser de ordem econômica como social ou de outra natureza. (CUNHA, 2006, p. 19).

O turismo vem crescendo e se expandindo rapidamente, influenciando, dessa forma, as relações sociais. Esse crescimento, muitas vezes, resulta em impactos negativos, fruto da percepção unilateral no desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao fomento da atividade, e pela carência de estudos que examinem as relações implícitas entre os viajantes e as sociedades visitadas.

Esse deficiente conhecimento do turismo resulta em políticas inadequadas que a criação do Ministério do Turismo, em 2003, buscou minimizar. O fato de o turismo ainda não ser concebido como uma disciplina ou área científica faz que a atividade não tenha identidade e especificidades próprias. Como consequência, a promoção do desenvolvimento do turismo resume-se a “atribuir uma dimensão turística às políticas do ambiente, agricultura, do desenvolvimento regional, da cultura ou dos transportes” (CUNHA, 2006, p. 20). Dessa forma, “há políticas de

transporte nas quais se inclui uma perspectiva turística, como há uma política de ambiente na qual se deve cuidar do turismo, ou medidas para desenvolver a cultura nas quais se inclui o turismo” (CUNHA, 2006).

Na análise de Cunha (2006), o aprofundamento dos estudos do turismo está caminhando para se tornar uma disciplina distinta, com enfoque interdisciplinar, resultado da fusão da perspectiva de várias disciplinas (CUNHA, 2006, apud BONILLA *et al.*, 2004, p. 31). Desse modo, acredita-se que o aprofundamento dos estudos do turismo resulte em políticas adequadas que atendam às especificidades da atividade turística quando esta se materializa no uso do território, mitigando seus impactos negativos e potencializando as relações entre os visitantes e as sociedades visitadas.

1.1.1 Turismo como fenômeno que se concretiza no uso do território

O turismo é um fenômeno que se concretiza no uso do território. Se esse uso não se efetiva, não há turismo. Por essa razão, não se pode falar em desenvolvimento do turismo sem levar em consideração, ou, mesmo, refletir sobre sua ação no território.

A mudança de comportamento em relação ao turismo no Brasil, e, em grande parte, dos países considerados em desenvolvimento, deve-se à expectativa criada a respeito da atividade turística e a sua capacidade de reduzir as desigualdades sociais nos níveis local e regional.

Os recursos financeiros advindos do turismo favorecem a balança de pagamentos, em se tratando do turismo receptivo internacional, assemelhando-se às indústrias com fins de exportação e, como elas, influenciando de forma positiva a elevação da renda da comunidade receptora, seja de forma direta, por meio dos

empreendimentos que oferecem serviços aos turistas, seja de forma indireta, por meio dos recursos que giram na economia local.

Com relação ao turismo doméstico, seus efeitos favorecem a redistribuição de renda, proporcionando, para as regiões menos favorecidas financeiramente e mais abundantes de recursos naturais, paisagísticos e de forte apelo cultural, os recursos advindos de regiões economicamente mais fortes e menos favorecidas por ambientes aprazíveis:

Simultaneamente, o turismo interno passou a adquirir uma importância cada vez maior e, em alguns países, ultrapassou, em importância e em volume, o turismo internacional. Em consequência, os poderes públicos passaram a dar maior ênfase às políticas de desenvolvimento de equipamentos e de promoção susceptíveis de enquadrarem o turismo dos nacionais no interior dos seus territórios. (CUNHA, 2006, p. 48).

Cunha (2006) considera relevantes os aspectos que vão além dos valores econômicos que são exaustivamente enfatizados quando da implantação de políticas públicas para fomento da atividade:

A nível conceitual passou a enfatizar-se menos o papel econômico do turismo no qual se tinha, até então, insistido em excesso para, igualmente, se atribuir importância ao seu papel social, político, ecológico, cultural e educativo o que levou a passar a considerá-lo como uma das componentes essenciais da vida do homem. Deixou de ser unidimensional para passar a ser multidimensional, na medida em que responde a uma multiplicidade de necessidades humanas e não apenas à melhoria do bem-estar material. Os valores econômicos do turismo, sem deixar de estar presentes nas preocupações do seu desenvolvimento, foram relegados para um plano de menor evidência, dando lugar aos valores de identidade e valorização do homem. Reforçou-se, assim, o seu papel no desenvolvimento do homem assumindo a dimensão de fenômeno humano a par da dimensão econômica que já lhe havia sido reconhecida. (CUNHA, 2006, p. 48).

No Brasil, o *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão* propõe-se a ser um instrumento de planejamento e de gestão, recolocando o turismo como indutor de transformações sociais por meio da inclusão social. Essa inclusão pode ser alcançada por meio da inserção profissional, através dos programas

de qualificação profissional ou, ainda, através do fortalecimento do mercado interno, inserindo novos consumidores de produtos turísticos.

Por mais que sejam demonstrados os aspectos positivos para o indivíduo, em termos físicos e psicológicos, o turismo não é um produto essencial. Ele acontece quando todas as outras necessidades de sobrevivência do indivíduo foram atendidas. Dessa forma, o PNT 2007-2010, ao garantir o acesso de aposentados, de trabalhadores e de estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, cumpre um importante papel que vai além do incremento econômico: busca atender o indivíduo e, por conseguinte, a sociedade como um todo.

O processo de evolução das localidades receptoras tem sido explicado, principalmente, por meio do conceito de “ciclo de vida das destinações turísticas” (BUTLER, 1980). A construção dessa teoria foi referenciada em observações sobre localidades turísticas.

Butler (1980) demonstra, através de um gráfico, os diversos estágios de crescimento e de amadurecimento de um destino que denominou de o “ciclo de vida das destinações turísticas”. Esse ciclo compreende as fases de exploração, de investimento, de desenvolvimento, de consolidação, de estagnação, de declínio e, talvez, de rejuvenescimento.



Figura 1: Ciclo de Vida das Destinações Turísticas.

Fonte: Butler, 1980.

De modo geral, o turismo evolui desordenadamente; ele simplesmente acontece na comunidade, levando a processos de degradação ambiental e de desestruturação sociocultural, gerando problemas sociais e estruturais que afetam a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes. Em cada um dos estágios citados por Butler (1980), o que garante a manutenção do turismo é a qualidade do ambiente natural e sociocultural, e é essa qualidade que irá garantir a viabilidade futura dessa localidade como destino turístico.

Na prática, observa-se que as localidades sofrem com a especulação imobiliária, a qual gera aumento descontrolado nos valores dos imóveis e dos terrenos localizados junto à orla e na proximidade dos principais atrativos, fazendo que a população local migre para outras áreas menos nobres, ainda carentes de infraestrutura, muitas vezes compostas de vegetação natural e localizadas em encostas e restingas; inicia-se, desse modo, um processo desordenado de ocupação,

ambientalmente poluidor, com evidentes impactos negativos nos ambientes natural e sociocultural.

Krippendorf (2003) alerta para esse fato e sugere que medidas sejam tomadas para que o uso do território pelas comunidades seja garantido:

Um dos elementos essenciais na busca do desenvolvimento harmonioso reside na reivindicação segundo a qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação. (KRIPPENDORF, 2003, p. 191).

O turismo, sem dúvida, proporciona mudanças significativas na dinâmica socioespacial de uma determinada localidade, ao mesmo tempo em que exige uma adequação no espaço para que ele aconteça. Essas adequações exigem investimentos, muitas vezes proporcionados pelo setor público, recursos governamentais que poderiam atender outras áreas de efeito social mais imediato, como saúde e educação. Além disso, esses investimentos — custeados por recursos do Estado —, sendo direcionados para a implantação ou para a melhoria da infraestrutura na localidade com o intuito de atender um fluxo temporário, poderiam ser dimensionados para atingir um número bem menor de residentes.

Acrescenta-se a isso o fato de os investimentos, a fim de estimular a cadeia produtiva do turismo, poderem ser direcionados para incentivar outras atividades que não estejam inseridas na dinâmica social interna do destino turístico. Esse redirecionamento de recursos não implica que estes necessariamente produzirão efeitos positivos na localidade onde a atividade turística acontece, como demonstra Theobald (2002):

Em contraste com esses benefícios, é preciso ressaltar os custos econômicos envolvidos. Além da compra dos artigos importados necessários, da remuneração dos trabalhadores estrangeiros e das despesas no exterior feitas pelas companhias estrangeiras envolvidas durante as fases de construção e operação do empreendimento, nada disso trazendo benefícios para a população residente, o próprio país incorre internamente

em custos consideráveis. Para a sociedade, o custo real do emprego de recursos e fatores de produção em qualquer setor, inclusive a construção e operação de hotéis e outros serviços de turismo associados, é o valor da produção que poderia ter sido obtido com o uso desses mesmos recursos e fatores de produção em outros setores da economia. (THEOBALD, 2002, p. 99).

Theobald (2002) avalia os impactos negativos da atividade turística ao enfatizar os aspectos econômicos, relacionando os custos de oportunidade relativos aos investimentos direcionados para dinamização dessa atividade.

O autor menciona a questão da empregabilidade, na qual os serviços que demandam maior qualificação nem sempre encontram, na localidade, profissionais capacitados. Theobald (2002) considera, ainda, a necessidade que as localidades assumem de promover cursos de qualificação e de capacitação profissional a fim de preparar os locais para a inserção no mercado:

[...] uma vez que o capital e o trabalho qualificado raramente ou nunca são abundantes nos países em desenvolvimento, o incremento de uma indústria do turismo exige que uma parte desses recursos escassos seja desviada de seus usos alternativos. [...] Como é sabido, alguns fatores de produção poderiam ficar sem emprego se não fossem encaminhados para esse setor, e nesse caso o seu uso no turismo não envolve nenhum custo real para a sociedade; mas na maioria dos casos o custo de oportunidade se traduz no valor da produção perdido em outros setores. (THEOBALD, 2002).

Krippendorf (2003) constrói um relato sobre o que acontece na prática, em relação aos custos assumidos pelas localidades, quando da implantação de grandes empreendimentos turísticos provenientes, em sua maioria, de outras regiões economicamente mais favorecidas:

Pierre Lainé descreve da seguinte forma o esquema típico segundo o qual agem os promotores de turismo; Primeira Etapa: 'A Grande Companhia' – tal é o nome do promotor – assegura-se do poder de dispor do solo. Seus argumentos convencem. Eles fazem brilhar, junto à população local, as perspectivas de muitos empregos e ganhos elevados. Entretanto, os autóctones não poderiam por em marcha um desenvolvimento desse tipo sozinhos. A grande companhia consegue, finalmente, adquirir os terrenos

a preços irrisórios. Segunda Etapa: ‘A Grande Companhia persuade a comunidade a investir nela mesma e ‘prefinanciar’ a infraestrutura, isto é, as estradas, o abastecimento de água etc., ou então a dispor das instalações em questão à sua disposição e em condições favoráveis. A Companhia, por sua vez, zelará para que os negócios andem e que os clientes afluam. Assim, ela transfere os riscos para a comunidade em 100%. É o caso bem conhecido dos hotéis financiados pelos poderes públicos, em que o promotor só se ocupa da gestão, às vezes até com uma participação nos lucros e uma garantia contra os déficits. (KRIPPENDORF, 2003).

Verifica-se que, na maior parte das vezes, os cursos oferecidos à população a fim de prepará-la para exercer funções dentro da cadeia produtiva do turismo são custeados pelo poder público, e que raramente há participação da iniciativa privada. Mesmo assim, esses cursos não são suficientes para que sejam considerados satisfatórios por esses empreendimentos: “Quinta Etapa: A Grande Companhia assegura a gestão das instalações. Ela coloca pessoas vindas do exterior nas funções executivas, alegando que a localidade não dispõe de pessoal qualificado” (KRIPPENDORF, 2003, p. 78). O que se percebe é que, normalmente, mesmo com formação superior na área de turismo, a mão-de-obra local não tem acesso aos cargos executivos, obtendo, no máximo, funções de recepcionista ou de supervisor, na melhor das hipóteses.

Apesar das questões relativas à capacidade de empregabilidade no setor, pode-se notar que, nas localidades em que o turismo se desenvolve, um dos aspectos positivos para a localidade é maior preocupação com a busca da educação e da qualificação para o trabalho, necessidades impostas pelo mercado turístico. Essa busca constitui uma mola propulsora que movimenta as pessoas em direção à melhoria contínua do seu grau de instrução, impulsionando-as rumo à busca pelo domínio de outros idiomas, ampliando, dessa forma, seus próprios horizontes através do convívio com outras culturas, o que também favorece o aprendizado e possibilita um incremento no poder aquisitivo advindo da promoção social.

O convívio entre culturas diferentes pode ser estimulante para o crescimento individual, trazendo novas formas de percepção, desmistificando

preconceitos, impulsionando a descoberta do desconhecido, além de diversificar perspectivas e de ampliar a visão de mundo, principalmente entre os jovens.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade que o turismo traz de direcionar investimentos para infraestrutura básica, como a melhoria dos acessos, a ampliação de redes de saneamento e de águas pluviais, a melhoria dos transportes, da segurança pública e da coleta de lixo, entre tantas ações imprescindíveis e determinantes para a captação de fluxos turísticos. É também importante a possibilidade de diversificação e de aumento da oferta de serviços que podem ser usufruídos pela população local.

O turismo, como uma atividade dinâmica e complexa, surge sem que ações de planejamento sejam implementadas. Apresenta-se, na localidade, sem timidez, exigindo, do poder público, ações pontuais a fim de minimizar os impactos negativos e de maximizar os impactos positivos. Essas ações devem ser orientadas para curto, médio e longo prazos, a fim de que não comprometam a perenidade dos destinos turísticos. Essas ações podem tornar o poder público mais eficiente, menos invasivo, mais harmônico com o ambiente e a com a cultura local e, ainda, mais aceito junto à comunidade.

A falta de planejamento, observada nos municípios brasileiros caracterizados como municípios turísticos pelo Ministério do Turismo, é fator determinante para o rápido declínio de alguns e para a degradação ambiental e social de muitos outros.

A movimentação de grupos humanos com fins turísticos cria a necessidade de tomada de decisão nos três níveis de governo, impondo políticas adequadas de controle, de fiscalização e de implantação de infraestrutura que atendam ao volume gerado pelo fluxo turístico massivo, principalmente nos períodos de alta temporada.

O aumento na quantidade de resíduos produzidos pela população flutuante merece ações eficazes de controle, impondo sanções àqueles que não tomam os cuidados necessários. A imagem do destino como um todo deve obter atenção

especial. O uso do território pelo turismo deve ser feito de forma harmônica, pois a identidade local deve ser preservada a fim de que essa atividade não descaracterize o ambiente no qual atua:

O desenvolvimento excessivo e mal planejado do turismo afeta o ambiente físico e os destinos. Em muitas áreas a desenfreada exploração comercial do turismo resultou em hotéis feios, com projeto estrangeiro, que se imiscuem no ambiente cultural e cênico à volta deles. Nesses casos o projeto arquitetônico foi planejado para atender aos pretensos desejos dos visitantes e não para se harmonizar ao ambiente local. Mas os efeitos não são apenas cênicos, uma vez que o lixo e o esgoto desses empreendimentos freqüentemente são descartados sem tratamento e poluem os rios e os mares das áreas de férias. (KRIPPENDORF, 2003, p. 99).

O turismo transforma o destino no principal elo de sua cadeia produtiva passível de ser mercantilizado. Os destinos turísticos, quando inseridos no mercado, passam a fazer parte das prateleiras das operadoras e das agências de viagens; são oferecidos como mercadorias aos clientes, aos turistas potenciais. É preciso que haja uma atenção mais realista do governo para, dessa forma, criar políticas públicas que regulamentem as atividades das empresas e dos prestadores de serviços turísticos, buscando a qualidade dos produtos ofertados e, ao mesmo tempo, garantindo, às populações futuras, o ambiente preservado:

As Formas inferiores e mal concebidas de desenvolvimento do turismo também destroem ambientes naturais insubstituíveis, cujos benefícios reais e em longo prazo podem não ter sido adequadamente avaliados. Assim, por exemplo, pântanos e mangues, que se constituem em saídas para o controle de inundações e são também elementos básicos para as indústrias locais de pesca, foram drenados para criar marinas para turistas. Os recursos hídricos de que necessitam os proprietários rurais e os aldeões foram desviados para uso dos hotéis e para campos de golfe, e em algumas áreas montanhosas florestas foram derrubadas para formar declives, o que resultou muitas vezes em deslizamento de solo devido à erosão e, num caso recente, num desastre com perdas humanas e muitos prejuízos. (THEOBALD, 2002).

Krippendorf (2003, p. 99) faz uma reflexão a respeito do turismo nos países em desenvolvimento:

[...] Mas é em relação às viagens no Terceiro Mundo que as críticas se tornam mais veementes. Nos últimos anos, a inquietação face às graves consequências sociais e culturais do turismo dos ricos nos países dos pobres fez nascer um verdadeiro movimento antiturismo de porte mundial. Assim, vários jornais do Quênia criticaram duramente o comportamento dos turistas europeus nesse país do Leste da África. O *Sunday Standard*, que é publicado em Nairóbi, escrevia recentemente: ‘Os invasores de hoje não vem com canhões ou espadas. Eles vêm com a droga, o dinheiro e os costumes estrangeiros’. [...] O mesmo ocorre no Sri Lanka, onde as vozes se elevam contra os costumes livres e ofensivos dos turistas. O Ministério do Turismo exige que se tomem medidas severas contra os turistas, que chocam a população nativa com a prostituição, o consumo de drogas e o nudismo, entre outras coisas. É, sobretudo, o comportamento desrespeitoso dos turistas nos templos e nos pontos históricos que traz indignação à população. (KRIPPENDORF, 2003, p. 99-100).

O poder público local tem a enorme responsabilidade de evitar distorções oriundas do poder econômico, que visa a explorar a atividade turística de forma imediata e descomprometida com o destino turístico. “Já não basta que as autoridades locais promovam o desenvolvimento turístico dos seus territórios, é necessário também criar mecanismos que garantam o acompanhamento constante da sua evolução e do modo como se opera” (CUNHA, 2006, p. 56).

Assim como tudo o que se transforma em mercadoria, o turismo pode ser manipulado. O setor caracteriza-se pela formação de espaços controlados por megaoperadoras, por cadeias de hotéis e resorts e por aglomerados de companhias aéreas que, muitas vezes, criam barreiras para a entrada de novos produtos no mercado. Seus lucros são remetidos para fora, retornando para suas matrizes; com frequência, são empresas descompromissadas com as demandas locais e com o desenvolvimento sustentável do lugar.

1.2 Mudanças ocorridas no perfil do turista – Turista do século

XXI

O turismo é uma das formas mais eficientes de se fugir das pressões diárias, da falta de tempo para cultivar relações mais profundas ou, simplesmente, da necessidade de repor as energias, por meio do descanso, sem as limitações impostas pela vida cotidiana.

A sociedade mercantilizou esse descanso, tornando-o socialmente aceito e, mais que isso, necessário para a manutenção da saúde psíquica e física, proporcionando aos viajantes a justificativa necessária para que se sintam confortáveis e para que possam usufruir desses momentos de prazer sem a culpa da moral cristã capitalista, que condena o ócio e idolatra o trabalho.

Desenvolvimento do turismo social – a importância atribuída ao turismo como fator de compreensão e de recuperação da força do trabalho levou os Governos a encorajar as camadas economicamente mais débeis a passarem férias fora da sua residência habitual concedendo estímulos e apoios para a criação de equipamentos turísticos adequados. [...] Na generalidade dos países foram criados esquemas que passaram a permitir o acesso às férias de vastas camadas da população que doutro modo não poderiam participar no turismo. (CUNHA, 2006, p. 54).

Sem contrariar os padrões impostos, e adaptado às novas exigências surgidas após a Revolução Industrial, o turismo obteve um crescimento cada vez mais rápido e contínuo, favorecido, também, pelo desenvolvimento das tecnologias de transportes e de comunicações, que democratizaram a atividade e propiciaram que mais pessoas usufríssem dos seus benefícios:

Democratização – todas as camadas da população participam no turismo. De privilégio dos estratos da população mais abastada e dispondo do

tempo a seu bel-prazer, o turismo transformou-se no fenômeno que melhor caracteriza o modo de vida das sociedades industriais, o que é evidenciado pelo fato de 50 a 75% da população dos países industrializados partir para férias em cada ano e a propensão à viagem em alguns países atinge 80%. (CUNHA, 2006, p. 53, grifo do autor).

O crescimento do turismo foi interrompido pelas duas grandes Guerras Mundiais, que praticamente impossibilitaram a movimentação de pessoas com essa finalidade; entretanto, após a II Guerra Mundial, houve um grande impulso nessa atividade, que passa a ter características mais globalizadas e mais humanizadas, características essas que vão além da sua capacidade de gerar renda, mas que incorporam valores humanísticos — como a aproximação entre povos e etnias e o respeito às diferenças:

Planetarização – o turismo global, isto é, o conjunto dos movimentos, tanto nacionais como internacionais, estende-se por todo o mundo ignorando as fronteiras e dirigindo-se para todos os países de todos os continentes. O desenvolvimento do transporte aéreo, o embaratecimento e o acréscimo da segurança das viagens aéreas bem como o reconhecimento, pelos países receptores, da importância econômica do turismo, levando a facilitar as entradas de estrangeiros, transformaram o turismo numa atividade planetária sem fronteiras. [...] A maior parte da população que parte para férias mantém-se no interior dos respectivos países de residência, mas a crescente facilidade de viagens, as diferenças de preços entre os países receptores e emissores, a ânsia de conhecer novos povos e culturas diferentes e a procura do sol e mar, aumentaram o grau de internacionalização do turismo transformando-o numa das atividades com maior expressão em nível de transações mundiais. [...] Todos os países do mundo, de todos os quadrantes políticos e ideologias, qualquer que seja o grau do seu desenvolvimento econômico, passaram a encarar o turismo como uma fonte de riqueza, uma forma de valorização do homem e um instrumento de aproximação dos povos. (CUNHA, 2006, p. 54).

Confirmando essa tendência em relação ao turismo, Krippendorf (2003) avalia as novas relações resultantes do incremento da atividade turística, demonstrando que as mesmas exigem uma conduta diferenciada por parte dos agentes de turismo, não mais centrada nas questões econômicas, mas comprometida com as relações humanas e com o respeito ao meio ambiente:

[...]em outras palavras, uma política de turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte objetivo principal: assegurar a satisfação das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais no âmbito das instalações adequadas e em um meio ambiente intacto, levando em consideração os interesses autóctones. (KRIPPENDORF, 2003, p. 135).

Nos últimos anos, as concepções de desenvolvimento do turismo passaram a ter valores pautados pelas diretrizes traçadas para o desenvolvimento sustentável:

Em primeiro lugar, as concepções de desenvolvimento turístico, em contraponto às do passado, passaram a basear-se em conceitos como sustentabilidade, qualidade, diferenciação e diversidade que, não sendo novos, surgem, pela primeira vez, como referências e valores fundamentais do desenvolvimento. Ao mesmo tempo generaliza-se o reconhecimento de que aos residentes deve ser reservado um papel de protagonistas, nos processos de transformação turística das localidades em que vivem. (CUNHA, 2006, p. 55).

Dessa forma, o respeito ao meio ambiente, às manifestações culturais por parte da demanda, de um lado, e, de outro, à qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes por parte da oferta, criaram um ambiente favorável a movimentos de reorganização social e empresarial, resultando no surgimento de novos destinos turísticos e de novas modalidades de ofertas turísticas.

O Estado, entretanto, tem papel fundamental no posicionamento do ser humano como sustentáculo de novas políticas de turismo: “seria tanto ingênuo como perigoso crer em uma autorregulamentação do sistema” (KRIPPENDORF, 2003, p. 140).

A demanda representada pelo turismo pós-industrial tornou-se mais exigente e diversificada, buscando produtos que expressem autenticidade e coerência com a cultura, sempre em consonância com a capacidade dos ambientes de se recompor. Essa é uma situação impossível de se atingir por meio de um turismo

massificado, de larga escala, carente de infraestrutura específica que atenda a suas necessidades.

1.2.1 Turismo de massa – democratização das viagens

O surgimento do turismo de massa deveu-se, em parte, ao barateamento dos custos de transporte e à necessidade imperiosa do homem pós-revolução industrial de viajar.

Com o crescimento das cidades, ocorreram transformações significativas associadas às conquistas sociais, criando-se um ambiente propício ao desenvolvimento do turismo de massa. De acordo com Krippendorf (2003):

A sociedade humana, tão sedentária até recentemente, pôs-se em movimento. Hoje uma mobilidade frenética tomou conta da maioria dos habitantes das nações industriais. Aproveita-se de todas as oportunidades para viajar. Oportunidades de fugir ao cotidiano, com a maior frequência possível... Acima de tudo, não ficar em casa: viajar, a qualquer preço! (KRIPPENDORF, 2003, p. 13).

As viagens com fins de lazer e de educação, antes destinadas a poucos privilegiados, como os aristocratas e os seus descendentes, ganham mais e mais adeptos, os quais são beneficiados pelo aumento da renda, pela diminuição da carga horária de trabalho, pelas facilidades de financiamento e parcelamento oferecidas pelas agências de viagens e pela intensificação da concorrência entre destinos e entre companhias aéreas. Trata-se da democratização do turismo; consolida-se, dessa forma, o chamado turismo de massa.

Licínio Cunha (2006) elabora um estudo sobre a evolução da atividade turística, subdividindo-a em estágios, os quais denominou “geração”. A “primeira geração” caracteriza-se pelo período correspondente ao nascimento da atividade turística e aos seus primeiros passos de desenvolvimento. O autor considera o

nascimento a partir da movimentação dos estratos sociais mais elevados, caracterizado por ser um turismo mais elitista, que destinava aos seus consumidores um status diferenciado perante os demais. Esse conceito também é definido por Boyer (1999), que faz referência ao surgimento do turismo no século XVIII como uma forma de manter as honras da aristocracia inglesa, que se via ameaçada pelo surgimento da burguesia, conferindo-lhe uma característica de manutenção do *status quo* dessa dada elite:

O turismo nem sempre existiu. O fenômeno designado, na época romântica, por uma nova palavra, por um neologismo, decorre de Grand Tour, fenômeno original, nasceu e se desenvolveu na Inglaterra do século 18 que fez todas as Revoluções: industrial, agrícola, financeira. Acrescentemos a Revolução Turística; os aristocratas, os rendeiros da terra, que concentravam as honras, ameaçados de perder uma parte de seu poder em proveito da burguesia ascendente, entenderam distinguir-se ao exaltar os valores da gratuidade: a riqueza ociosa, uma cultura Greco-romana, jogos e esportes com regras complexas (o que desencorajava a imitação), viagens sem obrigação e para os jovens educados nos melhores colégios, a educação recebia seu acabamento com The Tour. Acompanhados de seus preceptores, munidos de guias, eles faziam o tour da Europa Ocidental. Na volta eram gentlemen; eles tinham o espírito cosmopolita; eram desprovidos de preconceitos. (BOYER, 1999, p. 39).

Nesse primeiro momento de surgimento do turismo como atividade organizada, os destinos eram pouco desenvolvidos, em função da pouca circulação de visitantes, o que gerava uma rudimentar organização empresarial. Viajar era, antes de tudo, uma grande aventura destinada a poucos, mas os *Grands Tours*, criados pelos ingleses, estimulavam o desejo de consumir lugares que até hoje são cobiçados, principalmente por aquelas camadas sociais intermediárias que se apropriam do lazer aristocrático para afirmar seu sucesso social:

Desde o século 18, o viajante de qualidade sabia o que desejava visitar: é obrigação do vivendum, do sightseeing. Diários de viagens, guias turísticos repetem as mesmas recomendações: assim se confirmam a preponderância de Roma, ponto final obrigatório, de Paris e de alguns locais, e a superioridade das Antiguidades Greco-romanas. A partir da época romântica, os viajantes, sem diminuir nada, acrescentaram a Suíça,

a Grécia, a Espanha, o Egito. A invenção dos lugares e das práticas do turismo, ainda elitista, é uma soma de histórias singulares. A mais antiga é a do termalismo mundano. Os britânicos inventaram em seguida a baldeação marítima e a temporada de inverno no sul da França, principalmente na Rivièra. (BOYER, 1999, p. 40).

Na “segunda geração” de Cunha, percebe-se um aumento no número de viajantes das camadas sociais menos privilegiadas, mas que detinham recursos suficientes para a empreitada. Nessa etapa, a atividade turística é orientada para uma exploração intensiva e pouco preocupada com as questões relativas à manutenção dos ecossistemas naturais e da cultura local. O meio ambiente era apenas fator de atração desses fluxos, o que resultou em uma oferta de serviços extremamente massificada, criada para atender um volume grande pessoas, tendo, como produto dominante, o sol e o mar, além de haver uma demanda passiva e pouco interessada nas questões ambientais ou culturais.

Surgem pacotes econômicos para multidões que não se importam em amontoar-se em praias superlotadas, em filas de brinquedos nos parques temáticos ou em teleféricos nas estações de esqui, ou, ainda, em suportarem filas intermináveis nos restaurantes próximos a pontos turísticos e a atrativos. Krippendorf faz uma análise sobre essa etapa do turismo: “Um especialista em comportamento faz notar a esse respeito que, se tais condições fossem impostas aos trabalhadores durante as horas de trabalho, os sindicatos interviriam” (KRIPPENDORF, 2003).

Se, por um lado, o turismo democratiza-se, abrindo espaço para que mais pessoas usufruam de seus benefícios, sejam elas turistas ou empreendedores, por outro, existem empresas que buscam minimizar custos e maximizar suas vendas, ampliando, dessa forma, sua lucratividade, intervindo de forma contundente no mercado, impondo condições que ameaçam a própria sustentabilidade da atividade turística na localidade onde elas atuam: “Expande-se a oferta e as organizações assumem maior dimensão, mas com forte dependência daquelas que controlam os mercados emissores [...]” (CUNHA, 2006, p. 57).

Como grande parte das empresas turísticas instaladas nas localidades é de micro e pequenas empresas que dependem de grandes operadores para captação dos fluxos turísticos, aquelas acabam cedendo às pressões nos seus preços, oferecendo valores abaixo do seu ponto de equilíbrio, e pondo em risco a manutenção dos seus próprios negócios. Isso, sem considerar a enorme pressão exercida nas áreas naturais e o impacto negativo sobre a infraestrutura.

A “terceira geração” apresenta a diversificação dos produtos turísticos, motivada pela segmentação do mercado e pela maior maturidade do consumidor, o qual tende a priorizar a qualidade e a buscar produtos diferenciados, influenciando, desse modo, a reorganização empresarial.

A “quarta geração”, mencionada por Cunha (2006), apresenta o consumidor turístico mais ciente dos seus direitos, ainda mais maduro e experiente, que escolhe o destino de acordo com suas expectativas. Por outro lado, os destinos estão mais propensos à flexibilização de seus produtos neste estágio, podendo atender a uma variedade de segmentos de procura (CUNHA, 2006, p. 57).

Atualmente, o turismo de massa tem sido percebido como o grande vilão dos destinos turísticos, como o causador da degradação do patrimônio natural e cultural, e como o consumidor voraz dos recursos. Atribui-se ao turismo de massa um papel menor, em que participam pessoas menos intelectualizadas e trabalhadores operacionais com menor função intelectual, os quais estão em busca de um lazer voltado aos prazeres imediatos. Não são poucas as vezes em que o turismo de massa é confundido com o turismo massificado e desorganizado e, algumas vezes, com o turismo social:

Lembremos as grandes etapas que levaram das invenções elitistas do fim do século 18 ao turismo de massa contemporâneo frequentemente apresentado como uma grande migração estival de cidadãos, fora das cidades, rumo ao campo – ou ao mar – ou às montanhas regeneradoras. Os turistas de massa eram percebidos então como consumidores da Natureza, devoradores de paisagens. A onda ecológica pós-1968 deu uma tonalidade – o verde – e uma exigência a este amor pela Natureza; a preocupação em

preservar e proteger tem fundamentos bem mais antigos. (BOYLER, 1999, p. 55).

Apesar dos impactos negativos óbvios causados pela movimentação de grande número de pessoas, o lazer é um direito legítimo das pessoas, não importando suas diversas classes sociais ou faixas etárias. Cabe ao Estado prever o uso adequado dos recursos, normatizando a atividade e exigindo, das empresas que atuam nesse ramo, o cumprimento das regras estabelecidas:

Dadas as condições da vida moderna, a utilidade e o atrativo das férias residem precisamente na capacidade de não ter nada de útil a fazer durante certo período. As férias são sinônimo de inutilidade, de non-sense. Em consequência, qualquer proposição que objetive tornar a viagem das massas mais útil deverá levar em conta estas realidades fundamentais, mas nem por isso excluir a multidão de turistas normais das medidas de melhoria do turismo. Muito pelo contrário: apenas tratando o turismo como fenômeno de massa e desenvolvendo a individualização e a humanização neste contexto poderá ser transposta uma etapa decisiva. (KRIPPENDORF, 2003, p. 180).

As transformações acontecerão quando o problema for encarado sem preconceitos: “devemos aceitar o turismo de massa como fenômeno de massa. Só conseguiremos suprimir as contradições inerentes ao turismo de massa praticando-o – em outro nível – e não tentando fugir ao mesmo” (KRIPPENDORF, 2003, p. 181).

1.2.2 O Imaginário do turista e seus reflexos na localidade

Infelizmente, no Brasil, a percepção do turismo como uma atividade que deva ser planejada e orientada por estudos e pesquisas é muito recente. Uma das ferramentas que poderiam auxiliar a definição do perfil do turista estrangeiro e nacional, assim como sua evolução através dos tempos, perdeu-se: a obrigatoriedade de uso da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), na década de 70.

Em todos os hotéis do Brasil, na década de 1970, a exigência de preenchimento da FNRH tinha, como objetivo central, tornar-se um instrumento de controle em uma época na qual o Estado caracterizava-se por ser centralizador e autoritário.

Essa ficha não foi utilizada necessariamente para alimentar um banco de dados com fins turísticos que pudesse ser aproveitado para futuras pesquisas na área. Uma das vias desse documento tinha de ser entregue à Polícia Federal; a outra, que poderia ter sido aproveitada em benefício de um turismo sustentável, era entregue à EMBRATUR. Infelizmente, não se tem notícia do destino desse material. Em 23 de abril de 2002, no entanto, foi criada a Deliberação Normativa 429, que promoveu alterações no Regulamento Geral dos Meios de Hospedagem e instituiu, mais uma vez, a obrigatoriedade de preenchimento da FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH).

As informações relativas a cada hóspede, constantes da FNRH, serão mantidas por um período mínimo de três meses e devem ser encaminhadas ao Ministério do Turismo, juntamente com o BOH, até o dia dez do mês seguinte ao de referência, por meios magnéticos, de acordo com o sistema oferecido pela EMBRATUR, ou através dos impressos utilizados.

No Brasil, baixaram-se sucessivos decretos e se criaram leis que, ora liberavam, ora restringiam a exploração do turismo. É o caso do Decreto n. 2.294/96, assinado pelo então Presidente José Sarney, o qual revogou a Lei n. 6505/77, tornando a atividade turística livre para ser explorada, salvo no que concerne às obrigações tributárias. Felizmente, esse decreto foi revogado pela Lei Geral do Turismo n. 11.771/08, que regulamenta algumas atividades turísticas e cria, entre outras coisas, a necessidade de cadastramento junto aos órgãos competentes de turismo.

A FNRH continha informações importantes, como a proveniência do turista, seu lugar de origem, o tempo de permanência, o motivo da viagem, a renda, a

estimativa de gastos, a faixa etária, enfim, dados que poderiam orientar ações de marketing e promover um turismo mais profissional e menos intuitivo.

Talvez a carência de informações, de estudos e de pesquisas que aprofundassem o conhecimento do turismo, nas suas mais diversas dimensões, tenha levado a ações que comprometeram — e que ainda comprometem — a imagem do Brasil no exterior. Verifica-se um excessivo apelo à beleza das brasileiras nas praias, e essa comunicação equivocada induzia a um turismo superficial: as manifestações culturais eram folclorizadas, e se dava ênfase a poucos atrativos naturais pré-selecionados, os quais eram, ao mesmo tempo, excessivamente explorados pela mídia. Os produtos consistiam em um roteiro em que se poderia ir de Foz do Iguaçu a Manaus em poucos dias, passando pelo Rio de Janeiro; a imagem do país resumia-se à tríade *futebol, samba e cadência das mulatas*.

Não considerar o valor e a necessidade de informações técnico-científicas foram equívocos do passado. Ações governamentais em nível federal, por meio do Ministério do Turismo, vêm tentando modificar esse quadro. O Plano Aquarela, por exemplo, teve a preocupação de buscar uma identidade brasileira mais pautada na diversidade cultural brasileira, nos aspectos naturais de grande variedade ecológica, na receptividade do povo brasileiro e nas suas características multiétnicas. Esse plano pretende superar descontinuidades oriundas do processo político, prevendo ações de longo prazo, as quais, em se tratando da consolidação de uma imagem nacional, não poderia ocorrer de outra maneira.

Na Alemanha, estudos com o intuito de conhecer o comportamento dos turistas e de suas motivações são realizados há mais tempo:

Diversas motivações permanecem no domínio do inconsciente ou do subconsciente e não podem vir à tona através de perguntas assim tão simples. Entretanto, em que pesem estas poucas observações críticas, os resultados obtidos pelas pesquisas sobre as motivações e os comportamentos turísticos são bastante reveladores. Eles indicam uma tendência generalizada e fornecem pontos de referência acerca de sua relevância. Fazem-se referência em especial às perguntas alemãs, tal fato se deve a várias razões. Na Alemanha, as motivações da viagem e

comportamento da população em férias são estudados cientificamente já há mais de vinte anos. Nenhum outro país dispõe de informações tão completas. Ademais, uma comparação a nível internacional demonstra que os hábitos do homem frente ao lazer móvel não diferem fundamentalmente de um país para outro. (KRIPPENDORF, 2003, p. 49).

Se se busca aproveitar as informações disponibilizadas pelos estudos e pelas pesquisas realizadas na Alemanha, já que, segundo o autor, os hábitos humanos assemelham-se, independentemente do país de origem, pode-se traçar um perfil mais aproximado do turista e de suas motivações. Segundo Krippendorf (2003, p. 49), têm-se os seguintes resultados à pergunta sobre o que motivou a viagem de férias (dados referentes ao ano de 1985):

- a) 64% - para desligar e relaxar;
- b) 57% - para fugir da vida diária, mudar de ambiente;
- c) 51% - para recuperar as forças;
- d) 40% - para estar em contato com a natureza;
- e) 40% - para termos tempo um com o outro;
- f) 35% - para comer bem;
- g) 34% - para ir de encontro ao sol e fugir o mal tempo;
- h) 34% - para estar com outras pessoas, ter companhia;
- i) 30% - ar puro, água limpa, para fugir do ambiente poluído.

As respostas poderiam incluir mais de um motivo para a realização da viagem, mas os resultados demonstram que, naquele momento, os turistas sentiam-se mais motivados às viagens que poderiam proporcionar experiências de lazer em ambientes naturais. Trata-se de um perfil mais voltado ao segmento que seria conhecido como 3S (Sun, Sea and Sand) (SMITH, 1989). As relações sociais com comunidades locais, as experiências étnicas e culturais, além das exigências de

qualidade que viessem ao encontro da sustentabilidade ecológica, não entraram como prioridades.

A literatura, até bem pouco tempo, tratava a atividade turística como uma ação genérica exercida por pessoas com os mesmos objetivos e finalidades. As características e as motivações que impulsionavam essas pessoas a se deslocarem, em viagens, para outras localidades muitas vezes distantes, não eram percebidas como objetos de estudo.

O processo de escolha dos destinos e os mecanismos que influenciam a decisão do turista são de extrema importância para aqueles que atuam no setor, pois visam nortear as ações de planejamento e de marketing, além de possibilitar ações inovadoras e de melhoria do produto turístico.

Conhecer as motivações que determinam a escolha de um determinado destino, entre tantos outros similares, é um diferencial competitivo que pode orientar a formatação do produto turístico e o perfil de turista que se deseja atrair. A dificuldade, entretanto, reside em avaliar os variados e numerosos componentes que influenciam a escolha do destino, como os acessos, os meios de transporte, o tipo de acomodação, os preços etc. Além desses, há os fatores individuais que determinam a escolha, e que não são facilmente identificados.

Os fatores visíveis, apesar de numerosos, são quantificáveis. O que torna essa avaliação realmente difícil é o fator determinante que impulsiona a realização da viagem, o qual não pode ser percebido de forma concreta, pois varia de indivíduo para indivíduo. Essas motivações, às vezes escondidas no inconsciente humano, podem ser totalmente desconhecidas, até mesmo por aqueles que as detêm.

Para realizar um deslocamento turístico, é preciso que exista um desejo, uma necessidade de evasão que se materialize na realização de uma viagem. As motivações para a viagem constituem um fator importante na distribuição e na segmentação da demanda turística.

A segmentação do mercado turístico determina o tempo de vida de um determinado destino, e conhecer mais profundamente os gostos e os anseios dos turistas auxilia na percepção da necessidade de inovação ou de manutenção dos objetos de desejo.

Certamente, estudos que auxiliem na percepção de uma tendência na escolha de um destino turístico favorecem a própria organização da localidade e da sua oferta turística, mas não se pode desconsiderar a individualidade humana. O homem não se torna outra pessoa, e tampouco modifica seus hábitos e pensamentos, porque viajou por alguns dias. Conforme dizia Fernando Pessoa, “quando alguém viaja, continua carregando a bagagem que é”. É o homem que dá significado aos fatos, aos fenômenos, ao turismo.

As pessoas em viagem, no papel de turistas, não se desprendem do seu cotidiano, dos seus hábitos e dos seus valores; esses itens fazem parte da lista de bagagem, e são carregados durante a viagem: “o ambiente estranho tem a função de uma decoração exótica. Não desejamos abandonar os nossos queridos hábitos, pois eles nos confortam” (KRIPPENDORF, 2003, p. 71). Mais adiante, o autor tece as seguintes considerações:

A motivação egocêntrica do turista determina outro aspecto característico do seu comportamento, através do qual a viagem tende a se tornar um fenômeno agressivo, abusivo e colonialista: ‘atenção, chegamos!’. Longe de casa, o turista se sente enfim livre, não precisa mais atentar para certas normas, pode fazer o que lhe aprouver, vestir-se, comer, gastar, fazer as bagunças que há tempos queria... pelo menos uma vez pode ‘revelar-se’ de verdade. Pouco importa o que os outros vão pensar... ele pagou, ou não. Assim um ambiente estranho muitas vezes atua como um liberador sobre o turista, o qual demonstra um comportamento que, em seu país, no meio familiar ou no trabalho, seria qualificado de muito incomum e sofreria sanções. Longe de suas casas, os turistas acham que são pessoas especiais e se comportam como tais. Eles destroçam o jugo das regras da vida cotidiana e nem sempre estão dispostos a se submeter às diversas normas vigorantes no país visitado. Eles se esquecem das boas maneiras [...]. (KRIPPENDORF, 2003, p. 640).

Essas considerações de Krippendorf, resultado da observação de suas pesquisas, aproximam-se das análises feitas por Cunha (2006), em relação às gerações do turismo, aproximando o perfil do turista encontrado por Krippendorf (2003) ao perfil do turista da 2ª geração de Cunha (2006, p. 58), cujas características se distinguem por:

- a) Predomínio da procura de ‘sol e mar’;
- b) Massificação: viagens estandardizadas;
- c) Monocultura da oferta;
- d) Expansão dos destinos sem grande concentração de infraestruturas e de equipamentos;
- e) Mercados Estruturados;
- f) Turistificação dos espaços;
- g) Concentração espacial com exploração intensiva dos recursos naturais;
- h) Expansão e multiplicação das organizações.

Possui grande importância, portanto, a autoimagem que o país quer que seja percebida no exterior. É essa imagem que entrará no imaginário do turista, podendo ser um forte captador de um turismo em consonância com os valores sociais, culturais e ecológicos que se quer transmitir.

Instalando-se a atividade turística em uma localidade ainda fragilmente constituída, com pouca infraestrutura, composta por minorias étnicas e ecossistemas frágeis, essa imagem percebida vai influenciar o comportamento do turista, e essa influência pode ser preponderante para a preservação dos espaços naturais e para a valorização e o enriquecimento da cultura local. Dessa maneira, transforma-se o

turismo em um parceiro na condução de medidas de proteção, resguardando, para as gerações futuras, um ambiente sustentável.

Não se pode esperar que essas ações ocorram de maneira espontânea, por parte das empresas turísticas ou mesmo dos turistas; elas devem ser resultado de uma política comprometida com a exploração do turismo de forma justa, tanto para o turista, quanto para a comunidade na qual ele ocorre.

O turista deixa um ambiente estressante do qual ele anseia fugir. Responsabilidade social talvez não seja sua maior preocupação nesse momento em que as motivações estão mais direcionadas ao descanso e ao lazer. Com frequência, as questões econômicas relacionadas ao menor preço fazem parte da sua decisão e podem influenciar a escolha de um destino. Questiona-se: se a manutenção desses espaços resultarem em preços poucos competitivos, até quanto os turistas estariam dispostos a pagar?

As empresas do setor turístico, principalmente aquelas multinacionais que operam no mundo inteiro, buscam aumentar a sua competitividade no mercado através de medidas nem sempre simpáticas ou corretas do ponto de vista ecológico ou social, a exemplo da redução do número de empregados de um empreendimento. Essa medida, nem sempre justa, é percebida como uma forma de aumentar a lucratividade da empresa, empenhada em se manter no mercado frente a uma concorrência cada vez mais acirrada. Outro exemplo é a introdução de novas tecnologias que aumentem a eficiência das empresas, mas que geram a substituição do elemento humano por máquinas e por equipamentos. Além desses fatores, grande parte das empresas, quando se instalam em uma localidade, trazem funcionários de seus países de origem, os quais já estariam adaptados aos procedimentos internos da empresa, evitando, desse modo os custos de treinamento da mão-de-obra local.

Estariam essas empresas dispostas a diminuir seus ganhos em favor das comunidades locais e do meio ambiente natural? O cenário mundial em que essas empresas atuam é buscar sempre a superação da concorrência através do aumento no

lucro; nesse cenário, a sustentabilidade ainda não é um fator de peso a ser considerado.

O turismo consiste em uma atividade sazonal, e o fluxo turístico é volúvel, facilmente influenciável por fatores externos e internos, com alto grau de competitividade. A cada dia surgem novos destinos estruturados para atender o turista nos seus mais variados desejos e expectativas, com diversificadas ofertas de serviços, de lazer e de entretenimento.

Existem aglomerados de empresas organizadas em redes com forte presença no mercado que influenciam esses fluxos com campanhas e preços promocionais. Atuar nesse mercado com responsabilidade social, visando à manutenção dos recursos naturais e culturais para as gerações futuras, constitui um desafio que deve ser enfrentado a fim de garantir a perenidade dos destinos turísticos.

Percebe-se que o Brasil custou a perceber que seus recursos naturais e culturais, sem infraestrutura adequada, não eram suficientes para transformar o país em um destino com alto grau de competitividade internacional.

O comprometimento do Estado é preponderante para estimular o setor, por meio de ações responsáveis e técnicas. Torna-se fundamental considerar as peculiaridades regionais, estimulando o trabalho de forma participativa, envolvendo todos os *stakeholders*, conforme preveem os Planos Nacionais de Turismo 2003–2010. É preciso muito profissionalismo para lidar com esse negócio, que, a cada ano, movimenta mais pessoas e recursos por todo o mundo.

1.2.3 Novas Tendências de Segmentação de Mercado

Os fatores que estimulam e que determinam as decisões de realizar uma viagem influenciam profundamente a manutenção e o desenvolvimento de um destino turístico. Diante disso, a segmentação da oferta turística surge como uma

estratégia de diferenciação do produto turístico de um destino, proporcionando, desse modo, identidade à oferta turística:

[...] segmentar o mercado é a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos. A segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas e da sua situação e estilo de vida, entre outros elementos. (BENI, 1998, p. 149).

A sociedade aprova o lazer, pois é ele que proporciona as condições necessárias para o retorno ao trabalho com mais vigor e disposição. A viagem também pode servir como uma constatação da situação de conforto em que vive o indivíduo, pois o viajante pode se dar conta de que não está em uma posição tão desfavorável: o local visitado pode ser agradável para se passar alguns dias de férias, mas não uma vida inteira de privações dos confortos oferecidos nos grandes centros industriais.

As motivações que levam as pessoas às viagens são as mais variadas. Pode-se citar algumas, como a necessidade urgente de fugir das atividades cotidianas ou do trabalho que oprime, ou, ainda, do local sufocante em que as pessoas vivem. Viajando, sentem-se livres e donas de si mesmas: “Os sociólogos comprovam: o ser humano que consegue mudar de ambiente e se desligar desenvolve, após experimentar a fugacidade do turismo, a necessidade de voltar à estabilidade benéfica do universo cotidiano” (KRIPPENDORF, 2003, apud BERNA, 1979, p. 54).

Mencionou-se que o turismo consiste em uma atividade em permanente crescimento e expansão, mas que, ao mesmo tempo, é suscetível às mudanças que ocorrem no mundo. As diversas motivações que impulsionam às viagens criam novos segmentos de mercado que são logo percebidos e absorvidos por grandes empresas que atuam no setor, muitas vezes lançando produtos que antecipam uma tendência e que fazem surgir, no mercado, as mais diferentes ofertas de serviços

para atender a uma clientela cada vez mais experiente, afeita a novidades e exigente com relação à qualidade do que está sendo oferecido:

[...] No entanto, Urry (1993) lembra que no mundo pós-moderno toda a experiência turística (assim como a cultural de uma forma geral) está marcada pela multiplicidade, pela diminuição das barreiras entre o erudito e o popular, entre o profano e o sagrado, entre a peregrinação e a distração. Transpondo as teorias sociais de Bourdieu para o campo do turismo, Urry identifica um novo tipo de turista, aquele pertencente à nova burguesia, os detentores de capital cultural, que não necessariamente tem dinheiro, mas exige qualidade na sua experiência turística. Este não admite as propostas massificadas, mas tampouco quer as elitizadas. (PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2009, p. 16).

Na academia, esses segmentos do turismo são subdivididos com o intuito de se criar uma sistematização que possibilite um estudo mais aprofundado do tema, o que gera novas modalidades de turismo e infindáveis classificações. No mercado turístico, a segmentação facilita as ações de marketing, conferindo, ao produto turístico, a valorização e a caracterização de diversos elementos que proveem identidade à oferta, indo, por conseguinte, ao encontro dos anseios e das peculiaridades da demanda.

Os autores Panosso Netto & Ansarah (2009) organizaram, com a colaboração de trinta e três autores bacharéis em turismo com título de doutores, uma obra voltada para o tema da segmentação do turismo: *Segmentação do Mercado Turístico – Estudos, Produtos e Perspectivas* (2009). Trata-se de uma obra atual que relaciona novos segmentos de mercado e aponta, com muita clareza, as possíveis formas e soluções encontradas por pesquisadores nacionais e internacionais para a segmentação e a tipologia do turismo.

Esse apanhado, realizado junto a pesquisadores que vêm dedicando seus trabalhos à compreensão do turismo, demonstra como o tema pode ser abrangente e instigante. No capítulo um de seu livro, Barreto e Rejowski (2005) fazem considerações epistemológicas sobre a segmentação de mercado e sobre as tipologias turísticas:

[...] a segmentação de mercado de modo geral, visa identificar: os motivos da viagem; a composição do grupo de viagem; o âmbito geográfico da viagem; o local da prática do turismo; o tipo de transporte e alojamento utilizado; a época e a duração da viagem; os serviços requeridos; as atividades desenvolvidas; o tipo de viagem; o grau de fidelidade do consumidor; os gastos; além das características do comprador como: nível de renda; características demográficas; econômicas geográficas; e psicográficas entre outras. (BARRETO e REJOWSKI, 2009, apud RABAHY, 2005).

O segmento, visto do lado da demanda, seja ela potencial ou real, refere-se às características comuns encontradas em grupos de pessoas que compartilham as mesmas necessidades, as mesmas características e têm os mesmos comportamentos e padrões de consumo.

Atualmente, observa-se que os agentes de turismo optam por diferenciar as diversas formas de turismo por meio da segmentação turística, direcionando seus produtos e esforços para atrair e para fidelizar o turista. Isso ocorre, também, no marketing, que necessita de um olhar mais apurado para suas análises. Verifica-se, ainda, o uso da segmentação turística por planejadores preocupados em instrumentalizar o destino para atender às demandas específicas, atingindo nichos de mercado que não são devidamente explorados por outros concorrentes.

Ainda no livro *Segmentações de Mercado* (2009), as autoras fazem um apanhado dos primeiros pesquisadores que se preocuparam com a questão da segmentação e das tipologias do turismo, iniciando suas reflexões a partir de 1970, quando a literatura da época ainda considerava o turismo e o turista como um todo homogêneo.

Esses pesquisadores basearam seus estudos no perfil de demanda, de acordo com características demográficas, geográficas, de gênero e de renda. Seus estudos são importantes e ajudam a entender o comportamento do turista, mas se tornam uma simplificação da realidade quando não consideram os interesses individuais. No livro, elencaram-se vinte e quatro novos segmentos de mercado,

segundo os próprios autores, e, para cada um desses segmentos, desenvolveram-se conceituações e análises.

Essas formas de se caracterizar o turismo constituem abstrações conceituais, formas de organizar a atividade para fins de estudos; são, além disso, percepções que auxiliam no planejamento, na promoção e na comercialização, mas que não garantem que ocorra, na prática, da maneira prevista.

A busca de novos produtos turísticos por consumidores ávidos por inovações tem levado a mudanças nas estratégias de comercialização, privilegiando a oferta segmentada, que visa oferecer experiências diferenciadas para os diversos perfis de turistas. Essa atuação no mercado, por parte dos agentes, produz benefícios que resultam em melhor desempenho, gerado pela redução dos custos e do esforço de venda, pois as ações passam a ser mais direcionadas.

Ainda na primeira parte do livro, no item que menciona os estudos e as aplicações, no Brasil, do tema, as autoras citam trabalhos desenvolvidos por autores nacionais, como Dóris Ruschmann, autora do livro *Marketing Turístico* (2001), que propõe a diversificação de critérios para a demanda turística, apoiando-se na teoria de LAGE (1992) e no seu artigo intitulado *Segmentação do mercado turístico* (1992). Ruschmann (2001) menciona inúmeros outros pesquisadores que buscaram a compreensão desse tema, demonstrando a relevância do mesmo, por parte dos pesquisadores em turismo, há algum tempo.

O turista é um indivíduo único, sujeito a estímulos diversos e a mudanças em seu comportamento causadas por alterações no humor ou no temperamento, o que pode levá-lo a ser incluído em mais de uma categoria, ou a passar de uma categoria a outra em uma mesma experiência turística. Além disso, suas experiências de vida podem torná-lo uma pessoa diferente, durante ou posteriormente à viagem, ou causar um efeito contrário: a consolidação de hábitos bastante enraizados.

Os turistas, quando tomam a decisão de viajar, buscam atender a múltiplas motivações, e não apenas a uma. Pesa muito, na escolha, a individualidade humana, a personalidade de cada um, suas experiências anteriores, seus padrões de vida, seu nível cultural e muitos outros fatores que foram analisados em tantas outras pesquisas. Crê-se, dessa forma, que o enquadramento rígido de um turista segundo suas características, desconsiderando sua individualidade e sua motivação inicial, em um segmento específico de mercado, selecionado a partir de uma dada conceituação escolhida, não é adequado ou suficiente para se determinar o perfil desse turista. Também se pode incorrer em equívocos quando há o propósito de determinar o perfil ideal de turista para determinado segmento de mercado; entretanto, a segmentação é importante na composição do produto turístico⁷.

Krippendorf (2003) optou por abordar duas formas de turismo, as quais ele denominou “férias em guetos” e “viagens alternativas”. Como exemplo do primeiro, faz referência aos complexos hoteleiros, como os *Clubs Méditerranée*, “que se parecem entre si e utilizam a beleza cênica dos ambientes onde se instalam apenas como decoração” (KRIPPENDORF, 2003), e que são voltados para o lazer, mantendo uma programação extensa de atividades para todos os gostos, fazendo, desse modo, que o hóspede permaneça dentro dos limites do hotel, não interagindo com a cultural local e com as suas peculiaridades. O autor ressalta, no entanto, que essa proposta é honesta, pois deixa bem claro o propósito dos mesmos e o que os clientes podem esperar.

Nesse sentido, a proposta dos *Clubs Meds* atrai pela transparência como é apresentada. Os turistas que optam por esse tipo de serviço não apresentam, necessariamente, características semelhantes no que concerne ao grau de instrução, à idade, ao sexo ou à origem. Esses turistas expressam um tipo de motivação que vai ao encontro do que esses clubes oferecem: muitos se hospedam para participar de

⁷ Produto Turístico: o Ministério do Turismo entende, por produto turístico, “o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010*, 2007, p. 17).

congraçamentos; outros adquirem um pacote de hospedagem por meio de viagens de incentivo. Algumas empresas organizam treinamentos empresariais dentro desses espaços; há, ainda, os grupos que enxergam a oportunidade de lazer a dois ou em família.

Quanto à segunda forma, que o autor denomina turismo alternativo, o mesmo se torna céptico e irônico:

Essa é a história de um ‘alternativo’, cansado da civilização que descobre uma encantadora ilha grega, isolada e habitada apenas pelos autóctones; os gregos lhe oferecem hospitalidade e ele passa um verão maravilhoso a preços baixos. Ele volta para a Europa Central, cinzenta com a chuva, e conta a história do sol, do vento e do mar. No verão seguinte, alguns de seus colegas vão até a ilha, saboreiam a doçura que é viver em tal lugar, pagam uma modesta pensão e falam alemão. Fazem reserva para o próximo ano e levam outros conhecidos, os gregos se apertam um pouco para poder alugar outros quartos, oferecem refeições mais adequadas aos estômagos estrangeiros e tratam de adquirir um fliperama. Um deles abandona a pesca para levar os turistas a passear pelo mar, outro transforma sua casa em pensão, outro importa coca-cola e goma de mascar do continente, um proíbe os filhos de brincar na praia e outro ainda, começa a tecer para os estrangeiros... No verão seguinte, já se pode fazer a reserva de casa, a ilha grega já consta dos catálogos, a aldeia de pescadores se tornou ‘destino’. (KRIPPENDORF, 2003, apud RENSCHER, 1982, p. 80).

Exageros à parte, esse é o caminho do turismo percebido por muitos pesquisadores, como Plog (1973), que, ao invés de atribuir um nome alternativo, como Krippendorf (2003), faz referência a esse grupo de turistas pioneiros como “alocêntricos” e, aos tradicionais, como “psicocêntricos”.

Stanley Plog, em 1973, elaborou um diagrama no qual utilizou dados demográficos para desenhar uma curva de demanda. Criou uma nomenclatura para definir os diferentes comportamentos, dos mais aventureiros, que designou “alocêntricos”, aos mais dependentes, que designou “psicocêntricos”; no centro, encontravam-se os de massa, designados “mesocêntricos”.

A teoria de Plog (1973), relacionada à de Butler (Ciclo de Vida das Destinações Turísticas) (1980) auxilia na percepção do que ocorre com muitos

destinos turísticos, quando são descobertos principalmente por celebridades; logo após a exposição na mídia, inicia-se um processo de ocupação por fluxos turísticos mais massificados. Às vezes, essa ocupação ocorre de forma muito mais rápida que a capacidade do destino tem de se planejar e de implantar ações que mitiguem os desgastes provocados nos níveis social e ecológico.

Talvez sem perceber, esses primeiros visitantes realmente sejam os responsáveis por colocar, nas prateleiras das agências de viagens, novos destinos turísticos que serão consumidos posteriormente por um número cada vez maior de visitantes, pondo em risco justamente aquilo que os atraiu e que os motivou a viajar.

As empresas que operam pacotes para os aventureiros e para os ecoturistas, aqueles que buscam um contato mais íntimo com a natureza ainda preservada, apressam-se em apresentar propostas atraentes em um ambiente natural e, muitas vezes, sensível, o qual pode não estar preparado para receber esse tipo de atividade, mas que atende às novas tendências de mercado. O turista, apesar de bem intencionado, muitas vezes participa desses produtos oferecidos pelas operadoras, sem verificar se as mesmas atendem as medidas de controle, de preservação e de manutenção de áreas naturais, o que, do contrário, poderá resultar em prejuízos para a localidade, seja através do uso inadequado de seus recursos, seja por meio do contato direto com os autóctones, influenciando seus hábitos e padrões de consumo:

Hoje, o turismo alternativo também se tornou um grande negócio comercial. Na Alemanha Federal, os estudos de mercado estimam já em um milhão de homens-férias que abandonaram o dolce farniente entre a chaise-longue, a piscina, o bar do hotel e querem realizar outros sonhos nas férias: ao invés do conforto, a aventura, o esforço físico, os calafrios, o espírito de grupo e o companheirismo. A última moda são as viagens de aventura. Esse mercado foi renovado pelas poderosas marcas de cigarro e também por todo um conjunto de agências especializadas. Até mesmo os catálogos dos grandes organismos de viagens concedem cada vez mais espaço para este item, no qual se encontra o tudo e o impossível. (KRIPPENDORF, 2003, p. 81).

Do turista não comprometido com a manutenção dos destinos turísticos, cuja motivação é, basicamente, o lazer despreocupado, ao turista mais responsável com os impactos negativos da sua presença no ambiente, os riscos que podem comprometer um destino e promover sua degradação são grandes. É muito difícil entender as reais motivações que impulsionaram o turista a conhecer certa localidade. Para maximizar os benefícios e minimizar os riscos, a presença do Estado e a implantação de políticas públicas condizentes com o desenvolvimento regional sustentável são fundamentais; sem essas políticas públicas, a própria manutenção da atividade turística não se sustenta. Utilizando-se de um dito popular, pode-se afirmar que, sem políticas públicas sustentáveis para o turismo, *mata-se a galinha dos ovos de ouro*.

Soma-se a isso o desconforto de perceber que o turismo, ao invés de proporcionar bem-estar e qualidade de vida às populações residentes, transforma suas vidas para pior.

As viagens proporcionam momentos em que várias formas de turismo se combinam em um mesmo serviço; portanto, qualquer que seja a tipologia adotada neste trabalho, a mesma servirá somente como referência para a maior compreensão do contexto em que se situa.

1.2.4 O turismo sustentável

No quarto capítulo de seu livro, Krippendorf (2003) formula conceitos que buscam caminhos que proporcionem um turismo bom para o visitante e bom para o residente: “o ideal seria um mundo em harmonia sendo cada parte um centro que não vive a expensas dos outros, mas de acordo com a natureza e solidário para com as gerações futuras” (KRIPPENDORF, 2003, p. 116). Dessa forma, sugere que turistas e agentes do turismo se organizem e modifiquem suas escalas de valores: “caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os

interessados – viajantes, viajados e empresas –, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis, sobretudo nos níveis ecológico e social” (KRIPPENDORF, 2003, p. 116).

Krippendorf (2003) propõe políticas menos centralizadas nas questões econômicas e mais voltadas às necessidades humanas para que o turismo sirva mais ao homem, não o contrário. Ele propõe uma reorientação das políticas de turismo; no entanto, ao mesmo tempo, enfatiza que essa mudança depende muito mais de uma pressão das bases, ou seja, dos turistas e dos autóctones, que propriamente daqueles que sobrevivem do setor: “a base é formada pelos viajantes e pelos viajados. Quando se recusarem a participar do jogo, quando não mais se deixarem dominar, somente então a política e a realidade sofrerão alterações” (KRIPPENDORF, 2003).

Em se tratando de uma atividade do setor de serviços que mexe com a economia, e que haveria muitos fatores contrários à mudança, o autor propõe mudanças sucessivas que evitem o imediatismo e que promovam a busca de uma “direção a tomar” saindo da inércia: “convém agir por pequenas etapas, a fim de criar os estados de fato, encorajando o desenvolvimento de um novo espírito, que, por sua vez, permita transpor a etapa seguinte” (KRIPPENDORF, 2003). Krippendorf (2003) assegura, ainda, que as mudanças devem ocorrer, simultaneamente, na sociedade e no indivíduo, pois, se um processo acontece sem o outro, perde a perenidade: “Mesmo uma nova lei não pode modificar nada, quando as pessoas não têm consciência do problema e não estão dispostas a agir. No caso inverso, as modificações realizadas em nível individual não podem manifestar todo o efeito se não forem acompanhadas de novas regras sociais aplicadas a todos” (KRIPPENDORF, 2003, p. 186).

A mudança individual é importante e necessária, bem como o *pensar globalmente e agir localmente*. Não se pode, nem se deve, abrir mão das conquistas sociais, mas valorizar o saber empírico e resgatar práticas que já demonstraram sua validade, pois resistem através dos tempos em equilíbrio com o meio ambiente. É necessário respeitar e considerar esses saberes acumulados, afastando uma conduta etnocêntrica e impositiva, enquanto planejadores e como turistas:

No mundo inteiro, os serviços turísticos se parecem com gotas d'água. Retoca-se o caráter local como se houvesse algo de que se envergonhar – acreditando estar agindo no interesse do cliente, adaptando a oferta turística aos gostos pretensamente uniformes dos turistas. Ninguém hesita em abandonar a própria cultura em prol da incultura de um turismo sem face, favorecendo, assim, a avançada internacional da 'coca-colonisation'. Esta é uma das razões pelas quais os locais de turismo tornaram-se intercambiáveis, e a concorrência, em consequência, mais encarniçada. (KRIPPENDORF, 2003, p. 196).

Krippendorf (2003) sugere a criação de uma OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) do turismo, ou seja, a criação de uma Organização que defendesse os interesses dos países destinos do terceiro mundo, fazendo frente às grandes operadoras “fabricantes de férias” e criando condições igualitárias que assegurassem uma troca equitativa entres visitantes e visitados.

A cultura local é singular. Saber interpretá-la, nas suas diversas formas, pode proporcionar experiências únicas e inesquecíveis, como produtos diferenciados dos demais e, dessa forma, mais competitivos: “os habitantes das regiões turísticas fariam prova de prudência ao tomar uma consciência mais acurada do próprio valor e permitir aos turistas maior acesso às riquezas da própria cultura” (KRIPPENDORF, 2003, p. 201).

O autor alerta, no entanto, que deve ser evitada a folclorização das manifestações culturais: “a concretização de uma política desta ordem parece um perigoso exercício de equilíbrio entre a autenticidade e o folclore pré-fabricado, entre o verdadeiro e o falso, entre a sinceridade e a hipocrisia” (KRIPPENDORF, 2003, p. 201); deve-se evitar, também, uma valorização excessiva que resulte em uma leitura equivocada, quase narcisista, do local turístico. É importante envolver o turista e despertar seu interesse de forma suave e hospitaleira.

Krippendorf (2003) percebe a volatibilidade dos fluxos turístico e a enorme dependência que se cria do exterior. O turismo depende de situações favoráveis para que aconteça, as quais não estão necessariamente sob seu controle, como as questões climáticas e as crises mundiais, sem mencionar a constante

sazonalidade que já faz parte dessa atividade; portanto, o turismo não deve ser encarado como uma *tábua de salvação*:

O Turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população hospedeira uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo sob a forma de lucros e empregos – que a mesma terá desejado, onde esta vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida. As implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidade sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da execução. Caberia promover-se uma grande diversificação econômica nas regiões turísticas, que confira ao desenvolvimento da agricultura, da silvicultura, das artes e ofícios, do artesanato, da pequena indústria e dos serviços não turísticos uma importância pelo menos equivalente ao turismo. [...] É preciso evitar, a qualquer preço, a monocultura turística, que não apenas é nefasta, como qualquer monocultura, mas igualmente perigosa. (KRIPPENDORF, 2003, p. 186).

Sabe-se que o turismo é uma atividade que produz demanda em outros fatores produtivos, estimulando setores econômicos, como agricultura, pesca, serviços, etc. Na medida que o turismo se integra a esses e a outros processos econômicos dentro da comunidade, processos esses que não estão diretamente vinculados às atividades de lazer, favorece o desenvolvimento local, colaborando com a própria manutenção da atividade e com a perenidade do destino turístico, que passa a ter seu crescimento estimulado, surgindo novas fontes de renda e de emprego:

À medida que o turismo se torna cada vez mais ligado a processos e agentes globais também se envolve cada vez mais com muitas atividades e processos não relacionados diretamente ao lazer, e só terá sucesso se seu desenvolvimento for integrado com esses processos. Embora o fracasso de um empreendimento turístico em nível global pela falta de integração seja uma infelicidade, o desenvolvimento do turismo em nível local que não seja adequadamente integrado às atividades e processos locais pode ser desastroso. (Butler & Hell, 1998, p. 100).

Na década de 1980, durante a Conferência Mundial de Turismo, nas Filipinas, diversas formas de desenvolvimento do turismo adotadas no mundo, foram

analisadas a fim de distinguir quais estratégias deveriam ser aplicadas para o desenvolvimento do turismo dentro de padrões recomendáveis:

A necessidade de desenvolver formas de turismo que favoreçam outros subsetores devendo ser bem integradas na economia nacional. O turismo, quer interno quer externo, tem importante papel a desempenhar a este respeito e torna-se necessário adotar metodologias que assegurem uma melhor utilização da contribuição econômica do turismo [...]; A atitude positiva do setor privado no que respeita à identificação das possibilidades do mercado e a sua exploração [...]; A responsabilidade dos poderes públicos em guiar, dirigir e supervisionar a indústria turística e de integrar o turismo no planeamento nacional do desenvolvimento econômico [...]; A tendência do turismo em promover alterações sociais rápidas, o que poderá, em certos casos, acelerar exageradamente o desenvolvimento social e ter repercussões negativas nas culturas autóctones. (CUNHA, 2006, p. 50).

O turismo tem a capacidade de promover a melhoria nas condições de vida da população local. Os resultados positivos deverão ser garantidos a partir da composição e da oferta de produtos que não causem impactos negativos no destino, maximizando suas ações positivas. Quando o termo sustentabilidade⁸ foi incluído no desenvolvimento do turismo, o foco central era a manutenção das qualidades percebidas no ambiente para as gerações futuras. Não se pensa mais em desenvolvimento a qualquer custo, da mesma forma que o perfil do turista não é mais o mesmo. Mais que nunca, os turistas estão atentos às práticas oferecidas pelos agentes turísticos quanto a se as mesmas se harmonizam com as questões relativas ao ambiente natural e às culturais locais.

Através da segmentação da oferta, pode-se ter uma visão clara dos tipos de turismo que são passíveis de exploração em determinada localidade a fim de, dessa forma, definir o padrão de uso do espaço pelos agentes turísticos. Deve-se impor limites e cuidados aos recursos naturais, além de respeito à comunidade local.

⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Desenvolvimento sustentável do turismo: uma compilação de boas práticas*. Madri: OMT, 2005.

Recomenda-se, também, estimular a educação ambiental dos visitantes e fazer uso de ferramentas que minimizem os impactos advindos da atividade. A Organização Mundial do Turismo (1999) define o turismo sustentável como aquele que satisfaz as necessidades dos turistas, ao mesmo tempo em que atende às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, sem pôr em risco a integridade dos ambientes naturais, da diversidade biológica e das manifestações culturais, preservando-os para as gerações futuras.

2. POLÍTICAS DE GOVERNO PARA O TURISMO E O MEIO AMBIENTE

Os poderes públicos devem garantir, por meio das políticas de planejamento do território, o controle, por parte da população local, das áreas destinadas aos diversos usos, inclusive das de uso turístico, evitando-se a especulação imobiliária, entre outras formas de impacto negativo, na comunidade receptora.

O crescimento e o desenvolvimento do turismo em uma localidade impõem um uso do solo que, na maioria das vezes, desfavorece os nativos. É papel dos governos federal, estadual e municipal garantir áreas para expansão urbana e turística, ao mesmo tempo em que devem assegurar que essa expansão não ocorra na totalidade do território. Constitui papel dessas esferas impedir que praias sejam privatizadas, que os costões sejam ocupados, que os caminhos tradicionais utilizados pelas comunidades sejam privatizados, bem como impedir que áreas de relevante interesse ambiental sejam desrespeitadas.

Assegurar-se-iam, dessa forma, condições de qualidade de vida desejáveis para os residentes, bem como para os visitantes, indo de encontro a um desenvolvimento sustentável em locais de forte vocação turística, conforme prevê a Lei n. 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Esse plano visa a orientar a utilização dos recursos na Zona Costeira, elevando a qualidade de vida da população e a proteção de seu patrimônio:

Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. § 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo. § 2º. A regulamentação desta lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar. § 3º. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o

limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece outro ecossistema. (Lei n. 7.661/1998).

A implantação de grandes empreendimentos turísticos deve garantir a geração de empregos diretos para a comunidade local. Normalmente, alega-se falta de escolaridade ou de capacitação para a ocupação de determinados cargos e funções nas empresas turísticas, relegando os residentes a empregos de baixa qualificação e, por consequência, de baixa remuneração; aos “de fora”, reservam-se funções gerenciais ou de chefia. Em outras palavras, a população local dispõe de empregos com salários, em geral, mais baixos; isso, quando as ofertas de emprego não se restringem a contratações no setor de construção civil. Cabe ao poder público uma ação mais contundente em relação a essa situação, fazendo constar, nos contratos assinados entre as partes, a capacitação prévia e o recrutamento da população em todos os níveis de funções, o que certamente garantiria a melhoria nas condições de vida da população local.

Complementarmente, não basta tão somente promover cursos, mas, sim, garantir a entrada, no mercado de trabalho, dos moradores dos destinos onde se instalam esses empreendimentos. E essa é uma ação de governo junto à iniciativa privada que pode se realizar por meio de acordos e de termos de cooperação.

Nessa mesma linha, torna-se imprescindível garantir uma homogeneidade das construções e sua consonância com os elementos naturais e culturais da localidade. Mesmo casas de veraneio e estabelecimento hoteleiros e de lazer devem respeitar as peculiaridades da localidade e de sua riqueza paisagística:

A arquitetura, nas regiões de repouso, deve retomar os elementos de estilo, formas de construção e materiais próprios às mesmas e recorrer ao artesanato local. Vemos neste aspecto uma boa oportunidade de familiarizar os turistas com a criação artística local. (KRIPPENDORF, 2003, p. 196).

Muitos hoteleiros e pousadeiros das regiões turísticas vieram de outros lugares, trazendo novas culturas e estilos diferentes que nem sempre combinam com a paisagem local. Obviamente, quem investiu em um local tem comprometimento com o mesmo e, em geral, pretende adotar condutas éticas.

A orientação e o incentivo para que o uso dos recursos naturais encontrados na região sejam priorizados e bem aproveitados também compete ao poder público local, bem como o estímulo para que os “saberes” e a cultura locais sejam valorizados. É na prefeitura que se obtém a licença de obra e o *habite-se*. Cabe ao PNGC o zoneamento de usos e de atividades na Zona Costeira, dando prioridade à conservação e à proteção dos recursos naturais renováveis e não renováveis, como restingas, dunas, praias, promontórios, costões, sítios ecológicos de relevância cultural, unidades naturais de preservação permanente, além de monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, étnico, cultural e paisagístico, entre outros.

Em nível federal, tem-se a Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições e as competências do Governo Federal quanto às ações de estímulo e de fomento ao setor. Há, ainda, o Plano Nacional de Turismo, o qual concebeu um modelo de ação descentralizado que fortalece os espaços de participação, integrando diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada.

2.1. Política Nacional de Turismo 1994 – 2002

Fratucci (2008) analisa a evolução das instâncias de gestão do turismo, demonstrando que somente a partir de 1994 o governo federal adotou uma conduta mais efetiva com relação à proposição de ações e de programas que refletissem uma maior organização do setor e do seu desenvolvimento (FRATUCCI, 2008, p. 144):

Segundo a geógrafa Rita de Cássia Cruz, a primeira política nacional de turismo do Brasil foi instituída em 1966, pelo decreto-lei nº 55. Antes disso, a gestão pública do turismo ocorreu de forma fragmentada e esporádica, por meio de instrumentos legais e instâncias de governo bastante diversificadas [...]. Em seus estudos, a autora divide as políticas nacionais de turismo em três fases: aquela que ela denomina de “pré-história jurídico-institucional” que vai de 1938 a 1966, a fase compreendida entre 1966 e 1991 e a fase posterior a 1991. (FRATUCCI, 2008, apud CRUZ, 2000).

Durante o governo de Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992, o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) foi extinto, e a EMBRATUR, reformulada pela Lei n. 8.191/91, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, passando a ser denominada Instituto Brasileiro de Turismo, com sede em Brasília.

Após o processo de impeachment que destituiu o presidente, e com a posse de Itamar Franco, a gestão pública do turismo mais uma vez é reestruturada. O então presidente opta por consolidar o PLANTUR 1992-1994 (FRATUCCI, 2008, p. 148).

O plano apresentava suas diretrizes centrais focadas na preservação e na valorização do meio ambiente e de seus recursos, na eficiência administrativa, na interação e no trabalho cooperativo com outras esferas e instâncias governamentais e privadas (CRUZ, 2000). A principal ação gerada por essas novas diretrizes políticas foi a formatação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que somente seria plenamente implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Período	Instâncias do Turismo
1939 - 1945	Divisão de Turismo, do Departamento de Imprensa e Propaganda, vinculado à Presidência da República
1945 - 1946	Departamento Nacional de Informação, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores
1951 - 1958	Departamento Nacional de Imigração (posterior Instituto Nacional de Imigração e Colonização) do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
1958 - 1962	Comissão Brasileira de Turismo – Combratur, vinculada à Presidência da República
1961 - 1966	Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio
1966 - 1990	Ministério da Indústria e do Comércio (diversos órgãos internos) EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo Conselho Nacional de Turismo – CNTUR
1990 - 1992	Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República EMBRATUR
1992 - 1996	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo EMBRATUR
1996 - 2002	Ministério de Esportes e do Turismo EMBRATUR
2003 - 2007	Ministério do Turismo Conselho Nacional de Turismo

Figura 13 – Evolução das instâncias de gestão do turismo no Brasil
Fonte: Fratucci, 2006.

Figura 2: Evolução das instâncias de gestão do turismo no Brasil.

Fonte: Fratucci, 2006.

2.1.1 Experiência da implantação do PNMT no município de Arraial do Cabo

O Governo Federal, por meio da EMBRATUR, do Ministério dos Esportes e do Ministério do Turismo, implantou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), como parte da Política Nacional de Turismo 1996-1999.

O PNMT foi concebido como um programa de gestão do turismo com foco na conscientização e na sensibilização da sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de empregos, de

melhoria da qualidade de vida da população e de preservação do patrimônio natural e cultural.

Para atender a finalidade a que se propôs, o Programa previu a capacitação de monitores municipais, indicados pelos governos locais, que teriam a função de, entre outras coisas, despertar nos munícipes a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e de renda, conciliando crescimento econômico com a preservação e com a manutenção dos patrimônios naturais e histórico-culturais.

As comunidades raramente têm visões uniformes, especialmente sobre fatores como turismo, que são vistos como capazes de provocar mudanças consideráveis para a comunidade e dentro dela. O turismo, como qualquer atividade, é capaz de gerar uma faixa imensa de emoções, desde o apoio entusiasta ao antagonismo radical. (BUTLER, 1998, p. 90).

A autora deste estudo participou, como Monitora Local, das Oficinas organizadas pela EMBRATUR — representando o município de Arraial do Cabo —, juntamente com outros monitores dos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O Governo Federal, que, naquela época, era influenciado pela teoria do neoliberalismo, utilizou-se do PNMT como instrumento para direcionar as ações dos atores públicos e privados envolvidos no setor (FRATUCCI, 2008). Buscava, por meio da parceria com municípios e com estados, a organização do turismo no seu núcleo, descentralizando e invertendo o sentido das decisões; ou seja, a gestão do turismo caberia ao município destino e, para isso, seria necessário que todos os atores locais — governo municipal, iniciativa privada e comunidade — estivessem imbuídos do compromisso de priorizar ações que propiciassem as condições satisfatórias para que o turismo acontecesse, envolvendo todos os atores sociais e contemplando a sociedade como um todo, e obtendo, como resultado, a participação e a gestão de todos no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

A comunidade tinha papel preponderante nesse processo, cabendo ao município a função de gestor do turismo local, responsável pela implantação de

infraestrutura adequada e da capacitação dos atores sociais, a fim de atender às necessidades e às expectativas dos visitantes.

O Estado, dessa forma, cumpria um importante papel de articulação entre os governos federal, estadual e municipal, buscando a promoção do turismo como instrumento de diminuição das desigualdades por meio de um processo participativo.

Uma das estratégias do PNMT consistia em oferecer oficinas que eram conduzidas por um Moderador, profissional capacitado para utilizar o método ZOPP (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos), o qual auxiliava o grupo nas discussões, facilitando o intercâmbio horizontal e estimulando o debate entre participantes.

Essa forma participativa de conduzir os trabalhos era facilitada pelas técnicas apresentadas, e as ideias e contribuições de cada um dos participantes ficavam expostas em tarjetas nas paredes, dando, a todos, a oportunidade de se expressar, de repensar seus valores, comparando-os e propiciando, aos diversos atores municipais, a oportunidade de confrontarem seus pontos de vista e de adotarem uma postura mais propositiva. Nesses trabalhos, as ideias contraditórias deveriam ser negociadas, a fim de se chegar a um posicionamento comum que seria apresentado aos demais participantes. Tudo isso ocorria em um ambiente de cooperação, preconizado pelas oficinas.

A metodologia adotada nos debates era extremamente apropriada para a proposta, pois todos os envolvidos contribuíam com suas experiências, eliminando as dispersões geradas pelos conflitos, na medida que todo o trabalho baseava-se na busca do consenso no grupo. As ideias que não conseguiam apoio dos demais eram descartadas, sob anuência do próprio grupo, ou simplesmente deslocadas para discussões futuras.

Percebia-se que esse método despertava, na iniciativa privada, o comprometimento com o planejamento das ações e, na comunidade, despertava a

importância de seu engajamento. Além disso, a sistemática apontava caminhos que não tinham sido considerados com profundidade pelo poder público local, caminhos relativos a um turismo que promovesse o bem-estar social, em consonância com os anseios da comunidade, e que fosse viável economicamente.

Em seu livro *Sociologia do Turismo* (2003), Krippendorf cita um modelo utilizado pelos nativos do Senegal para maximizarem os benefícios advindos do turismo e para minimizarem seus impactos negativos:

No Senegal, por exemplo, há dez anos adota-se esta fórmula. Bem perto de sua vila, os nativos construíram moradias no estilo e com os mesmos materiais de suas próprias casas, campo de cabanas possível de receber cerca de trinta turistas ao mesmo tempo. As receitas que provém do turismo são lançadas numa caixa comum e utilizadas no desenvolvimento da própria vila...O objetivo: que os estrangeiros não conheçam o país e seus habitantes através desses hotéis-guetos e desses safáris-fotográficos, mas tenham a oportunidade de participar da vida da aldeia, que de alguma forma possam viver durante certo tempo nas mesmas condições e no mesmo ritmo dos nativos. (KRIPPENDORF, 2003, p. 83).

O município de Arraial do Cabo participou de todas as oficinas propostas, e seus representantes levantaram problemas, sugestões, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do turismo na localidade.

Os resultados dessas oficinas foram sintetizados em relatórios que estão disponíveis para o norteamento de políticas públicas de turismo. As ideias surgidas nessas oficinas fomentaram a criação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, aprovados pela Câmara e sancionados pelo prefeito, em 1998.

2.1.2 Outras programas desenvolvidos no município

Os resultados obtidos nas oficinas do PNMT foram consolidados em relatórios que serão mencionados no desenvolvimento deste trabalho; verificar-se-á que há desperdício de recursos quando não é garantida a continuidade das ações desenvolvidas na oficina em administrações seguintes.

Nesse momento, já se percebia a importância estratégica do mar e de sua utilização como vetor do desenvolvimento do turismo na localidade, o que resultou em alguns programas implantados em parceria com o governo federal, como o PNDPA (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora).

Essa parceria teve, como um dos resultados, a disponibilização de um *stand* próprio para que Arraial do Cabo expusesse suas potencialidades no encontro e na feira promovidos pela EMBRATUR. A *V Feira do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)* ocorreu no auditório do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília (DF), no ano de 1999, dando enorme visibilidade a um município ainda pouco conhecido no mercado doméstico.

O PNMT proporcionou a capacitação de pescadores profissionais que atuavam na pesca artesanal para atuarem no segmento de pesca amadora; eles usufruíram de, entre outras coisas, aulas de inglês. Aprenderam, também, a lidar com iscas artificiais, aquelas utilizadas pelos praticantes desse tipo de esporte, e foram orientados a auxiliar os pescadores amadores na utilização de seus equipamentos e na devolução, para o mar, dos peixes fígados — trata-se de uma das características desse tipo de pesca, bastante praticada pelos norte-americanos e pelos europeus).

A política municipal de Arraial do Cabo possui uma característica que permanece desde que o município se tornou independente administrativamente do município de Cabo Frio. Mais especificamente, a política gira em torno de disputas entre dois lados que se alternam no poder. A situação não seria tão grave se os dois lados da política não fizessem questão de desconsiderar tudo o que foi feito pelos seus antecessores, impedindo, dessa forma, a continuidade e a possível consolidação das políticas de turismo adotadas em bases sustentáveis.

Por várias vezes, o município mudou seu perfil, seu slogan, sua marca, que foi de “Princesinha do Atlântico” a “Capital do Mergulho”. As vaidades daqueles que exercem cargos públicos, atreladas à falta de comprometimento com a continuidade das ações, prevalecem na política local.

Arraial do Cabo também participou do Programa “Meu Negócio é Turismo” — Programa promovido pelo estado do Rio de Janeiro em parceria com a Fundação Roberto Marinho —, cujo objetivo, mais uma vez, era a sensibilização para os benefícios do turismo, buscando uma maior conscientização da comunidade.

Utilizaram-se fitas de vídeo com linguagem própria para cada um dos segmentos sociais, de estudantes a autônomos, abarcando, também, empresários e ambulantes. As palestras realizadas em Arraial do Cabo aconteceram em escolas municipais e atendiam estudantes, pais de alunos, ambulantes, taxistas, entre outros; os encontros, enfim, tiveram grande abrangência.

Apesar dos cuidados necessários para não melindrar as lideranças políticas locais, que percebem, nessas ações, formas de mobilização com vistas a questões eleitoreiras, os instrutores selecionados, a partir de provas aplicadas pelo Instituto de Hospitalidade (IH) puderam oferecer, aos munícipes, informações importantes para o desenvolvimento de suas atividades.

O material utilizado era de excelente qualidade, pois prendia a atenção da plateia e favorecia a participação. Além disso, a linguagem utilizada nos depoimentos das autoridades, dos empresários e dos empreendedores que apareciam nas fitas era clara.

As opções e diversidades de formas de turismo apresentadas nessas fitas abriam uma ampla gama de opções para aqueles que já atuavam no setor, além de terem ajudado a despertar o viés empreendedor dos que nunca haviam percebido o turismo com essa finalidade. As fitas abordavam as principais segmentações de mercado, como o turismo de eventos, o cultural e o ecológico.

Nesse período, simultaneamente, estimulados pelo crescimento do turismo de mergulho, incrementado pela implantação da recém-criada Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, novos empreendimentos hoteleiros instalaram-se no município de Arraial do Cabo; essas empresas buscavam atender a um determinado segmento de mercado: o mergulho autônomo.

Esses empreendimentos hoteleiros, em parceria com operadoras de mergulho, as quais também começaram a se instalar, promoveram a localidade em feiras, eventos e revistas especializadas, sempre valorizando a qualidade e a diversidade dos ecossistemas marinhos encontrados nessa UC. Como forma de organizar o setor, por meio da iniciativa privada foi criada a Associação de Turismo de Arraial do Cabo (ATAC), que abrange pequenos estabelecimentos hoteleiros, operadoras de mergulho, restaurantes, agências de viagem e empresas de turismo náutico.

O PNMT foi desativado em 2003, com a posse do presidente Lula, o qual criou o Ministério do Turismo (MTur), por meio do qual se implantaram novas metas e diretrizes traçadas no Plano Nacional de Turismo 2003-2007. A EMBRATUR passa a ser um órgão de divulgação, de promoção e de apoio à comercialização de produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior, enquanto o PNMT é incorporado como projeto ao Programa Roteiros Integrados do Brasil — Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística do Plano Nacional do Turismo.

2.2. Política Nacional de Turismo 2003-2010

A criação do Ministério do Turismo, em 2003, veio atender a uma demanda cada vez mais crescente do *trade* turístico, relativo à necessidade de articulação entre os demais Ministérios, visando a um esforço conjunto que possibilitasse uma maior competitividade do país frente ao mercado internacional.

Um ministério próprio possibilita respostas ágeis e eficientes, necessárias à promoção, ao fortalecimento e à consolidação do turismo como ferramenta de desenvolvimento social.

A estrutura do ministério criado é composta dos seguintes órgãos⁹:

a) Secretaria de Políticas de Turismo, responsável pela formulação, pela elaboração, pela avaliação e pelo monitoramento da Política Nacional do Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional do Turismo, bem como pela articulação das relações institucionais e internacionais necessárias para a condução desta Política;

b) Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, responsável pelo estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivos, de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas Regionais de Desenvolvimento, bem como pelo apoio e pela promoção da produção e da comercialização de produtos associados ao turismo e à qualificação dos serviços;

c) Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR): autarquia que tem, por competência, a promoção, a divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, dos serviços e dos destinos turísticos do país no exterior;

d) Conselho Nacional do Turismo, que constitui órgão colegiado de assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro do Turismo, e que tem, como atribuições, propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e o acompanhamento da Política Nacional do Turismo. Esse Conselho é formado por representantes de outros Ministérios e Instituições Públicas que se relacionam com o turismo, e de entidades de caráter nacional representativas dos segmentos turísticos.

O Ministério do Turismo foi criado em janeiro de 2003 e, em 29 de abril, foi lançado o Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007. O processo de criação do plano envolveu um grande esforço de mobilização

⁹ BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional Do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007*.

social, por meio de diversas reuniões e encontros promovidos pelo poder público, e com a participação de entidades, de instituições, de empresas, de secretários e de dirigentes de turismo.

O PNT 2003-2007 foi organizado em sete macroprogramas estratégicos, tendo reformulado o Conselho Nacional de Turismo (CNT), que passou a contar com cinquenta e quatro membros, representando o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Demonstrando o modelo de gestão descentralizada e participativa adotado, esses macroprogramas tinham a finalidade de transformar a realidade encontrada no diagnóstico elaborado para subsidiar a elaboração do plano:

- ✓ ausência de um processo de avaliação de resultados das políticas e dos planos destinados ao setor;
- ✓ insuficiência de dados, de informações e de pesquisas sobre o turismo brasileiro;
- ✓ qualificação profissional deficiente dos recursos humanos do setor, tanto no âmbito gerencial quanto nas habilidades específicas operacionais;
- ✓ inexistência de um processo de estruturação da cadeia produtiva, impactando a qualidade e a competitividade do produto turístico brasileiro;
- ✓ regulamentação inadequada da atividade e baixo controle de qualidade na prestação de serviços com foco na defesa do consumidor;
- ✓ superposição dos dispositivos legais nas várias esferas públicas, requerendo uma revisão de toda legislação pertinente ao setor;
- ✓ oferta de crédito insuficiente e inadequada para o setor turístico;
- ✓ deficiência crônica na gestão e na operacionalização de toda infraestrutura básica (saneamento, água, energia, transportes) e turística;
- ✓ baixa qualidade e pouca diversidade de produtos turísticos ofertados nos mercados nacional e internacional;

- ✓ insuficiência de recursos e falta de estratégia e de articulação na promoção e na comercialização do produto turístico brasileiro.

O PNT 2003-2007 busca um turismo transformador da realidade brasileira. Segundo mensagem do Presidente Lula, em sua apresentação, “a vocação natural do país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo” (Mensagem de Apresentação do Presidente, 2003, p. 14), cuja gestão elencou os seguintes vetores:

- ✓ Redução das desigualdades regionais e sociais;
- ✓ Geração e distribuição de renda;
- ✓ Geração de emprego e ocupação;
- ✓ Equilíbrio do balanço de pagamentos.

O *Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007* foi elaborado a partir de uma complexa parceria entre representantes da iniciativa privada e pública que compõem o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Essa possibilidade de troca de informações e de cooperação possibilitou a construção dos macroprogramas e dos programas constantes nesse plano, que tem, como grande desafio, a diminuição das desigualdades regionais por meio do fortalecimento do setor turístico.

Como política pública para o turismo, essa participação é enfatizada na mensagem do Presidente da República, na qual assegura que o Plano Nacional deve ser elo entre os três poderes, a iniciativa privada, as entidades não governamentais e a sociedade com vistas à construção de produtos que possam ser ofertados no mercado.

O *Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007* tem, como cenário futuro, o turismo no país estruturado, tanto culturalmente quanto geograficamente, na balança de pagamentos, evidenciando que, para cumprir essa missão, foram traçadas as seguintes metas (MTUR, 2003, p. 23):

- 1 - Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;

- 2 - Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- 3 - Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
- 4 - Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;

Percebe-se, no PNT, o viés economicista do governo com relação ao incremento do turismo:

[...] a questão da diminuição das desigualdades regionais foi considerada como um dos maiores desafios do atual governo federal e o setor turístico foi indicado como uma das dez prioridades do plano de governo para enfrentá-la. Com este foco todo o Plano Nacional de Turismo 2003-2007 foi desenvolvido para contribuir na solução daquele desafio. Nessa linha estratégica, na mensagem de apresentação do PNT, o Ministro Mares Guia ressaltou que a criação do Ministério do Turismo demonstrava o compromisso do governo 'de priorizar o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento sócio-econômico do país'. (BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2003-2007, 2003, p. 7).

Fratucci (2008) considera que as políticas públicas de gestão do turismo, nos últimos anos, têm se norteado pelas dimensões econômicas e mercadológicas do setor:

Nos governos subsequentes (Fernando Henrique Cardoso, Inácio Lula da Silva) assiste-se a uma definição mais clara e objetiva da prioridade do turismo dentro dos programas de governos, que resultou em uma reformulação significativa não somente na estrutura governamental mas também, nas políticas públicas direcionadas para o setor. É importante ressaltar que em todas as políticas direcionadas para o turismo no nível federal, o viés econômico é claramente o foco predominante. Tanto na definição de estratégias como na de objetivos, as ações e projetos voltam-se para a geração de renda e empregos e para o equilíbrio da balança comercial do país, passando pelo discurso da diminuição das desigualdades regionais existentes no país. (FRATUCCI, 2008, p. 148).

Essa afirmativa reflete o que se percebe em experiências profissionais e na participação ativa em órgãos públicos e na iniciativa privada. Apesar de os

problemas serem muitos, a partir da criação do Ministério do Turismo e da elaboração do PNT 2003-2007, torna-se mais perceptível que o turismo passa a ser prioridade do governo.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão, apresentado em junho de 2007, reafirma a visão do turismo como atividade “efetivamente econômica capaz de alavancar o desenvolvimento social e econômico” (BRASIL. Ministério do Turismo, 2007, p. 25), garantindo que as ações iniciadas pelo governo federal terão continuidade. O Plano é visto como um instrumento de planejamento e de gestão que coloca o turismo como indutor da inclusão social, fortalecendo o mercado interno e enfatizando as características de empregabilidade do setor e da sua capacidade de gerar postos de trabalho.

Orientado pelos resultados de crescimento do turismo no país, em que o saldo da balança comercial foi positivo em 2003, após mais de dez anos com saldos negativos, e aproveitando as novas tendências mundiais que redirecionam os fluxos turísticos mundiais, os quais abrem novas oportunidades para a inserção no mercado de destinos emergentes, esse plano se propõe a fomentar e a consolidar a rede de entidades e de instituições, avançando no Programa de Regionalização do Turismo (PRT). São quatro os programas que formam a Regionalização:

- ✓ Planejamento e Gestão da Regionalização
- ✓ Estruturação dos Segmentos Turísticos
- ✓ Estruturação da Produção Associada ao turismo
- ✓ Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo

Quadro 1: Gestão Descentralizada do Turismo.

Quadro 21 – Gestão Descentralizada do Turismo



Fonte: MTur.

Fonte: Ministério do Turismo.

O Ministério do Turismo não apresentou nenhuma proposta que contemplasse os métodos e as técnicas a serem implantados com o Programa de Regionalização do Turismo. Mesmo assim, essa estratégia se manteve, tendo, como meta, “estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional” (BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo, 2007, p. 52). Para isso, o PRT mapeou 200 regiões turísticas no País, selecionando roteiros e regiões que apresentassem condições de competitividade. Dos 87 roteiros selecionados a partir de estudos e investigações, destacaram-se os 65 destinos turísticos que foram trabalhados até 2010 para servirem de modelos para o desenvolvimento turístico-regional.

Na região da Costa do Sol, à qual pertence o município de Arraial do Cabo, a cidade de Armação dos Búzios foi avaliada como destino indutor; entretanto,

para o próximo PNT, Arraial será contemplado no Programa de Desenvolvimento de Destinos Turísticos.

2.3 Políticas de Meio Ambiente e Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

A Lei n. 6938, de 1981, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, que faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O SISNAMA tem, por objetivo, a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, ao país, condições de desenvolvimento socioeconômico e de proteção à dignidade da vida humana. Essa lei tem o objetivo de garantir a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público e assegurando sua proteção e seu uso coletivo.

Dessa forma, torna-se obrigação do poder público a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar. Também constitui papel do poder público: o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos ambientais; a proteção do ecossistema; o acompanhamento do estado da qualidade ambiental; a recuperação de áreas degradadas; a proteção de áreas ameaçadas de degradação; e a educação ambiental para todos os níveis de ensino, inclusive da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em seu artigo 4º, essa lei determina a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, e propõe, ainda, o estabelecimento de critérios e de padrões de qualidade ambiental, além de normas relativas ao uso e ao manejo de recursos ambientais.

Em seu artigo 9º, a Lei n. 6938, de 1981, também determina, como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, a criação de espaços territoriais protegidos pelo poder público federal, estadual e municipal, tais como áreas de

proteção ambiental de relevante interesse ecológico e de reservas extrativistas (grifo meu).

As reservas extrativistas são áreas protegidas criadas a partir do movimento dos seringueiros amazônicos, liderados por Chico Mendes, da cidade de Xapuri, município do Acre. Mendes ganhou notoriedade internacional em função da sua luta pela preservação da floresta e dos povos que dela tiram seu sustento, tendo sido vítima de assassinato desencadeado por sua luta.

A Lei federal 7804/89 alterou parte da Política Nacional de Meio Ambiente, impondo, ao poder público, o dever de criar Reservas Extrativistas, as quais, antes, estavam sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), e, atualmente, são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

A importância desse instrumento legal pode ser notada pela garantia de que determinadas áreas sejam preservadas em função da relevância de seus recursos, não somente naturais, mas também culturais e tradicionais.

No município de Arraial do Cabo, a criação da Reserva Extrativista Marinha Resex Mar de Arraial do Cabo, em 30 de janeiro de 1997, que possui cerca de 57 mil hectares de lâmina de água, orienta-se para a manutenção da pesca artesanal, que não depende exclusivamente do espaço marítimo, mas do seu entorno.

Nesse município, encontra-se uma formação geológica denominada Pontal do Atalaia, a qual possui exuberante vegetação endêmica, composta por orquídeas, cactáceas e bromélias. O endemismo ocorre em função do microclima, e é determinado pelo fenômeno marinho da Ressurgência e de suas características geológicas. No Pontal do Atalaia, encontram-se as casas dos “vigias” — pescadores que observam a chegada do cardume para orientar as remadas dos seus companheiros nas canoas —, e diversos caminhos que levam a pesqueiros tradicionalmente usados pelos pescadores, nos dias de hoje, e pelos índios em séculos passados. A importância estratégica desse local para a pesca é inquestionável; além disso, são também

importantes os aspectos histórico, cultural e natural, que propiciam a oportunidade de desenvolvimento de projetos que estimulem o turismo de base comunitária ou cultural.

O Decreto n. 6.040, de 2008, cria a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT); cria, também, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), cuja finalidade é coordenar a implementação da PNPCT.

Nesse decreto, em seu artigo 3º, encontra-se a compreensão dos conceitos relativos às comunidades tradicionais, aos territórios tradicionais e ao desenvolvimento sustentável. De acordo com o decreto, compreende-se por *povos e comunidades tradicionais* grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e que possuam formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Compreende-se por *territórios tradicionais* os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e das comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Por fim, *desenvolvimento sustentável* consiste no uso equilibrado dos recursos naturais; esse uso equilibrado é voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades de desenvolvimento para as gerações futuras.

O PNPCT tem, como principal objetivo, a promoção do desenvolvimento sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização a sua identidade, a suas formas de organização e a suas instituições.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído após o decreto que criou a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, por meio da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225,

parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal; no entanto, é o SNUC que estabelece critérios e normas para gestão da Resex.

O SNUC inclui as Reservas Extrativistas como categoria de uso sustentável, prevendo seu uso público, mas garantindo a conservação dos recursos naturais que são a base de sustentação das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura:

VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; [...] XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e provendo-as social e economicamente. (Lei n. 9.985/2000).

O art. 5º, inciso III, do SNUC tem, como diretriz, assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, na implantação e na gestão das unidades de conservação. Em seu inciso IX, considera “as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais” (Lei n. 9.985/2000).

O inciso X garante, às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

O art. 6º prevê a forma como SNUC será gerido:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a

critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção. (Lei n. 9.985/2000).

O Capítulo II define as categorias de Unidades de Conservação integrantes do SNUC, dividindo-as em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. É na segunda categoria que está inserida a Reserva Extrativista, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. § 1º. A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. (Lei n. 9.985/2000).

A Lei n. 9.985/2000, em seu art. 18, trata, ainda, da gestão dessa categoria de UC, sugerindo a criação de um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração (ICMBio), e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e de representantes das populações tradicionais residentes na área. Prevê a visitação pública, desde que ela seja compatível com os interesses locais e que esteja de acordo com o disposto no Plano de Manejo que deverá ser aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§2º. A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (Lei n. 9.985/2000).

Ainda nesse mesmo artigo, a visitação pública é garantida, desde que compatível com os interesses locais: “§ 3º. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área” (Lei n. 9.985/2000).

Como toda Unidade de Conservação, as Resexs devem ser criadas por ato do poder público; devem, ainda, ser precedidas de estudos técnicos. O Capítulo IV trata da criação, da implantação e da gestão das unidades de conservação. Em seu art. 23, reza que a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato:

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas: I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats; II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas; III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso [...]. (Lei n. 9.985/2000).

O art. 27 determina a necessidade de a UC dispor de um Plano de Manejo:

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. § 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. § 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. (Lei n. 9.985/2000).

Com relação ao art. 28, fica clara a proibição quanto às alterações, às atividades ou às modalidades de utilização, dentro da UC, em desacordo com seus objetivos:

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos. Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. (Lei n. 9.985/2000).

Quanto à gestão, o art. 30 determina que: “As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão” (Lei n. 9.985/2000).

O art. 32, por sua vez, dá ênfase ao apoio da comunidade científica, necessário para o estímulo ao conhecimento mais aprofundado dos recursos disponíveis na UC:

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais. (Lei n. 9.985/2000).

A importância da criação do SNUC deriva do fato de que, ao reconhecer categorias de unidades de conservação de uso sustentável, garante-se os direitos das populações tradicionais à gestão de seus territórios, ao mesmo tempo em que se prevê a proteção dos recursos naturais necessários a sua subsistência. Dessa forma, o uso do território da UC, pelos agentes de turismo, não pode, ainda segundo o SNUC, ir ao encontro dos valores culturais da comunidade, muito menos pôr em risco a manutenção de suas atividades econômicas.

3. TURISMO E O USO DO TERRITÓRIO DA RESEX MAR DE ARRAIAL DO CABO

O município de Arraial do Cabo, apesar de emancipado desde 1985, não dispõe de infraestrutura turística que o identifique como um destino e o posicione de forma competitiva nesse mercado, segundo o próprio Ministério do Turismo, que, por meio do Programa de Regionalização do Turismo *Roteiros do Brasil*, identificou o município de Armação dos Búzios como indutor do turismo na Região da Costa do Sol.

Por ser detentor de uma beleza natural impressionante, as administrações públicas locais percebiam essas virtudes — a beleza cênica, o clima, a exuberância da natureza — como suficientes para captar um fluxo espontâneo de turistas capaz de dinamizar essa atividade, atraindo recursos e investimentos. Desconsideraram que o somatório de itens, como facilidade de acesso, sinalização, segurança, qualidade ambiental e sociocultural, entre outros, os quais transcendem os recursos naturais, é que criam o conceito de competitividade entre destinos. Esses critérios constituem macrodimensões identificadas pela Fundação Getúlio Vargas (FVG) e destinadas à instrumentalização do *Programa 65 Destinos Indutores*, do Ministério do Turismo, criando o índice de competitividade dos destinos turísticos.

Desde a emancipação do município de Arraial do Cabo, as administrações públicas que se sucederam acreditaram que outras formas de atividades econômicas devem ser estimuladas, a fim de atender as necessidades de aumento na oferta de empregos e na renda do município. Dessa maneira, políticas foram adotadas de forma equivocada para um lugarejo com pouca disponibilidade de áreas para crescimento industrial ou agrícola, além de carente de vias de escoamento de mercadorias.

Para entender a mobilidade dos fluxos turísticos que ocorrem dentro da unidade de conservação Resex Mar de Arraial do Cabo, implantada dentro do

município de mesmo nome, torna-se necessário compreender a descoberta desse espaço geográfico pela atividade turística.

O município em questão localiza-se em uma península de clima tropical úmido, com temperatura média de 23°C e com solos de areias quartzosas com formações de dunas e restingas (IBAMA, 2005). Até meados da década de 1950, era um município essencialmente pesqueiro, habitado por uma população que vivia da pesca praticada na lagoa, nas praias e nos brejos que, por sua forma e peculiaridade, é concebida como pesca artesanal: “Pescar, fazer renda e poesia eram as principais atividades dos cabistas que também caçavam, principalmente nos finais de semana” (PRADO, 2002, p. 37).

A ocupação do território de forma intensiva deu-se, a princípio, para atender a demanda criada pela implantação de uma indústria de barrilha na localidade, a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), a qual trouxe operários oriundos de outras regiões geográficas do país, pois a experiência de transformar pescadores em operários de fábrica não parecia exitosa:

Na realidade, este crescimento só é possível com o pleno funcionamento da indústria, por conta dos fluxos de migrantes que chegam para trabalhar nela. Vem gente de outras cidades do estado do Rio de Janeiro, como São Gonçalo, Niterói, Itaguaí, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Saquarema, [...] e principalmente de Campos [...] e de vários estados como Minas Gerais, São Paulo, [...] e principalmente do estado do Espírito Santo (concentrados no Morra da Boa Vista). Deste último estado, muitos se inseriram na pesca, com barcos a motor e receberam dos nativos que os consideram péssimos pescadores a denominação de caringôs. [...] Sem dúvida não era fácil para os pescadores se incorporarem ao trabalho da Álcalis. ‘Zequinha de Pesado’ me disse uma vez, durante o passeio que fizemos na restinga: ‘Fui marítimo, fui tratorista, mas nunca passei de ajudante’... É que, dentro da pesca, ele é um profissional reconhecido. (PRADO, 2002, p. 92).

Com recursos naturais para fabricação da barrilha, composta a partir de conchas, encontradas em grande quantidade na Lagoa de Araruama, e do sal, encontrado em grande quantidade na região — em décadas passadas, a região era a maior produtora de sal do país, com 70% de sua área destinada às salinas —, a

empresa encontrou um ambiente propício para sua instalação; o único empecilho era o fato de não existir mão-de-obra operária disponível.

A implantação dessa indústria deu-se em um balneário de pescadores praticamente ocupado por três famílias, em três praias, e por uma comunidade marginalizada pela imensa pobreza. Por ser uma área de restinga, a implantação trouxe impactos, não só econômicos, mas também socioculturais fortíssimos: “Todavia, a partir da CNA, encontra-se um novo tipo de rivalidade, alimentada pela ideologia desenvolvimentista” (PRADO, 2002, p. 93).

O tema proposto nesta pesquisa não pretende analisar a ocupação territorial e social promovida pela Álcalis. A chegada da empresa, por si só, já seria tema de muitas dissertações, em função dos impactos que promoveu durante os mais de trinta anos de instalação nessa comunidade. É importante, entretanto, pontuar que as alterações ocorridas no espaço geográfico do município de Arraial do Cabo, em que se modificaram as suas configurações territoriais de forma significativa, foram impulsionadas, anteriormente, pela chegada da indústria de base, e não pela chegada da atividade turística, que, na época, era representada por pequenos grupos de artistas e por pessoas oriundas das classes mais abastadas.

A Álcalis reorganizou a urbanização do município, criando novos bairros, novos acessos, trazendo água, luz, transporte, escola pública, novas funções profissionais e diferenças sociais, o que, de certa forma, criou facilidades para que o turismo encontrasse condições propícias para se instalar, aumentando consideravelmente o fluxo para aquela localidade.

Para analisar a turistificação do território da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, buscaram-se, na geografia, as conceituações e teorias adequadas ao tema; entre elas, os conceitos de *espaço*, de *território usado* e de *região*.

Dahrendorf profere, em 1995, uma conferência sobre os caminhos futuros das ciências sociais; menciona, entre outros pensadores, David Hume, que, há

mais de 250 anos, falava sobre uma ciência social em pé de igualdade com as ciências naturais. Dessa forma, busca fortalecer a idéia de que há um tema comum à ciência da sociedade humana. Sugere que os novos horizontes a serem abertos estão em disciplinas que utilizam o arsenal teórico criado pelas demais, o que contribui para o enriquecimento da compreensão do habitat social em que se vive.

O turismo, por não constituir uma disciplina, é estudado por várias áreas do conhecimento, que se utilizam e se apropriam de seus próprios conceitos para constituir teorias a respeito dessa atividade, fato que o aproxima da geografia. Essas conceituações e definições resultam em entendimentos variados sobre os impactos dessa atividade na sociedade e no seu ambiente.

Milton Santos, em 1970, promove um encontro do arsenal de conhecimentos da geografia com o de outras disciplinas. Ao construir uma teoria sobre espaço, como produtor e produto da ação na sociedade humana, indiretamente trabalha o tema das políticas públicas. Ao se preocupar em unir o humano ao natural, justifica a convergência entre geografia e sociologia via espaço.

O turismo é uma atividade expressiva da contemporaneidade, tratada, por alguns estudiosos, como um fenômeno da modernidade. Envolve a mobilidade de pessoas em espaços naturais e em espaços transformados pelo homem; além disso, o turismo promove o encontro entre culturas diferentes e as relações entre visitantes e visitados.

Os conceitos produzidos pela geografia ajudam a compreender melhor o turismo praticado em ambientes protegidos, como as Unidades de Conservação, no sentido de que a geografia estuda o espaço, e o turismo se concretiza nos espaços. A geografia reconhece os espaços geográficos como aqueles formados pela natureza e pela sociedade, que se integram em um conjunto formado por espaços construídos e transformados pelo homem, pela natureza modificada pelo homem e, também, pelo espaço não construído.

Em 1977, Milton Santos afirma que o espaço humano é um fato histórico, “pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade aespacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977). O turismo faz uso desse espaço social e o transforma. Santos (1977) afirma, ainda, que o espaço está impregnado nos modos de produção e na formação social, demonstrando o poder de determinação do espaço. Em 1978, percebe que o espaço tem a função de ser produtor e produto. O ato de produzir é o ato de produzir espaço. Suas ideias vão ao encontro do pensamento de Lefebvre (1991), para o qual “as relações sociais de produção só têm existência social na medida em que existam espacialmente; elas se projetam no espaço, inscrevem-se no espaço enquanto produzem: Senão, elas seriam uma abstração pura” (LEFEBVRE, 1991).

A sociedade e o espaço são inseparáveis. A ciência geográfica explica, simultaneamente, duas dinâmicas: a da natureza e a da sociedade. Essa tendência de dicotomizar a geografia é negada pela geografia crítica, que entende o espaço como uma totalidade cuja compreensão do todo é feita pelas partes, não como somatório, mas em relação à totalidade contida nas partes.

Milton Santos (1979) discorda que espaço é anterior ao território, e vice-versa, afirmando que um não é anterior ao outro, mas percebe que espaço e território se diferenciam. O autor vai além quando afirma que o espaço é abstrato e não pode ser fragmentado, afirmando, também, que “a utilização do território pelo povo cria espaço” (SANTOS, 1979). Segundo ele, a configuração territorial é formada pelos sistemas naturais existentes em um país ou em uma determinada área, ou seja, é a realidade, a materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida.

O território usado é formado por frações que têm funções diversas, não uniformes. Cidades, regiões e campos são frações do território. O território é o espaço onde as relações e as disputas de poder acontecem.

A compreensão desses conceitos é importante para entender as reações e os conflitos que surgiram a partir da decretação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável Resex Mar de Arraial do Cabo.

A geografia auxilia na percepção de que territorialidades são formas de poder por apropriações espaciais, nosso que leva a refletir sobre as várias formas de poder dentro do território da Resex Mar: o poder do Estado, representado pelo governo federal quando o mesmo decreta a criação de uma UC, produzindo a desterritorização de determinados atores e, por conseguinte, produzindo o empoderamento de outros; os pescadores artesanais locais; o poder dos agentes turísticos; e o poder municipal. Esses olhares contraditórios dos diversos atores que atuam no sentido de se apropriarem e de garantirem sua permanência no território da UC podem ser analisados por meio da relação entre espaço e território usado, conduzindo à reflexão sobre quem usa, e como usa, o território.

A geografia, portanto, permite mostrar o como e o porquê da necessidade de uma ação mais efetiva dos atores sociais sobre o turismo, buscando a responsabilidade espacial.

Para se entender a formação de um território a partir de seus usos, ou seja, da formação do território usado, pergunta-se como, onde, por quem, por que e para que. Essas questões constituem a base do *planejamento de conflitos*, que trabalha com os choques de interesse entre os usos turísticos e os demais usos:

Cabe, então perguntar: o que estão fazendo os atores ao implantarem uma atividade que se convencionou chamar de turismo...Além de instalar equipamentos e oferecer serviços, estão fazendo algo maior. Estão interferindo politicamente na produção do espaço e do território usado como totalidade da qual o turismo é parte. Enfim, estão exercendo uma responsabilidade espacial se reconhecerem que o turismo é apenas uma das múltiplas formas de apropriação do território. (STEINBERG, 2006, p. 56).

O movimento do turismo no uso do território envolve a apropriação de objetos naturais e artificiais, ação política dos atores sociais e conflitos decorrentes do próprio uso turístico, e dele com os demais. Esses envolvimento carregam, inevitavelmente, noções sociológicas, ecológicas, históricas e antropológicas, entre outras, não se fechando na geografia.

Nesse sentido, buscando uma visão mais ampla dos impactos do turismo e de suas relações com os atores locais, pretende-se também, neste estudo, inserir conceitos da antropologia, a fim de discutir as relações intrínsecas à preservação da identidade local como diferencial para atração de fluxos turísticos mais compatíveis com a realidade local. Não se pretende aprofundar essa discussão antropológica; pretende-se, apenas, demonstrar a importância das tradições na busca da sustentabilidade do turismo em pequenas localidades.

O turismo é um fenômeno que se materializa no uso do território; por sua vez, os atores sociais desenvolvem formas variadas no uso desse território, gerando conflitos e sobreposição de interesses. Por ser uma atividade dinâmica, entretanto, o turismo pode produzir formas de potencializar ações que promovam o consenso, desde que o objetivo seja sempre a aplicação das diretrizes traçadas na criação de uma Unidade de Conservação, a qual visa proteger a cultura e as práticas tradicionais de sustento econômico de uma comunidade.

3.1 Conflitos e consensos no uso do território da Resex Mar de Arraial do Cabo

Na perspectiva das ciências sociais, não é possível separar a sociedade do seu meio ambiente, pois os objetos que constituem esse ambiente surgiram da cultura e da história dessa sociedade. Os valores percebidos por uma comunidade, com relação aos recursos naturais existentes no seu meio, não são percebidos da

mesma forma por aqueles que os querem explorar com fins comerciais. Sendo assim, praticamente toda questão envolvendo o meio ambiente é conflitiva.

Busca-se analisar, neste trabalho, as relações que ocorrem entre as práticas do turismo exercidas dentro da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, mais especificamente o turismo de mergulho, e as suas interferências na atividade de pesca artesanal, anterior à chegada desses fluxos turísticos para aquela região.

A Resex Mar de Arraial do Cabo está situada no ambiente marinho constitucionalmente pertencente à área da união localizada no município de Arraial do Cabo. Abrange uma faixa de três milhas da costa em direção ao mar, e foi criada em 3 de janeiro de 1997 com o fim de proteger a atividade econômica pesqueira exercida por pescadores locais, os quais se utilizam de práticas aprendidas e reproduzidas de geração em geração, com fortes influências dos índios tamoios e dos colonizadores portugueses e de seus descendentes que se instalaram na localidade.

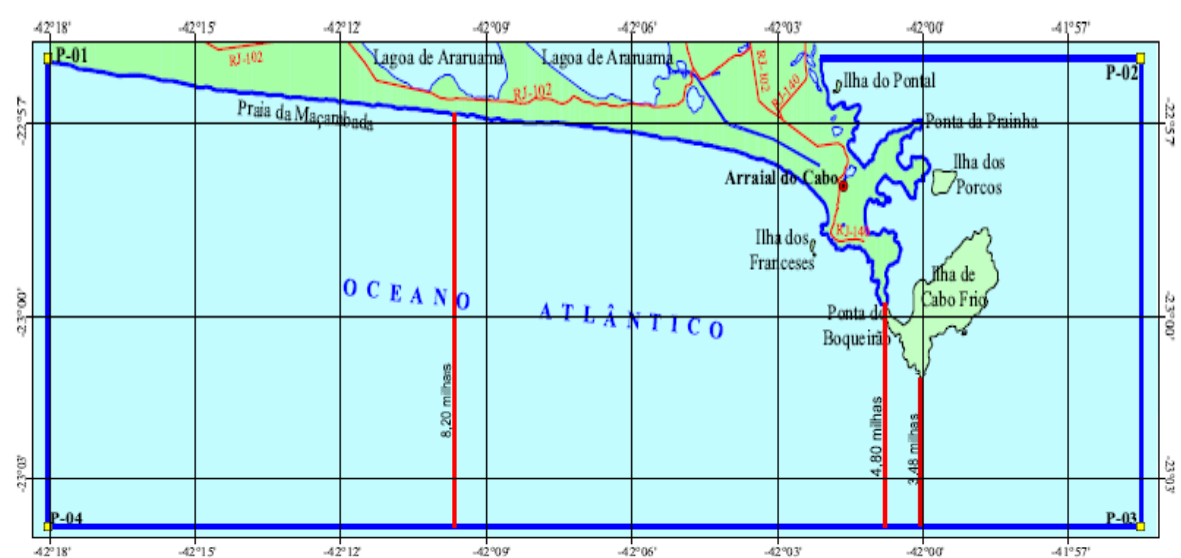


Figura 3: Coordenadas da região em que se encontra inserido município de Arraial do Cabo.

Fonte: Projeto de Criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (1997).

As atividades pesqueiras artesanais que ocorrem dentro do território da UC são mais que uma simples forma de ganhar a vida: são patrimônio cultural daquela localidade. Arraial do Cabo, até meados da década de 1950, constituía um distrito do município de Cabo Frio, e era essencialmente pesqueiro. Os petrechos de pesca eram produzidos pelos próprios pescadores, com materiais encontrados na restinga, como o tucum, o algodão, o cipó e o bambu, entre outros.

Nessa época, ainda não havia luz elétrica. Decorre daí a necessidade de se salgar os peixes para conservá-los por mais tempo — tarefa destinada às mulheres. Por meio da salga, os peixes eram comercializados na capital do estado — na época, Niterói — e nos demais municípios.

A água usada para as tarefas domésticas, e que saciava a sede dos moradores, era retirada das cacimbas da restinga próxima às praias. Na restinga, também eram coletadas plantas medicinais e frutas.

Como visto anteriormente, a ocupação do território de Arraial do Cabo, de forma massiva, foi feita a partir da implantação da Companhia Nacional da Álcalis, que trouxe, para o município, impactos não só econômicos, mas resultantes de uma sequência de fatos que se seguiram à chegada de uma grande indústria de base em um balneário de pescadores que produzia seus próprios meios de subsistência.

Sem uma análise mais apurada, o turismo é percebido como precursor das mudanças sociais e dos impactos negativos advindos dessas mudanças:

No senso comum parece existir um *parti pris*, isto é, um substrato apriorístico de que tudo o que existe antes do turismo é melhor, mais bonito e autêntico, além de outras adjetivações generalizadas sobre virtudes comunitárias. Bem antes de Cristo, Cícero já se lamentava da perversidade dos costumes de seu tempo, taxando-os de piores do que os que lhe precederam. Exclamava ele ‘O tempora, O mores’ – ‘Oh tempos, Oh costumes!’ – como se seu mundo estivesse se perdendo. A citação desse autor romano merece consideração porque o problema do choque entre gerações é tão velho quanto as civilizações e se recoloca nas mais pias intenções acadêmicas e filosóficas de hoje. Traduzindo: o turismo está provocando o esvaziamento cultural. O que incomoda nessa expressão

não é, obviamente, a razão ética, mas o fato de ser vaga e descontextualizada, podendo revelar reversos tão condenáveis quanto os que deseja evitar. Assim, se tornou comum condenar, indiscriminadamente, projetos turísticos, alegando que, implantando-se num determinado lugar geográfico, provoca danos culturais na sociedade estabelecida. Supõe-se, então que nesse lugar predominavam valores culturais mais convenientes a sua sociedade do que aqueles trazidos pelo projeto turístico. (YAZIGI, 2006, p. 131).

O conseqüente crescimento populacional do município, a partir da implantação da infraestrutura da Álcalis, colaboraram para a chegada dos primeiros turistas e para a aquisição de casas para segunda residência, influenciando profundamente as relações sociais existentes.

Com a criação da Unidade de Conservação Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, a pesca industrial, ou seja, aquela praticada por embarcações com mais de vinte toneladas¹⁰, cujas embarcações eram dotadas de potentes motores, e que concorriam com as canoas a remo de maneira obviamente desigual, foram afastadas devido à fiscalização intensiva que ocorria nesse território. A fiscalização era promovida pelo IBAMA, que chegou a apreender, até 2003, mais de 80 toneladas de pescado industrial.

Esse tipo de pesca, em grande escala, tinha, como instrumento de captura, redes em forma de asas que arrastavam, do fundo, os pequenos indivíduos marinhos, os quais eram, em seguida, descartados por não terem valor comercial (fauna acompanhante). Esse mesmo pescado, em um pequeno espaço de tempo, seria capturado em sua forma adulta pelos pescadores artesanais, não somente da costa do município de Arraial do Cabo, como de todos os municípios costeiros da região, causando, dessa forma, impactos econômicos e socioambientais negativos.

Com a implantação da Resex Mar, e com o conseqüente aumento da proteção de todo o litoral que banha o município, os mais diversos ecossistemas

¹⁰ A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) definia, para efeitos de pesca industrial, a tonelagem de arqueação bruta (TAB) para embarcações acima de 20 toneladas, medida que foi adotada após a criação da UC Resex Mar de A. do Cabo a fim de afastar a frota industrial do território dessa UC, promovendo o aumento da quantidade de pescado junto aos costões e às praias.

puderam se recompor, favorecendo o fortalecimento de mais uma atividade econômica, desta feita proveniente do turismo, o mergulho autônomo. Aumenta, dessa forma, a circulação de barcos destinados a transportar turistas ávidos para pôr em prática os ensinamentos teóricos obtidos nos cursos oferecidos pelas operadoras de mergulho sediadas nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Devido à imensa beleza das encostas e do fundo do mar, associada à facilidade proporcionada pela implantação da estrada Via Lagos — rodovia privatizada que garante acesso rápido e seguro à região —, e à divulgação constante nos principais meios de comunicação para viajantes e desportistas, aumentou o número de visitantes no município e em toda a região conhecida como Costa do Sol e, por conseqüência, em seu melhor produto turístico ou, pelo menos, o mais procurado: o passeio náutico em Arraial do Cabo.

Muitos pescadores abandonaram a atividade pesqueira e adquiriram barcos maiores, ou reformaram os seus, oferecendo-os para passeios turísticos e competindo com as embarcações de fora, as quais, segundo os pescadores, vêm explorar o turismo náutico e de mergulho sem deixar nada para o município. Buscando uma forma de organização, e percebendo o turismo náutico como uma ferramenta de sobrevivência frente à concorrência, os pescadores artesanais montaram uma associação de barqueiros tradicionais chamada Associação dos Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos (ABTBPA).

Hoje, dentro da Resex Mar atuam para mais de 400 embarcações, segundo informações da Secretaria de Turismo do município, oferecendo passeios ou transportando mergulhadores. Alguns desses barcos têm capacidade para mais de oitenta pessoas, como as escunas. Esses passeios vêm sendo explorados excessivamente pelos agentes de turismo locais e dos municípios vizinhos, que colocam em cena um lugar de aspectos cênicos e paisagísticos únicos, de grande exotismo e de uma beleza natural ímpar, sem as imposições necessárias advindas dos órgãos competentes, a exemplo de um estudo de capacidade de carga que minimize as ações inadequadas.

A Marina dos Pescadores é o local de onde saem os passeios e onde fica ancorada grande parte das embarcações. Foi construída no ano de 1982, com recursos da prefeitura municipal, em área cedida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para a Colônia de Pescadores Z5. Apesar do aumento excessivo de visitantes saindo da marina, nos últimos anos, não houve investimento que atendesse a esse crescimento de demanda, e muitos menos foram executadas obras de manutenção das estruturas já existentes.

O impacto visual assusta o visitante. O lixo espalha-se por todo o canto, e algumas obras realizadas pela prefeitura impedem que os turistas apreciem a paisagem bucólica da praia dos Anjos ou mesmo do Marco Histórico da chegada de Américo Vesúcio, também situado nessa praia.

Do ponto de vista turístico, observa-se que a carência de percepção das qualidades culturais e o foco nas qualidades naturais, por parte daqueles que exploram o turismo, não permite que essa atividade se utilize do território da Resex sem que ocorram conflitos com os pescadores. Da mesma forma, o poder público, representado pelo Instituto Chico Mendes na sua atual gestão, até o momento em que a pesquisa pôde levantar, não demonstra interesse em promover um estudo que possibilite regulamentar e limitar o número de barcos de passeios e de pessoas no território dessa UC. Sendo assim, não são utilizados instrumentos que possibilitem a manutenção e a preservação do ambiente marinho, garantindo a sobrevivência da população extrativista local, afetada diretamente pelo uso abusivo do seu espaço de pesca artesanal.

Sem falar na atividade portuária que, mesmo licenciada pelo IBAMA e autorizada pelo ICMBio, não prevê também os mesmos importantes estudos, apesar de notórios os impactos negativos provenientes dessa atividade, como o passivo

ambiental, as mudanças provenientes do levantamento de sedimentos e o afastamento de cardumes de algumas espécies pelágicas¹¹ desse ambiente marinho.

3.2 Turismo, tradição e modernidade no município de Arraial do Cabo

Em Arraial do Cabo, observa-se uma mudança acentuada nos padrões de comportamento e nos hábitos da população local, que se viu “invadida” por forasteiros ávidos por usufruir dos seus recursos naturais, indiscutivelmente únicos.

A sua localização geográfica, associada a outros fatores, propiciou o surgimento de um fenômeno denominado Ressurgência¹². Esse fenômeno tem uma enorme importância na cadeia produtiva da pesca ao favorecer essa atividade em diversos pontos, seja nas encostas açoitadas pela força das ondas, seja nas águas tranquilas resguardadas das correntes nas Prainhas.



Figura 4: Vista satelital da região de Arraial do Cabo.
Fonte: Google Maps. Acesso em: 2 jun. 2011.

¹¹ Pelágicas são espécies, geralmente migratórias, que ocorrem na coluna d’água entre o fundo e a superfície.

¹² Ressurgência – Fenômeno oceanográfico que ocorre em função do encontro das correntes marítimas provenientes da Antártida e do nordeste brasileiro, promovendo a troca das massas de água trazendo os nutrientes à superfície, fertilizando o mar e incrementando a cadeia alimentar.

A Ressurgência também é responsável pela tonalidade azul turquesa encontrada em alguns pontos do oceano e, dependendo da profundidade, esse azul torna-se ainda mais intenso, criando efeitos surpreendentes até mesmo para aqueles que já estão acostumados a circular por essas águas.

Observando-se a pesca de cerco na Praia Grande, chama a atenção o quanto essa prática simboliza a essência do povo cabista, suas histórias, suas lendas, suas relações sociais e familiares, “uma identidade partilhada, remetida à necessidade de laços de solidariedade, saberes comuns e organização espacial, capazes de unificar em torno de lutas e conquistas por ‘plenos direitos’ para a prática ou preservação de seus patrimônios histórico-culturais” (PRADO, 2002, p. 40).

Ataques piratas, naufrágios, guerras indígenas e outros cenários de uma época passada povoam o imaginário desse povo:

Procurei, neste mosaico de falas, humanizar o meio ambiente, reconstruir com os natos o seu lugar através das suas vivências (BRIGGS, p. 74-95), onde a relação presente-passado gera em cada um o estranhamento que quebra com uma naturalização cega, fazendo com que eles mesmos criem critérios para as mudanças ocorridas. O lugar se apresenta como uma criação dentro do sensível, e o quadro se constrói nas alterações sofridas de acordo com as diversas percepções, onde falar do Arraial é falar da própria vida, ora concreta, ora subjetiva. (PRADO, 2002, p. 44).

Os impactos negativos mais visíveis causados pelo fluxo desordenado de visitantes nesse ambiente são o lixo, a poluição e o lançamento de efluentes no mar, entre tantos que se poderia relacionar; entretanto, as alterações promovidas nas relações sociais e a indiferença aos valores culturais dessa comunidade produzem prejuízos difíceis de ser revertidos. Às vezes, de maneira ingênua, o turista desconhece as normas do lugar e se aventura em seu *jet ski* cruzando o mar da Praia Grande, espantando o peixe tão aguardado naquele canto de praia. Falta informação, falta orientação, faltam políticas públicas condizentes. Uma simples lancha põe em risco o ganho e o sustento de muitas famílias.

Apesar da característica de imediatismo que as atividades extrativistas têm, de modo particular, na pescaria, a paciência é um fator importante e fundamental para o bom resultado da empreitada. Durante horas, o “vigia” observa o mar em busca da aparição de uma mancha negra em movimento sob as águas transparentes. As ondulações e os movimentos da superfície do mar expõem a identidade da espécie cobiçada ou daquele tipo de peixe que seja o “fruto do desejo”, uma espécie com alto valor de venda. Essa espera pode ser de um dia inteiro, ou pode acontecer em questão de minutos. O “vigia” observa, do alto do morro, pacientemente e, ao mesmo tempo, ansioso: afinal, o rendimento de muitas famílias depende da sua capacidade de perceber a chegada do cardume e de orientar seus companheiros na função de cercá-lo. Por esse motivo, a experiência é valorizada na pesca. “Não se chega ao posto de vigia com menos de quarenta anos!”, afirma Quinzinho, vigia experiente da Praia Grande que se iniciou nessa função, excepcionalmente, aos 34 anos.

No linguajar desse povo, o vigia é o topo superior da cadeia da pesca. Inicia-se como “cabeiro”, puxando a rede; depois, “chumbeiro”; passa-se, então, para a função de “corticeiro”, seguida pelo “remo”. Na canoa, o maior posto é o de “mestre”, que mantém-se em pé a fim de orientar as remadas. O posto de vigia está se extinguindo, pois são poucos os que têm interesse nessa profissão.

A energia que impulsiona o barco na pesca de cerco, uma das mais tradicionais em Arraial do Cabo, não vem de motores a diesel; ela é produzida pelo movimento ritmado de braçadas firmes do “poeiro”, do “contra-proa”, do “contra-ré”, do “cabeiro”, do “corticeiro” e do “chumbeiro”, orientadas pelo “mestre”.

A calma da espera, na qual homens e remos aguardam a orientação do “vigia”, é substituída pela excitação da chegada do cardume. O vigia movimentase na angústia de se fazer entender a quilômetros de distância da “companha”. E ele é compreendido: seus movimentos frenéticos são percebidos, seus códigos são desvendados e a comunicação é recebida.

A canoa produz movimentos circulares de cerco ao cardume, ao mesmo tempo em que a rede vai sendo lançada. Dependendo do peixe, remos agitam-

se, batendo firme na superfície da água para que a tainha não pule e fuja da armadilha.

Segundo Prado (2002), “as raízes da pesca penetram na história até o século XVIII, momento em que se consolida a conquista portuguesa através da exploração dos arrendamentos do direito de pescar chamados ‘pescarias’, sobre os quais há documentação que data desde 1729”. Ainda segundo a autora, a história de Arraial do Cabo tem início em 1503, com a chegada de três naus enviadas pela Coroa portuguesa sob o comando de Gonçalo Coelho. Américo Vespúcio, navegador florentino, capitão de uma das três embarcações sobreviventes ao naufrágio acontecido na altura de Fernando de Noronha, chegou à Praia da Rama, atual Praia dos Anjos, e fundou a primeira feitoria do Brasil.

Hoje, encontra-se a igrejinha de Nossa Senhora dos Remédios, construída no local onde foi rezada a primeira missa; essa igrejinha prima pela simplicidade e resiste às diversas alterações ocorridas em sua planta original.

A arte de pescar, em Arraial do Cabo, mistura saberes aprendidos com os índios que habitavam a região e que foram exterminados pelos portugueses e pelas tecnologias trazidas por esses colonizadores. A pesca ocorre do mesmo jeito que há séculos atrás, quando da chegada e da permanência dos primeiros portugueses que decidiram colonizar aquela localidade afastada; ali, eles construíram suas vidas, produziram seus pertences e formaram suas famílias e seus valores.

Alheios ao cenário que se forma, banhistas disputam as areias da Praia Grande, correndo curiosos para ver a chegada da rede — ou o “lance”. para aqueles que vivem da pesca. Aglomeram-se em grupos, em torno da rede, em um misto de curiosidade e de excitação pela novidade; alguns, momentos antes, aventuram-se na “puxada de rede”, esperançosos por ganhar um peixe de prêmio pelo esforço. Quantos, no entanto, puderam perceber os significados intrínsecos àquela ação naquele momento?

Na busca da sustentabilidade, muito se tem falado a respeito do equilíbrio entre econômico, sociocultural e ambiental, mas pouco se tem feito em termos de políticas públicas eficazes. Para o desenvolvimento harmonioso do turismo, em uma localidade, faz-se necessário a valorização das tradições e o respeito ao patrimônio histórico e cultural dos povos.

O turismo interfere, por suas dinâmicas próprias, nas localidades onde se instala. Esses espaços encontram-se em uma posição fragilizada e despreparada para lidar com uma atividade, até certo ponto, bastante invasiva.

En nuestro recorrido por el mercado de los Encants adoptamos como paradigma teórico la etnometodología, cuyas líneas de estudio del cotidiano, a partir de los años 70, fundamentan los trabajos desarrollados en el campo de la sociología interpretativa. Esta disciplina se inspira en la obra del filósofo y sociólogo austríaco Alfred Schütz que se dedicó al estudio de las bases del conocimiento en la vida cotidiana. Matterlard, en el ámbito de las ciencias de la comunicación, señala la importancia del estudio del cotidiano, caracterizándolo como un campo privilegiado de la investigación que invita a la sociología a introducirse en el mundo de la vida, un mundo concreto, histórico y sociocultural, en el cual prevalecen las representaciones mentales del sentido común. (REVISTA COMUNICACIÓN Y CULTURA, 1998).

A “puxada de rede” é um dos momentos em que todos os pescadores disponíveis colaboram com o grupo da “canoa da vez” para a retirada dos peixes de dentro d’água. Nesse momento, é feito todo um esforço de colaboração em que banhistas, residentes e visitantes participam, sem hierarquias ou comandos. Todos sabem exatamente o que fazer, e todos participam ativamente e de forma voluntária.

Os pássaros atraídos pela movimentação de peixes na água aproximam-se da praia, dando voos rasantes para, em seguida, mergulhar à procura do seu “quinhão” composto pelos pequenos peixes que escapam da rede. Mergulhando, as gaivotas disputam, com os pescadores, o ganho do dia, ou seja, os peixes que se encontram emalhadados.

Se o dia for de “boa maré”, assume o posto outro vigia, e outras canoas iniciarão todo o processo: a segunda canoa da vez, a terceira, e assim por diante, não importa quantas tiverem ou quantos cardumes “passarem” na praia. Com o pôr do sol, o trabalho chega ao fim daquele dia. Dependendo da “combinação”, todos saem lucrando, pois os ganhos das canoas do dia serão repartidos entre os pescadores de cada vez.

As relações do povo cabista com seu meio ambiente demonstram o sentimento de propriedade que estes detêm sobre os recursos da natureza. O mar é do pescador; ele tem prioridade no uso daquele espaço. A utilização desse elemento por banhistas e por praticantes de modalidades esportivas, como o surf, não prejudica só de forma direta o pescador artesanal, afastando da costa os cardumes; só o fato de estarem utilizando aquele espaço, sem pedir permissão, é um desrespeito inaceitável para os pescadores artesanais. A reação do pescador, rude e intempestiva contra os “forasteiros”, demonstra seu sentimento de indignação e de impotência frente à invasão dos que “vêm de fora”.

O mar da Praia Grande, entretanto, não é só propício à pesca; ele também produz ondas perfeitas — para deleite dos surfistas. Essa sobreposição de interesses gerou inúmeros conflitos, minimizados por acordos firmados entre as entidades representativas de cada um dos segmentos envolvidos.

A Associação dos Surfistas firmou acordo com a Associação de Pescadores: adotaram uma bandeirola para sinalizar quando o mar está para peixe ou quando o mar está para surfista. Essa bandeira fincada, situada junto à sede da Associação de Pescadores, muda de cor de acordo com o estado do mar: se o mar está forte e as canoas não podem sair, a bandeira é da cor azul; do contrário, quando o mar está tranquilo e há possibilidades de chegada de cardumes na praia, a bandeira é da cor vermelha.

Para uma sociedade afastada dos grandes centros urbanos pela sua característica geográfica própria de, no passado, existirem dificuldades de acesso dos visitantes pelos meios de transporte, as relações sociais no interior dessa comunidade

eram profundamente dinâmicas. Os moradores de Arraial casavam-se entre si e se identificavam conforme a praia na qual tinham construído sua residência, além de praticarem sua atividade econômica comum, a pesca. Essas relações, que aconteciam no interior da comunidade, tornavam-se ainda mais intensas e propícias à dependência e à valorização daqueles que eram os responsáveis pela provisão do alimento de todos: os pescadores.

Neste contexto, saber onde encontrar o pescado, e a forma de capturá-lo, tornava-se uma questão de sobrevivência e de posição social diferenciada, prestigiada pelos habitantes da localidade. Sendo assim, enquanto comunidade afastada e dependente da economia da pesca, os valores passados de geração para geração eram aceitos e respeitados por todos, criando uma teia de significados em que cada um se percebia como parte daquele todo. Segundo Geertz (1989), “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”.

Com a construção da ponte Rio–Niterói¹³, na década de 1960, e com o seu término, em março de 1974, há um incremento muito maior nesses fluxos turísticos, o que contribuiu para popularizar e para massificar o turismo na região.

Os turistas são atraídos pelo prazer de usufruir das praias, do mar, do sol sempre presente. O lazer aparece, claramente, como a principal motivação do fluxo turístico para aquela região e, mais especificamente, para o município de Arraial do Cabo. As questões relativas à sustentabilidade, à manutenção dos recursos naturais e à preservação da cultura local não fazem parte das inquietações dos visitantes, muito menos são oferecidas nos pacotes turísticos.

Durante os meses em que a atividade turística é mais intensa, os agentes turísticos encontram, nessa época, um fluxo significativo, capaz de atrair uma demanda necessária para maximizar seus ganhos. Surgem, dessa forma, as excursões

¹³ A **Ponte Presidente Costa e Silva**, popularmente conhecida como **Ponte Rio-Niterói**, localiza-se na baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, e liga o município do Rio de Janeiro ao de Niterói. As obras tiveram início em janeiro de 1969.

de um dia, em que o transporte é feito por meio de ônibus específicos de turismo: são os *city tours* para a Região dos Lagos.

O turismo, apesar de tantas contradições, é um fenômeno que vem crescendo a cada dia, movimentando um fluxo expressivo de pessoas a cada ano; entretanto, “não se é turista o tempo todo” (YAZIGI, 2001). O turismo constitui um momento em que as pessoas se permitem descansar, passear, experimentar: “o turismo deve ser encarado como momentos da vida; avaliado em seu espaço de tempo” (YAZIGI, 2001).

Embora boa parte da população seja turista em algum momento, pretende-se que todo turista seja um imbecil, incapaz de qualquer crítica e de ser enganado pelos pôsteres. Nesse sentido, a reconstrução do lugar entra no difícil dilema de escolher entre cair na mesmice da globalização ou de buscar um caminho condizente com o diálogo, com raízes territoriais e culturais. (YAZIGI, 2001, p. 19).

Durante o verão, inicia-se um processo de dinamização da economia no município, aumentando a demanda por serviços de lazer e de entretenimento, que passam a influenciar o ritmo de vida da comunidade e, em particular, a sua principal atividade econômica: a pesca. O verão é um momento de tensão generalizada, permeando todas as relações sociais. Constitui uma época em que a paz e a tranquilidade bucólicas são quebradas de maneira surpreendente.

Os pescadores, motivados pelo crescimento do número de consumidores de seus produtos e, conseqüentemente, pelo aumento de suas margens de lucro, vislumbram a oportunidade de ampliar seus ganhos aumentando a quantidade de peixes capturados e de seus respectivos valores comercializados, apesar de não terem desenvolvido uma estrutura que possibilite a armazenagem de forma adequada para venda futura, o que evitaria o desperdício observado em muitas épocas do ano, em que centenas de peixes são descartados nas praias.

Normalmente, aqueles que se beneficiam, de forma direta, dos recursos extras provenientes dos turistas e veranistas, mostram-se mais complacentes

e favoráveis a essa “invasão”; entretanto, os pescadores mais antigos não aceitam essas mudanças, culpando os “forasteiros” pelos desvios sociais que ocorrem na comunidade. Como buscar um caminho condizente com o diálogo?

Os pescadores mais antigos se reportam ao tempo em que a pesca é que ditava a vida da comunidade e em que, através desse trabalho laborioso, os meninos tornavam-se homens; ou seja, era através do aprendizado da arte de pescar que o caráter era moldado. Tratava-se de um tempo em que os dias não eram medidos pelo nascer e pelo pôr-do-sol, mas pelo movimento das marés.

A utilização dos espaços de domínio público de forma permanente pelos pescadores, e seus instrumentos de trabalho, como as praias com suas redes estendidas e suas canoas encalhadas nas areias, parecem demonstrar o sentimento de apropriação desses espaços, que vai além das questões práticas, como forma de imposição dos seus valores culturais a uma sociedade indiferente na maioria das vezes. Essa indiferença consiste em reflexo do envolvimento nas práticas de lazer e no entretenimento característicos de um turismo desorganizado, massificado e, por conseguinte, predatório.

A criação de uma Unidade de Conservação com fins de revalorização das funções de pescador artesanal, reposicionando-o como detentor de um saber empírico necessário à manutenção das espécies e da própria sustentabilidade da localidade, trouxe, para o centro da discussão, a necessidade de reordenamento de um espaço concebido como público, quando de uso comum, e, ao mesmo tempo, sem dono — quando está em jogo a responsabilidade pela garantia dos padrões de qualidade ambiental.

4. RESEX MAR DE ARRAIAL DO CABO - OBJETO DA ANÁLISE

Alguns autores, ao tentar explicar por que alguns lugares se tornam turísticos, consideram os recursos naturais excepcionais encontrados nas localidades como um fator de atração; entretanto, a hipótese subjacente é que os lugares têm qualidades intrínsecas que agiram, de forma determinante, sobre os fluxos de pessoas.

Há inúmeros elementos naturais de grande apelo turístico em Arraial do Cabo, mas seu grande diferencial caracteriza-se pela singularidade dos encontros entre pescadores nas areias das praias, trocando informações sobre: as movimentações dos cardumes e arriscando previsões futuras; as redes estendidas e o trabalho de tecê-las para reparar os danos causados pela pescaria; as canoas que se espalham ao longo da costa enquanto a “companha” aguarda, pacientemente, que o cardume se aproxime. Há, ainda, aqueles que descansam nas areias brancas, esperando calmamente a sua vez de entrar no jogo do balanço silencioso do mar. Os movimentos, ora agitados, ora suaves, do “vigia” que sinaliza, do alto do morro ou da encosta, os próximos passos que serão dados para fechar o cerco aos peixes também têm grande apelo turístico.

A pesca artesanal é mais que uma forma de ganhar a vida; constitui prática de uma beleza incomparável, beleza essa expressa na maneira como o local a percebe e como se utiliza dela, transformando-a em estilo de vida. A pesca artesanal, entretanto, nem sempre é percebida dessa forma pela população. Segundo Almeida (2006) apud Raffestin (1993), “recurso só existe em função de uma prática, de um indivíduo capaz de mobilizar um saber” (RAFFESTIN, 1993, p. 225). Partindo dessa análise, as características únicas da cultura local, associadas a sua beleza cênica, propiciam uma experiência turística diferenciada que não é apropriada de forma adequada pelos agentes turísticos locais, os quais formam a cadeia de suprimentos do turismo de Arraial do Cabo.

O povo cabista¹⁴ orgulha-se da beleza de suas praias, do seu pôr-do-sol, da água azul transparente; entretanto, o que causa estranheza a esse povo é a falta de valorização da cultura cabista, em especial da pesca artesanal, por parte daqueles que deveriam ser mais esclarecidos com relação às novas tendências do turismo, como o *trade*.

Por incrível que pareça, o problema de fiscalizar e de promover um choque de ordem no local não é o mesmo de outras unidades de conservação da federação, que não dispõem de estrutura para execução das ações de fiscalização, como as estruturas herdadas por esta UC, provenientes da primeira gestão, e que conseguiram sobreviver às mudanças nas chefias do órgão.

No passado, quando dos primeiros anos de criação da Resex, em situações muito mais desfavoráveis, a administração era de responsabilidade do IBAMA. O funcionário desse órgão, gestor da UC, promoveu uma revolução administrativa ao autuar os grandes barcos de pesca que agiam dentro da área delimitada pela reserva, inibindo, dessa forma, as ações predatórias das embarcações provenientes do sul do Brasil e de outros países. Os peixes e os crustáceos eram, então, apreendidos e doados para instituições filantrópicas. A fiscalização era eficiente e se fazia presente, intimidando as ações predatórias.

Nessa primeira gestão, produziu-se um mapa com toda a área da Resex sinalizada por pontos coloridos. Esses pontos identificavam as principais áreas utilizadas pelos atores sociais de acordo com os seus objetivos, fossem para fins de pesquisa, de pesca ou de mergulho. Esses pontos também chamavam a atenção para as áreas intangíveis onde ocorriam ecossistemas endêmicos e onde, portanto, o acesso estava limitado.

O mapa facilitava a visualização e o entendimento dos locais que poderiam ser explorados para o turismo e dos que deveriam ser evitados, pois eram os principais pontos de pesca artesanal. Sendo um instrumento de bastante utilidade,

¹⁴ Expressão que designa os nascidos em Arraial do Cabo ou registrados no município.

principalmente para as primeiras operadoras de mergulho, atraídas para a região em função da segurança que o ambiente protegido de uma UC proporciona, o mapa auxilia as grandes embarcações e, conseqüentemente, protege a rica diversidade local.

Com o aumento expressivo do número de operadoras que passaram a atuar dentro da UC e, por consequência, do número de mergulhadores, agregado ao interesse que a mídia especializada passou a ter — a qual afirmava, inclusive, que Arraial do Cabo seria o terceiro melhor ponto de mergulho do Brasil, atrás de Fernando de Noronha e de Abrolhos, nesta ordem —, tornou-se necessário dominar ferramentas que garantissem a manutenção dessa atividade de mergulho, ao mesmo tempo em que essas ferramentas não pusessem em risco a pesca artesanal, principal razão da existência dessa UC.

Para garantir o cumprimento dessas diretrizes, o Gestor da Resex na época, Fabio Franco da Costa Fabiano, elaborou um mapa a partir do mapa de bordo das próprias operadoras, que possibilitava observar a atuação das mesmas dentro do limite da Resex. A partir desse mapa, podia-se levantar os pontos de maior interesse para o mergulho por meio da média de mergulhadores por pontos; dessa forma, seria possível determinar a capacidade de carga de cada um desses pontos apresentados pelas operadoras, segundo suas próprias informações.

Criada a Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC), que atuou de forma participativa com o órgão gestor — na época, o IBAMA— com respaldo da comunidade, a Unidade de Conservação recebeu diversas doações de particulares, entre elas uma lancha para auxiliar na fiscalização. Os doadores são um grupo de empresários de São Paulo que costumava mergulhar no local; eles perceberam a importância do trabalho que estava sendo realizado.

Sendo assim, nesse momento, o turismo proporcionava a oportunidade de vivências únicas que se traduziam em manifestações de comprometimento com a sustentabilidade por parte dos visitantes. Infelizmente, essas ações sustentáveis se deram de forma espontânea e individual, não tendo partido da grande maioria dos frequentadores, do poder público local ou das empresas operadoras de turismo.

O turismo pode potencializar ações de combate à degradação ambiental, desde que esteja inserido em políticas públicas voltadas para esse fim. Os turistas são atraídos pela qualidade intrínseca a esses lugares, e os recursos advindos desses fluxos podem e devem retornar para a manutenção do ambiente equilibrado e a fim de mitigar danos causados.

O turismo poder ser aproveitado como força para a conservação do ambiente, mas o convívio entre as atividades turísticas exercidas no interior da Resex Mar e a tradição pesqueira não é harmonioso. A pesca tem sofrido retração, impondo um aumento no esforço empreendido pelos pescadores que, ao compararem sua atividade com a daqueles que atuam no turismo, constatam que estes obtêm maiores rendimentos com menor esforço.

Mesmo assim, o fato é que os pescadores de Arraial do Cabo, apesar das dificuldades, contraditoriamente demonstram certo orgulho pelo que fazem, referindo-se a si próprios como parte de um povo de fortes tradições na pesca.

Não é difícil perceber que a Resex Mar contribuiu para a valorização e para o sentimento de amor-próprio. O pescador, hoje, enxerga-se como detentor de uma cultura única. Como essa unidade de conservação abrange o mar, de onde se origina o sustento das famílias cabistas, o sentimento que permeia a população tradicional é o de posse desse recurso natural e de pertencimento a esse espaço geográfico. O uso dele por parte da atividade turística é vista com hostilidade. Segundo Almeida (2006):

A história de um lugar turístico está associada às possibilidades de atividades que ele oferece. O turista pode querer frequentar tal ou tal espaço porque ele aí encontra um interesse, uma motivação. Todavia, sem o consentimento de uma parte, pelo menos da sociedade local, nada é possível. E o sentimento de hostilidade por parte dos autóctones pode rechaçar até os investidores em equipamentos turísticos. Baptista (1998) relata, para ilustrar, o que passou em Goa, em 1987. Grupos locais, principalmente de jovens estudantes e intelectuais de posições contrárias às políticas de turismo, criaram o Jagrut Goencaranchi Faus (JGF), uma declaração contra o rápido desenvolvimento dos hotéis cinco estrelas, mobilizando a população para lutar pela proibição total de novos hotéis

daquele porte; abrandamento da expansão dos hotéis existentes; suspensão da declaração do turismo como indústria pelo Governo de Goa; negação de apoio do governo aos proprietários de hotéis cinco estrelas. (ALMEIDA, 2006, p. 115).

Cada tipo de turismo determina uma demanda específica ao uso dos espaços. Os conflitos espaciais oriundos dessa dinâmica devem ser geridos de forma a permitir que as populações tradicionais estejam inseridas e participem dos benefícios advindos da atividade turística.

Turismo não se faz sem atrativo, seja ele cultural ou natural, mas, quando uma localidade é descoberta por aqueles viajantes aventureiros e, em seguida, torna-se um destino cobiçado, na maior parte das vezes as ações acontecem sem que a comunidade anfitriã seja consultada. As decisões são tomadas pelos detentores do poder financeiro e/ou político — e de acordo com seus próprios interesses.

Normalmente, as áreas ocupadas pelos residentes são as primeiras a serem adquiridas, e se tornam áreas nobres nas quais se constroem estabelecimentos hoteleiros. Novos espaços são criados e outros são modificados para atender uma demanda ansiosa por experiências únicas.

Sem um planejamento adequado que valorize a implantação de novos bairros e acessos, a comunidade improvisa, construindo “puxadinhos” para os filhos, que constituem novas famílias e que não tem recursos financeiros suficientes para aquisição de terrenos, lotes ou casas que tiveram seus preços aumentados consideravelmente.

Com a ausência do Estado na organização, no planejamento e na fiscalização, a desordem urbana em Arraial do Cabo torna-se visível na ocupação de morros, de dunas e de restingas. Por mais que as atividades turísticas aconteçam em área marinha, todo o entorno é influenciado e sofre grandes alterações que prejudicam a qualidade de vida dos residentes, o que diminui a qualidade da experiência turística dos visitantes.

Essas mudanças sugerem a regulação de usos do espaço e a implantação de infraestrutura adequada que possibilite a qualidade nas interrelações que a chegada dos visitantes propicia, ao mesmo tempo em que é preciso dar atenção especial àqueles que são os responsáveis pelos momentos diferenciados da experiência turística, os anfitriões.

A preservação ambiental por meio da educação estimula práticas sustentáveis que ajudam na conservação e na manutenção do patrimônio cultural e natural, além de fortalecer a autoestima das comunidades através do consumo e da valorização de seus produtos.

O fortalecimento da identidade local é um dos resultados mais fortes de uma política responsável de turismo focada na inclusão social e pautada pelas tradições locais. Sua concretização resulta em melhor posicionamento da localidade no mercado turístico, na manutenção dos seus valores culturais e na minimização dos problemas ambientais oriundos do uso do seu território.

4.1 Tradição Pesqueira dos Cabistas

Essa pesquisa pretende discutir as relações existentes entre a preservação da identidade local, como diferencial para atração de fluxos turísticos, e a atividade turística e todas as suas interferências. Busca-se demonstrar a importância das tradições na busca pela sustentabilidade do turismo em pequenas localidades que, por suas dinâmicas próprias, encontram-se em posição fragilizada e despreparada para lidar com uma atividade dinâmica e, até certo ponto, bastante invasiva como o turismo.

É possível entender a cultura e as tradições como elementos dinamizadores de uma forma de turismo menos agressiva e mais comprometida com o patrimônio local, seja ele tangível ou intangível. Para isso, torna-se necessário compreender como o Estado, nos seus diversos níveis, tem trabalhado o segmento de

turismo cultural, e se esse trabalho está em consonância com as diretrizes propostas pelo PNT 2007-2010.

Fazendo-se um levantamento das ações do governo federal, pôde-se verificar que o Ministério do Turismo identificou segmentos turísticos prioritários para desenvolver ações de fomento e de implantação da atividade turística em nível nacional. Preocupado em democratizar o turismo pela inserção de novos polos turísticos, o governo federal selecionou, entre tantas formas possíveis de atender às demandas turísticas, cinco tipos de turismo. O segmento de turismo cultural foi contemplado juntamente com outros quatro segmentos de mercado.

Para que o Brasil melhor atenda os turistas, cuja motivação principal é o turismo cultural, necessita conhecer nos mínimos detalhes de seu produto. A questão torna-se complexa quando se percebe a grandiosidade da missão do Ministério do Turismo de fomentar o turismo cultural no território brasileiro, onde grande parte das manifestações culturais, das produções artesanais e dos monumentos não estão devidamente catalogados, dificultando, desse modo, a ação inicial que se caracterizaria pelo diagnóstico.

O Brasil é composto de um universo de etnias e de influências culturais múltiplas e diversificadas oriundas de povos que se fundiram, criando um caleidoscópio de possibilidades que podem ser aproveitadas como parte formadora do produto turístico. Essa abundância de cores, de sabores e de formas, da mesma maneira que amplia as possibilidades de se criar produtos diversificados e únicos, traz, em seu bojo, a dificuldade da escolha.

Como identificar um único perfil para o povo brasileiro? Um povo aberto às mudanças, de fácil assimilação das diferenças, que percebe as novidades como complementaridade e que transforma o que vem de fora no que é seu.

Oswald de Andrade, na Semana de Arte Moderna de 1922, criou o termo “antropofagismo”, segundo o qual a cultura nacional apropria-se de outras formas ao criar a sua própria. Surgiu, com ele, um grupo de intelectuais que percebia,

de forma crítica, as influências europeias e que valorizava os traços primitivos da cultura brasileira.

Como avalia Yazigi (2006), “A nova palavra de ordem sugeria analisar as sociedades sem juízo de valor, devendo apenas reconhecer suas lógicas internas, isto é, seu relativismo cultural....O mundo deixa de ser aquilo que é, para se tornar aquilo que o sujeito deseja que seja” (YAZIGI, 2006, p. 131). Em consequência, surge grande dificuldade de se implantar um projeto turístico que abrace uma identidade social consolidada, sem torná-la mais um produto folclorizado à venda no mercado turístico.

A fim de pôr em prática a criação de roteiros culturais e a organização dos destinos para atender a demanda turística específica, o Ministério do Turismo, sempre focado no segmento prioritário, ou seja, no turismo cultural, percebe a necessidade de fazer um trabalho de hierarquização da oferta de atrativos culturais. A partir desse trabalho, foram identificados os destinos indutores e traçadas as ações para preparar e para equipar esses destinos, possibilitando um melhor posicionamento do Brasil no mercado turístico internacional. O desafio é transformar a enorme diversidade cultural em ofertas de produtos competitivos.

Essa proposta não apenas tenta dotar os destinos turísticos de infraestrutura ou potencializar a oferta de serviços de qualidade que atendam às expectativas do turista, mas resgata o que está sofrendo modificações e o que corre o risco de se perder ao longo do tempo — o patrimônio histórico-cultural, seja ele tangível ou intangível.

Para isso, torna-se fundamental perceber a subjetividade, o olhar de uma sociedade, suas relações e seus símbolos, verificando as estruturas de significados que cada uma dessas sociedades carrega, aproximando-se de seus objetos imaginativos e de modo a tomar, como patrimônio da nação, seus valores, suas crenças e seus hábitos.

Geertz, em seu livro *Interpretação das Culturas* (1989), em que retrata a briga de galos balinesa, define a cultura de um povo como um conjunto de textos e “por mais intrincado que seja...as sociedades, como as vidas, contem suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas” (GEERTZ, 1989).

Para desenvolver o turismo cultural em uma localidade, não basta a reconstrução de prédios antigos de valor histórico e cultural; é preciso descobrir o acesso que conduz ao entendimento do cotidiano desses brasileiros localizados nos mais diversos pontos do país. Em cada um deles existe um saber construído através das suas diversas relações, sejam elas individuais ou coletivas, atuais ou transmitidas. Há valores simbólicos, formas de relacionamento, linguajar, crenças e convívio social. É impossível o ser humano viver em um mundo sem significados. E a cultura constitui expressão desses significados.

A cultura, como a linguagem é inconsciente, tanto assim que pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso à educação formal e que não se alfabetizaram expressam-se por meio de um linguajar próprio, o qual é compreendido e retransmitido de geração a geração com o passar dos anos. Dessa forma, seu saber empírico eterniza-se, e as relações e valores dessa sociedade são absorvidos por todos aqueles que participam daquela comunidade.

A tradição é flexível, respondendo rapidamente às modificações que ocorrem em uma determinada sociedade, e procura manter um sentido de continuidade.

A Abordagem da Festa Como Tradição, retirada da dissertação elaborada por Liliana de Mendonça Porto, cujo tema é “A Reapropriação da Tradição a partir do Presente: Um Estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte/MG”, explica a tradição da seguinte forma:

Deve-se lembrar que o termo tradição deriva da noção latina de *traditio* - ou seja, aquilo que se transmite de geração a geração. Entendo, portanto, por tradição qualquer ato ou discurso que, no presente, remeta a um passado compartilhado por um grupo específico – seja através tanto de

relatos quanto de eventos cuja origem é situada nesse passado. Passado este, por sua vez, que pode ser remoto ou recente, e que geralmente se relaciona à compreensão da permanência do grupo ao longo do tempo. A tradição pode ser percebida, então, como um patrimônio cultural do grupo, diretamente vinculado à sua continuidade e à percepção que tem da mesma. Sendo assim, ela não somente se origina no passado de forma reconhecida, mas também constitui a imagem do passado e, através dela, a imagem do presente. (Dissertação de mestrado. PORTO, 2008, p. 27).

Para a autora, a tradição não pode ser inflexível; os grupos são dinâmicos e afetados por modificações que ocorrem e que são inevitáveis. Além disso, para que a tradição se mantenha, é necessário que as mudanças ocorridas em um determinado grupo, e que foram incorporadas e aceitas, sustentem um vínculo do passado com o presente, dando um sentido de continuidade:

Para que a tradição possa apresentar um caráter dinâmico e contextualizado, é necessário que – como, de certa forma, fazem os próprios habitantes de Chapada – não se atribua a ela uma fixidez ao longo do tempo. Ou seja, que se reconheça que as tradições estão constantemente sujeitas a mudanças, a reinterpretações, desde o momento em que surgem – sejam elas impostas ou não. (Dissertação de mestrado. PORTO, 2008, p. 30).

Considerando o segmento de turismo cultural priorizado pelas ações do Estado, as tradições despertam interesse dos gestores municipais preocupados em participar dos benefícios oriundos do turismo. No município de Arraial do Cabo, a pesca apresenta-se como uma das mais importantes atividades tradicionais, sobrevivendo à tentativa de industrialização da economia municipal através da implantação da Alcalis.

Essa sociedade pesqueira, afastada dos grandes centros urbanos em função das próprias características geográficas, tinha relações sociais que eram profundamente dinâmicas. Os moradores de Arraial se casavam entre si e se identificavam conforme a praia na qual tinham construído sua residência e por meio do local onde praticavam seu ofício pesqueiro. Essas relações, que aconteciam no

interior dessa comunidade, tornavam-se ainda mais intensas e propícias a criar dependência e a valorizar os responsáveis pela provisão do alimento de todos, ou seja, os pescadores.

Neste contexto, saber onde encontrar o pescado e a forma de capturá-lo tornava-se uma questão de sobrevivência e de posição social diferenciada, prestigiada por todos.

Sendo assim, enquanto comunidade afastada e dependente da economia da pesca, os valores passados de geração para geração eram aceitos e respeitados por todos, criando uma teia de significados em que cada um se percebia como parte daquele todo.

Com ênfase nos aspectos geográficos da localidade, os turistas são atraídos pelo prazer de usufruir das praias, do mar, do sol sempre presente. Durante o verão em Arraial do Cabo, a atividade turística inicia um processo de dinamização da economia, aumentando a demanda por serviços de lazer e entretenimento, que passaram a influenciar o ritmo de vida da comunidade e, em particular, a sua principal atividade econômica, a pesca. O verão é um momento de tensão generalizada, permeando todas as relações sociais. É uma época em que a paz e a tranquilidade bucólica são quebradas de uma maneira surpreendente. Nesse intervalo temporal, aumenta a competição pelo uso do território, composto pelas praias, pelas encostas e pelo mar fronteiriço.

As atividades turísticas, representadas pelos operadores e pelos agentes turísticos, encontram, nessa época, um fluxo significativo capaz de atrair demanda necessária para maximizar seus ganhos. Surgem as excursões de um dia, em que o transporte é feito em ônibus específicos de turismo; são os *city tours* para a Região dos Lagos.

Os pescadores, por outro lado, motivados pelo crescimento do número de consumidores de seus produtos e, conseqüentemente, pelo aumento de suas margens de lucro. Vislumbram, também, a oportunidade de ampliar seus ganhos por

meio do incremento na quantidade de peixes capturados e, também, nos valores comercializados, apesar de não terem desenvolvido uma estrutura que possibilite a armazenagem dos produtos de forma adequada para venda futura, o que evitaria o desperdício observado em muitas épocas do ano em que centenas de peixes eram descartados nas praias.

Ocorrendo no mesmo espaço, entretanto, as atividades de turismo e de pesca não são complementares em Arraial do Cabo. A movimentação de veranistas e de turistas, com suas práticas esportivas e de lazer, espantam o cardume da costa, dificultando a captura dos mesmos pelos pescadores artesanais locais.

Acrescenta-se a isso que, com a chegada dos turistas ao município, ficam evidentes novas formas de se relacionar com a vida, novos valores. Os pescadores mais antigos não aceitam essas mudanças, culpando os “forasteiros” pelos desvios sociais que ocorrem na comunidade. Reportam-se ao tempo em que a pesca é que ditava a vida da comunidade e em que, por meio desse trabalho laborioso, os meninos formavam-se homens; ou seja, era através do aprendizado da arte de pescar que o caráter masculino era moldado.

A utilização de um espaço de domínio público de forma permanente pelos pescadores e por seus instrumentos de trabalho parece demonstrar o sentimento de apropriação dessa categoria, desses espaços, como forma de imposição dos seus valores culturais a uma sociedade indiferente na maioria das vezes, envolvida que está nas práticas de lazer e de entretenimento característicos de um turismo predatório.

As tradições, muitas vezes, são inventadas como parte de um processo de negociação. A própria população residente, composta de indivíduos que elegeram Arraial do Cabo para viver e para constituir família, identifica-se como “local”; apropriam-se desses valores disseminados pelos pescadores como forma de se perceber como uma comunidade herdeira dos recursos naturais em abundância no município com base em uma história percebida como própria.

Esses conceitos são reproduzidos de geração em geração, gerando sentimentos de hostilidade com os “de fora” e justificando, na opinião deles, tratamento diferenciado para com os forasteiros. Afinal, estes utilizam um espaço que pertence ao povo cabista, os descendentes daqueles que foram os primeiros moradores do lugar.

No caso específico de Arraial do Cabo, esse passado apresenta-se diariamente no ritual da pesca artesanal. O ato de pescar, de observar o cardume pelo “vigia”, os movimentos dos braços orientadores da pesca de “cerco” e da puxada da rede remontam a um tempo em que o passar dos anos e todas as mudanças ocorridas no ambiente não tiveram forças suficientes para impedir a sua continuidade. Nas puxadas de rede, nas saídas das traineiras, o passado concretiza-se nas ações presentes.

O artesanato mais procurado no município são as réplicas conhecidas como “barquinhos de madeira”, que reproduzem as canoas e os barcos originais utilizados para a pesca de cerco e de linha, conhecidas pelos modelos “Canoa de Cerco” e “Traineiras”. A primeira constitui herança dos índios; a segunda, dos portugueses. Esses barcos encantam aqueles que estão abertos a uma experiência mais sensorial. São dificilmente encontrados, devido à pouca atenção e ao pouco apoio que são dados pela prefeitura na divulgação e na reprodução desse trabalho. Esse apoio poderia ser oferecido por meio da oferta de oficinas nas escolas ou em cursos profissionalizantes, ou, mesmo, facilitando a comercialização, com a participação dos pescadores/artesãos em feiras especializadas.

Produzidos pelos próprios pescadores, a princípio para ocupar o tempo de espera quando as condições climáticas não estavam favoráveis à pesca, ou por qualquer outro motivo, como a espera da chegada do cardume, beirando a costa, os barquinhos de madeira passaram a ser produzidos como *souvenirs* em lojas de artesanato.

Alguns pescadores aperfeiçoaram a habilidade de reproduzir as canoas, criando miniaturas perfeitas que contêm rede, casinha para proteção do material e

estacas que ajudam a levar a canoa para cima das dunas, protegendo-as das marés. Essas canoas oferecem a oportunidade de colocar o nome da amada pintado na proa da canoa, o que pode ser uma grande lembrança para aquele que foi presenteado. Na cultura da pesca, os barcos e as canoas têm nomes femininos, e são batizados com os nomes daquelas pessoas que são mais queridas pelo seu proprietário.

Outra expressão artística própria da localidade é a atividade artesanal de confecção de rendas de bilro. Esse artesanato é exercido, especialmente, pelas mulheres dos pescadores, e é ensinada a suas filhas, mas essa prática se torna cada vez mais rara entre os cabistas. A confecção de rendas de bilro expressa também as qualidades necessárias para a prática da pesca. O trabalho da renda exige o exercício da paciência, que se desenvolve nas almofadas, nas quais as mulheres, manipulando os bilros com apoio dos alfinetes e dos moldes, tecem os desenhos das rendas de bilro. Ao mesmo tempo em que exercitam a habilidade manual, exercitam o equilíbrio mental, desenhando, com as linhas, figuras que em muito se assemelhavam às tramas das redes expostas nas areias das praias.

Em função dos baixos valores pagos pelo metro da renda de bilro, em contraponto à concorrência das rendas industrializadas e às possibilidades de melhores ganhos nas atividades paralelas de serviços domésticos oferecidos com a chegada dos veranistas, o que tinha, como objetivo, ser um acréscimo na economia doméstica perdeu o sentido e o lugar para outras ocupações com melhores ganhos.

A tradição torna-se importante na medida que é compartilhada por um grupo que possui estocadas experiências passadas que podem ser transmitidas às novas gerações. Esse estoque, esse reservatório de memória, na comunidade de Arraial, é usado de maneira seletiva. A comunidade une-se ou se divide em relação a um determinado evento, conforme seus interesses momentâneos, os quais, muitas vezes, é exclusivo de um determinado grupo. Em se tratando da relação *pesca x turismo*, isso é observado quando entra em discussão a utilização dos espaços destinados à pesca.

Nota-se a desordem instalada no embarque e no desembarque de passageiros no terminal náutico de Arraial do Cabo desde o momento da chegada ao município, que se dá por meio dos ônibus e das vans que levam os turistas. Estes são obrigados a desembarcar dos ônibus em um local muito afastado da Marina dos Pescadores, que não possui infraestrutura apropriada e dificulta o acesso aos barcos. Apesar da cobrança de ingressos dos turistas pela prefeitura municipal, a marina não oferece condições mínimas de uso, como banheiros, lixeiras, pavimentação e sinalização.

Talvez por uma certa ironia, essa marina é conhecida como “Marina dos Pescadores”, motivo suficiente para que os mesmos a utilizem como se fossem os únicos donos, fazendo questão de demonstrar seu poder ao espalhar seus petrechos por todo o espaço. O uso inadequado gera problemas com turistas, com visitantes e com todos aqueles que necessitam ter acesso às embarcações.

Nesse contexto de apropriação dos espaços públicos, a comunidade identifica-se com o pescador e com seu direito de acesso aos recursos naturais, posicionando-se a favor do direito dos cabistas de usufruírem do território do município de acordo com sua vontade, impondo seus direitos de ir e de vir.

É uma situação contraditória: os pescadores percebem que os visitantes trazem um aumento no fluxo de renda que circula no município, mas, ao mesmo tempo, fazem questão de manter um distanciamento, como se não se interessassem ou não tivessem tempo para se envolver em questões outras que não sejam exclusivas da pesca. Essa situação deixa clara a insatisfação em ter de dividir o espaço que “é deles”.

O interessante é que esse comportamento verifica-se no momento do trabalho direto, como a manutenção dos equipamentos, ou durante a chegada do transporte que leva o pescado aos pontos de comercialização ou, ainda, em qualquer outra atividade resultante da pesca, quando o cabista está travestido de pescador. Quando se trata, no entanto, de oferecer o passeio turístico aos visitantes, a atitude é outra, bem diferente, indiscutivelmente menos hostil e mais disposta a compartilhar o

saber empírico da atividade pesqueira. Nesse momento, o direito a ser exercido passa a ser o de explorar o passeio náutico por meio do uso dos barcos de pesca para a atividade turística, em detrimento da concorrência que vem dos saveiros, das escunas e dos barcos adequados para o transporte de passageiros, cujos proprietários não são, em sua maioria, os nascidos no município. Essa realidade, contudo, vem se alterando, pois os proprietários de barcos de pesca estão trocando sua atividade pela do turismo.

Atualmente, os passeios de barco oferecidos em Arraial do Cabo passaram a ser o mais importante produto turístico do município. Um número considerável de turistas chega para o embarque na Marina dos Pescadores diariamente, provenientes de outros municípios da região, incluindo Armação dos Búzios, um dos que mais explora essa atividade. O volume de barcos adaptados para passageiros cresceu consideravelmente nos últimos anos, superando a oferta de mergulhos autônomos pelas operadoras de mergulho.

Durante a entrevista com o Secretário de Turismo do município, observa-se a dificuldade de a administração local fazer um acompanhamento do crescimento do turismo náutico e da sua relação com as condições de vida da população. O que se percebe é que o município continua em uma posição desfavorável com relação ao IDH (índice de desenvolvimento humano). O índice de desemprego é alto, e o turismo não é priorizado nas ações governamentais, tendo, como principais focos, o *off-shore* e a exploração de petróleo na Bacia de Campos.

Além disso, o órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação criada para proteger a pesca artesanal — Resex Mar de Arraial do Cabo —, na figura de seu representante, o chefe da UC e funcionário do Instituto Chico Mendes, não tem feito nenhum acompanhamento com relação ao impacto da movimentação dos barcos de turismo para a atividade pesqueira, o que foi constatado quando foram solicitadas informações para este trabalho. Informaram a ausência de qualquer estatística referente à ação do turismo náutico e de seus impactos para a atividade pesqueira artesanal. Ainda em contato com os pescadores locais, pôde perceber a enorme insatisfação com a ação desse instituto no município.

4.2 Os Diversos Olhares dos Atores Sociais Sobre o Turismo - Análise das Entrevistas

Na Resex de A. do Cabo, são inúmeros os multiusos, que vão desde tradicionais práticas de pesca de linha, de canoas de cerco e de traineira, até atividades de lazer como *jet ski*, *banana boat* e pesca esportiva, além de turismo náutico e de mergulho. Os conflitos existentes são enormes, e parece impossível atingir uma cogestão colaborativa com a participação dos diversos atores sociais nas instâncias de poder decisório. Os órgãos de fiscalização parecem adormecidos, e as autoridades competentes, anestesiadas. A desordem é evidente: não é necessário desenvolver grandes estudos para se perceber que essa UC caminha a passos largos para a degradação ambiental.

As entrevistas realizadas buscaram captar a percepção dos diversos atores sociais referentes à gestão da UC e à importância para a manutenção de suas atividades, bem como do município de Arraial do Cabo como destino turístico.

Considerando o grau de entendimento desses atores com relação aos objetivos que levaram à decretação de uma unidade de conservação de uso sustentável, Aplicaram-se pesquisas qualitativas semiestruturadas aos principais atores sociais locais e externos que atuaram de forma decisiva nas questões relativas ao tema. Aplicaram-se também pesquisas qualitativas a pesquisadores que desenvolveram trabalhos acadêmicos sobre esse assunto. Realizaram-se entrevistas pré-agendadas, individuais, em local reservado, organizando as informações segundo as áreas em que atuam: Pesca e Aquicultura; Turismo e Recreação; Órgãos Públicos e Instituições de Ensino.

Percebendo-se que as diretrizes traçadas pelo Plano de Utilização (PU) vêm de encontro a um maior controle socioambiental e, buscando captar o entendimento dos diversos atores com relação às diretrizes traçadas no PU, ao grau de entendimento sobre os principais objetivos de criação dessa UC e aos impactos

advindos das suas atividades, elencaram-se algumas perguntas orientadoras para as entrevistas.

Principais Perguntas

1. No seu entendimento, qual o objetivo da criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo?
2. Para que a Resex-Mar foi criada?
3. O que é permitido e o que não é permitido dentro dessa UC?
4. Dentro dos limites impostos pela criação dessa UC, quais os que mais atrapalham o desenvolvimento da sua atividade e os que favorecem?
5. Quais os principais locais de uso, pela sua atividade, dentro dessa UC?
6. Você conhece o Plano de Utilização da Resex?
7. Quais os pontos fortes e os fracos desse Plano?
8. No seu entender, o que deve ser feito para assegurar que as regras de uso da UC sejam cumpridas, ou se deve criar outras?

As respostas foram sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 2: Respostas às principais perguntas.

ENTIDADES/PERGUNTAS	1	2	3	4	5	6	7	8
Colônia de Pesca Z5	Proteger o extrativista local	Proteger a pesca artesanal de Arraial do Cabo	Algumas coisas eu sei	Ela foi a melhor coisa que aconteceu dentro de Arraial do Cabo	Toda a reserva	Conheço		Criar o Conselho Real de Uso
AREMAC	Proteger o pescador artesanal	Proteger o pescador artesanal	Coibir a pesca industrial	O turismo atrapalha a pesca; é proibido o arrastão de parralha e embarcações de grande porte	Praias e costões	Sim		
1º Presidente da AREMAC	Preservar a pesca.	Proteger a pesca	Proibir grandes arrastões	As embarcações de turismo	costões	Sim, participei		Fiscalização

ACRIMAC	Proteger a população tradicional e sua cultura			Turismo náutico atrapalha o mergulho, embarcações grandes	Enxada do Forno onde estão instaladas as fazendas	Participação da criação dele		Fiscalização
AMA	A reserva é de todos; não é só do pescador.	No meu entendimento, a reserva foi criada com o intuito de proteção ao meio ambiente	Hoje não é proibido nada dentro da Resex; o que nós fazemos é um acordo.	O Mergulho noturno é proibido no Saco do Cordeiro. Foi um acordo em consenso com os pescadores. A gente sabe que o mergulho noturno não atrapalha a pesca.	A gente usa quase tudo.	A gente usa quase tudo a não ser aqueles pontos em que foi feito um acordo de não ser usado.	Eu já li o estatuto; conheço o estatuto desde a criação.	Não se deve criar mais leis; deve-se buscar o entendimento.
SECTUR	Proteger o pescador nativo e o ambiente	Proteger o ambiente e o pescador nativo	Tem um funcionário que está orientando a criação da Comissão do Mar	A Comissão do Mar vai dirigir as atividades de mergulho e náutica.		Sim		Implantar a Comissão do Mar

Fonte: Entrevistas no local.

O poder público, representado pelo Secretário de Turismo, que, à época da implantação da UC, atuava junto à associação representativa do *trade* turístico (ATAC) e em uma organização ambientalista denominada Movimento Ressurgência, ao responder as perguntas selecionadas, demonstrou entendimento sobre os objetivos de criação da UC: “no meu entendimento, a criação da Resex é para proteger o pescador nativo e dar mais segurança para a comunidade local de ter um ambiente preservado para o futuro, então eu acho que a Reserva [Reserva Extrativista Marinha de A. do Cabo] protege o ambiente além de proteger o morador, o pescador nativo”.

Complementando sua resposta, o secretário percebe que há a necessidade de ações que visem a diminuir os impactos causados no território da UC, mais especificamente com relação ao turismo náutico. Sua preocupação, entretanto, dirige-se à forma como o visitante é recebido na Marina dos Pescadores, local de embarque e de desembarque da maioria dos visitantes, não considerando a capacidade de suporte do ambiente marinho em relação ao uso massificado dessa atividade no município.

Grande parte das embarcações, tanto de turismo quanto de pesca, saem dos piers de uma mesma marina, conforme apresentado anteriormente nesta pesquisa, e se encontra em condições precárias de funcionamento: resíduos espalhados por toda a parte, a não existência de banheiros limpos e a ausência de manutenção, que expõe os usuários a riscos de acidentes. Segundo o Secretário, “é um absurdo o que acontece ali dentro [na Marina], não há recepção; muito complicado porque você tem a questão dos pescadores, do mergulho e do turismo, que são três atividades que se enfrentam aqui o tempo inteiro”.

Representando também o poder público, o presidente da Fundação de Pesca de Arraial do Cabo (FIPAC), que atua na administração da Marina dos Pescadores, ao ser indagado sobre as competências, as obrigações e os deveres do órgão com relação à Resex, respondeu que, na época da implantação dessa UC, ele era pescador e que, conhecendo o estatuto da reserva, sabe que o mesmo prevê o poder de polícia da FIPAC, mas que, atualmente, como funcionário público, não percebe esse poder. Seria necessário que leis fossem criadas para isso. Recentemente, segundo ele, foi encaminhado à Câmara de Vereadores um novo estatuto para a FIPAC, mas isso implicou um conflito com a Secretaria de Meio Ambiente: “O meio ambiente achou que nós estávamos com o mesmo poder que eles dentro da reserva; isso está para definir entre Meio Ambiente, Prefeito e FIPAC”. Indagado se a Secretaria de Meio Ambiente faz uso da sua competência para coibir abusos dentro da UC, o presidente foi enfático: “Eles não tem logística para isso também”.

Ainda sobre o assunto da Marina, o Secretário de Turismo afirma que existe um projeto de estruturação da Marina dos Pescadores em que haveria a criação de um Terminal Turístico. Esta pesquisa, no entanto, verifica que, durante os primeiros anos de implantação desta UC, o primeiro gestor já tinha previsto um projeto dessa natureza, com atendimento ao turista por meio de um Centro de Educação Ambiental e de material informativo sobre aspectos de interesse ecossocial. Passados 14 anos, nada nesse sentido foi realizado: tudo continua sob forma de projeto.

Apesar de se constatar que as entidades ligadas ao setor de aquicultura e de pesca em suas respostas demonstram conhecer as diretrizes e as normas da UC, não se observa o comprometimento delas na prática. O que se vê é, nitidamente, o desrespeito e a complacência com os desmandos às normatizações e aos regulamentos constantes no Plano Nacional de Meio Ambiente, na lei SNUC e no Plano de Utilização da Resex (PU), organizado pela comunidade em discussões feitas em assembleias, quando ainda havia o comprometimento com o futuro.

O atual presidente da FIPAC, de uma forma pessimista, tece o seguinte comentário: “Olha eu sou suspeito até pra falar, mas como fui um dos criadores, como tem muitos vídeos gravados, onde eu digo que a reserva é um presente que veio dos céus para Arraial do Cabo. Hoje, eu diria que, se tivesse um abaixo-assinado dizendo ‘acaba com a Resex’, eu seria um [dos apoiadores], porque a reserva veio para o pescador artesanal, e o pescador artesanal é o que menos está sendo favorecido dentro da reserva”.

O PU foi publicado em 1999, tendo sido elaborado de forma participativa, abrangente e democrática, a partir de decisões tomadas em assembleias gerais, com a participação de todos os interessados por meio de suas representações sociais. Os segmentos sociais eram convocados por carta; também eram convocados o poder público e os pescadores de todas as praias e das diversas modalidades de pesca. Esses encontros aconteciam na sede da Associação de Pescadores da Praia Grande, local totalmente aberto, sem restrições de acesso.

Composto por cinco páginas, o PU buscou gerir conflitos de interesse das diversas modalidades de pesca no território da UC, bem como ordenar as práticas de turismo que ocorriam nesse espaço. O primeiro exercício foi elencar representantes de cada modalidade ou arte de pesca, e mapear seus territórios de atuação ou pesqueiros, identificando: os pescadores de canoas que atuam no arrasto de praia; aqueles de pesca de linha que atuam mais nos costões; os de traineiras, o mergulhador de polvo; e os extrativistas coletores de mexilhão e criadores de ostras.

Cada representante foi eleito por sua própria comunidade, podendo, então, reivindicar seus anseios. Partindo do princípio de que o que deveria nortear as discussões seriam as questões coletivas, não as pessoais. Dessa forma, vários pontos foram discutidos, em pequenas reuniões, e depois eram votados nas grandes assembleias para, finalmente, serem convalidadas pelo CNPT-DF (Centro Nacional de Populações Tradicionais – Distrito Federal), em que foram inseridas na minuta da Portaria do IBAMA 17 N-99.

Depois de dois anos de dezenas de reuniões, em cada praia e comunidade, e com cada tipo de usuário que já desenvolvia alguma atividade no território da UC, esse PU teve sua atuação regulamentada, tendo os arrastões industriais, o mergulho de *scuba* noturno e o *jet sky* proibidos.

As diretrizes traçadas no PU encontraram mais resistência da parte das operadoras de turismo, que tiveram um forte crescimento após a criação e a implantação da Reserva Extrativista Marinha de A. do Cabo. Essas operadoras quiseram garantir suas posições em ação na Justiça Federal, e questionaram a cobrança de R\$ 3,00 de taxa de visitação — que estava sendo implantada para criação de um fundo destinado a consolidar a unidade de conservação — e a entrega do Mapa de Bordo ao órgão responsável pela administração da Resex, práticas comuns em outras UCs nas quais o mergulho autônomo acontece, como o Parque Marinho de Abrolhos e o Parque Nacional de Fernando de Noronha.

Na verdade, o PU, em suas cinco páginas, aborda a pesca em três delas, criando regras com o objetivo de disciplinar o setor. As outras duas páginas referem-se aos usos do turismo e de empreendimentos náuticos.

Há inovações importantes, como:

- 1- Permitir o pescador vender isca viva de sardinha para os atuneiros na época de defeso da espécie, tirando o pequeno pescador da criminalidade ambiental;
- 2- Orientar a captura “não se pesca o que não se come”. Foi publicada uma lista de espécies proibidas de pescar;
- 3- Foi a primeira portaria no país a definir tamanho mínimo para o polvo e para os serranídeos (Cherne, Badejo e Garoupa), tamanhos estes que, somente em 2005, a universidade UNIVALI iria publicar pesquisa e recomendaria o mesmo tamanho, publicado pelo IBAMA;
- 4- Inovou também quanto ao conceito de áreas intangíveis em UCs de uso sustentável.

A Lei n. 6938/08 preconiza o direito da população tradicional de usar o território da Resex, garantindo o acesso aos seus recursos e à manutenção das suas atividades tradicionais. Essa lei garante, aos pescadores, prioridade de uso nos espaços de pesca que também eram de interesse das operadoras de mergulho.

Nas assembleias, essa situação gerava inúmeros conflitos. As operadoras chegaram a reivindicar que os seus votos tivessem peso dois, pois o número de pescadores que votava era muito maior, segundo relato do primeiro administrador da Resex, em entrevista. Dessa forma, as operadoras queriam garantir determinadas áreas para a prática de suas atividades, mesmo em prejuízo da pesca artesanal, objeto de criação da UC. O Plano de Utilização da Resex de A. do Cabo tinha, como objetivo, “evitar o caos socioambiental que já estava se percebendo na época de criação da reserva”, de acordo com Pedrini et al. (2007).

O atual presidente da Associação de Mergulhadores de Arraial do Cabo (AMA), em resposta à primeira pergunta da entrevista (“no seu entendimento, qual é o objetivo da criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo?”), respondeu que “a reserva é de todos; não é só do pescador”, ou seja, é de todos para o uso, mas não para a manutenção e para a preservação ambiental, pois as operadoras não destinam recursos para essa finalidade e, muito menos, desenvolvem qualquer tipo de projeto com esse fim, apesar de o Presidente da AMA afirmar que “O mergulhador, além de preservar, ele recolhe aquilo que as pessoas jogam”.

O Prof. Pedrini *et al.* (2007), em sua pesquisa a partir do mapa de bordo disponibilizado pelas operadoras de mergulho e entregues ao ICMBio de Arraial do Cabo, referentes ao período 2003- 2007, aponta, em seu trabalho, quarenta áreas de mergulho (quadro abaixo), enfatizando que algumas dessas áreas, utilizadas pelas operadoras, incluem áreas integralmente protegidas, sugerindo desinformação das mesmas e, pode-se complementar, falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes. Além disso, o professor observou que foram encontradas 5.238 visitas nos pontos de mergulho, mas sem determinar o número de mergulhadores presentes em cada uma delas, observando-se a ausência de atenção à capacidade de carga dessas áreas.

Exemplificando, não são apenas os mergulhos que causam impacto. Se os outros impactos não forem identificados, poderão criar uma sinergia com os dos mergulhos e contribuir para tornar o impacto comum todo mais intenso e diversificado. É necessário conhecer o conjunto de impactos e seus efeitos para depois determinar a capacidade de carga de cada uma das atividades recreativas. Desse modo, o levantamento de dados sobre mergulho autônomo será de grande valia para uma adequada gestão ambiental da ResexMarAC, pois a literatura internacional vem mostrando que mergulhadores podem involuntariamente causar prejuízos importantes ao ambiente marinho. (PEDRINI *et al.*, 2007).

Outro dado importante do trabalho de Pedrini *et al.* (2007) diz respeito ao levantamento do nível de experiência dos mergulhadores:

Quadro 3: Nível de experiência dos mergulhadores.

Anos	Nível dos mergulhadores					Total
	Batismo	Básico	Avançado	Profissional	Técnico	
2003	242	1332	457	184	10	2225
2004	104	529	304	57	02	939
2005	217	937	440	38	16	1648
2006	305	540	434	53	02	1334
Total	868	3338	1635	332	30	6203
%	14	53,81	26,36	5,35	0,48	

Fonte: Pedrini (2007).

Esse quadro demonstra que a predominância de mergulhadores na Resex de A. do Cabo é composta, em sua maioria, por mergulhadores sem nenhuma experiência (14% de Batismo) e por mergulhadores com pouquíssima experiência (53,81% - Básico), totalizando 67,81%, “tal fato é preocupante, pois os impactos potenciais, teoricamente, podem se concentrar nessa faixa de experiência” (PEDRINI et al., 2007). Estudos vêm demonstrando que boa parte dos impactos negativos ocorrem por toque involuntário dos mergulhadores com pouca fluutuabilidade, consequência da falta de experiência e do pouco tempo de prática da atividade de mergulho, segundo Pedrini *et al.* (2007).

O Presidente da AMA, no que concerne à pergunta “No seu entender, o que deve ser feito para assegurar que as regras de uso da UC sejam cumpridas, ou se deve criar outras?”, responde da seguinte forma: “Não, não deve ser criado mais lei nenhuma; o que se deve fazer é um entendimento de como está sendo feito agora, as comissões. Cada um tenta colocar o que pensa e que maneira. As pessoas tem que entender e o pescador tem que entender; na minha opinião, e o povo de Arraial tem que entender que isso aqui tem que ser gerido por todos, porque, na verdade, um, sozinho, não faz nada. Hoje, nós só estamos fazendo alguma coisa porque nós nos unimos; só assim irá funcionar, com a união e bom senso de todos”.

Ele, no entanto, se contradiz ao observar que a atividade de mergulho não se orienta pelos acordos firmados: “A gente usa quase tudo, a não ser aqueles pontos em que foi feito um acordo de não ser usado. Vou te dar um exemplo: a AMA, há um tempo, o Cadu e o Zé Bola, criaram uma APA desde o começo do Saco da Abóbora até o Boqueirão; esse trecho todos nós não usamos porque foi criada a APA e nós perdemos, isto tudo nós deixamos porque foi pedido que ali naquele pedaço ficasse sem o mergulho”. Nos estudos realizados pelo professor Pedrini *et al.*, em 2007, constata-se o uso desse espaço e do local conhecido como Santuário da Pedra Vermelha, considerado intangível na normatização da AREMAC.

Com relação à segunda pergunta, “Para que ela (a Resex-Mar) foi criada?”, respondeu-se: “No meu entendimento, a reserva foi criada com intuito de proteção do meio ambiente”. Ou seja, desconsidera-se que o principal objetivo norteador da criação de uma UC de uso sustentável é o de “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista” (Decreto de criação da Resex, art. 4º) e que “A área da Reserva Extrativista ora criada fica declarada de interesse **ecológico e social**, conforme preconiza o art. 2º do Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Quando indagado sobre a terceira pergunta relacionada ao que é permitido e ao que não é permitido dentro dessa UC, ele responde que “Hoje não é proibido nada dentro da Resex; o que nós fazemos é um acordo”.

Em sua entrevista, pode-se notar que o primeiro presidente da AREMAC preocupa-se com a manutenção da atividade pesqueira, não só em Arraial do Cabo, como no Brasil como um todo. Ele lembra que as cidades estão crescendo e que, segundo suas próprias palavras, não possuem estruturas de saneamento que comportem esse crescimento: “mais esgoto mais sujeira, mais embarcações, mais iluminação, tudo aumenta e isso tudo influi na pesca. Você sabe que a iluminação atrapalha a pesca? O peixe que entrava antigamente quando a cidade era pequenininha é um. Por isso que vários pescadores migraram para o turismo. A

população está vendo que a pesca não dá, e faz o quê? Vai comprar um barco para trabalhar no turismo”.

Mais adiante, o primeiro presidente da AREMAC afirma que a pesca não suporta mais o número de embarcações de turismo e o conseqüente afastamento dos peixes da costa. Reclama muito dos órgãos fiscalizadores e da ausência de um plano de carga que limite o número de embarcações, fato que não ocorria no passado: “No princípio, que deu certo, que proibiu mesmo entrada de várias embarcações, porque sabia que a lei ia funcionar; hoje em dia, a lei não funciona, a porta está aberta a qualquer um que chega aqui que vem de fora, e os órgãos fiscalizadores não fazem nada”.

A interpretação do Prof. Dr. Roberto Kant de Lima, Coordenador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT INEAC), ex-coordenador do UFF/NUFEP que colaborou no desenvolvimento do projeto de criação da Resex, ajuda a analisar as transformações nas relações sociais no interior dessa UC, avaliando que a sociedade incorpora, de uma maneira diferenciada, as políticas públicas que se propõem a criar algo por meio de decretos, de normas ou de normativas: “Tenho impressão de que aqui esse processo seguiu esse curso, essa dinâmica; houve um primeiro momento, houve uma situação favorável. Esse processo vai mudando com o tempo e, hoje, a reserva tem menos visibilidade, exatamente por isso mesmo, porque quem dava muita visibilidade a ela era o Fábio [o primeiro gestor da Resex Mar]. Hoje, ela não tem tanta visibilidade, e talvez ela esteja em um outro processo, em um outro ritmo, em uma outra etapa”.

No passado, o Plano de Utilização da Resex Mar foi um exercício importante de democratização e de negociação frente ao enorme desafio de se harmonizar interesses conflitantes. Valorizando-se o saber empírico da população tradicional, esse plano definiu regras de uso importantes, algumas delas adotadas anos depois pelo Ministério do Meio Ambiente e, outras, adequadas às características locais, como a quantidade e o tamanho de embarcações utilizadas para o turismo náutico.

Não são somente as atividades de mergulho que causam impactos negativos significativos dentro da Resex, mas as manifestações organizadas do setor e as suas ações contrárias à implementação de regras abriram um precedente, no mínimo, perigoso, que fez multiplicar a desordem, ampliando os impactos negativos e dando a sensação de ausência de regras.

Em uma época em que não se disseminava a importância do desenvolvimento de atividades de turismo que buscassem a inclusão social, o Plano de Utilização da Resex fomentou a complementação de renda para a população local por meio da participação dos pescadores artesanais e de suas embarcações de até 9m no turismo. Esses proprietários de pequenas embarcações tornaram-se isentos da taxa de visitação e foram, além disso, estimulados a implantar estrutura própria de embarque e de desembarque de turistas. Atualmente, esses pescadores adotam um píer flutuante instalado na Praia dos Anjos que propicia maior conforto e segurança para os visitantes, além de não causar impacto negativo ao ambiente, pois funciona com flutuadores que são retirados do mar na baixa temporada turística.

A ausência de observância às regras e ao conflito de interesses com as práticas socioculturais contribuíram para tornar Arraial do Cabo, hoje, refém de uma prática massificada de turismo, preocupação da maioria dos atores sociais que abordaram esse respeito em suas entrevistas. Nesse sentido, percebe-se o importante papel que deve ser exercido pelo poder público local, não se abstendo de implantar políticas de desenvolvimento do turismo alicerçadas nas dimensões da sustentabilidade, ao mesmo tempo prevendo a regulação da atividade turística no interior da UC e em consonância com suas diretrizes e objetivos.

CONCLUSÃO

Entendido como fenômeno socioespacial, o turismo constitui-se no deslocamento de pessoas pelo território, de forma temporária, gerando uma atividade econômica que transforma as localidades. Essas transformações fazem surgir novas estruturas ocupacionais que contribuem para o abandono de práticas tradicionais, substituídas por outras do setor terciário.

Esse aspecto pode representar o aparecimento de conflitos internos nos grupos sociais locais, prejudicando as relações dos mesmos com os visitantes e com os agentes de mercado, colocando em risco a própria manutenção da atividade turística.

O município de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, foi contemplado com a criação de uma Unidade de Conservação de interesse ecossocial, ao mesmo tempo em que é identificado como um destino turístico.

No projeto de criação dessa UC, a pesca artesanal é apresentada como uma atividade centenária que se mantém ao longo dos tempos, apesar de tentativas frustradas de envolver os pescadores locais em outras atividades, como a industrial e a salineira, além de representar e de “contribuir na identidade cabista”, associada à de pescador artesanal. Os recursos naturais renováveis “são elementos constitutivos básicos da possibilidade de tal identidade”.¹⁵

Buscar um segmento turístico para fins de mercado que seja mais compatível com as características de Arraial do Cabo significa, acima de tudo, a valorização da produção local por meio de suas manifestações, que, no caso em questão, gira em torno da pesca artesanal. Por meio dessa valorização, dá-se ao pescador a oportunidade de agregar valor ao seu produto e de o incluir na cadeia

¹⁵ Projeto Reserva Extrativista de Pesca Artesanal Marinha, 1996 (UFF-NUFEP).

produtiva do turismo, visando a uma maior harmonização da atividade turística com a comunidade e com os seus agentes.

Partindo desta premissa, o pescador passa a ser visto como a figura central das ações de fomento do turismo no município, servindo como inspiração para todos os setores responsáveis pela produção do produto turístico.

Essa inspiração pode ser encontrada na confecção dos pratos servidos pelos estabelecimentos comerciais, com maior ênfase nos pratos típicos; inspiração com relação aos produtos confeccionados e produzidos pela população local; inspiração nas festas regionais, resgatando algumas com forte apelo à cultura pesqueira, como a “Barqueta de São Pedro”, Padroeiro dos pescadores que não tem sido realizada nos últimos anos; inspiração no artesanato, principalmente aquele confeccionado com conchas, com sementes, com ossadas de peixes e com outras matérias-primas encontradas na região; inspiração na decoração dos meios de hospedagem, e assim por diante. Busca-se criar um estilo próprio com fortes raízes na cultura local e identificado com a pesca artesanal.

É importante sinalizar que a criação da Resex Mar de A. do Cabo não tem fundamento paternalista. As práticas adotadas por aqueles que viveram e que se estabeleceram naquele território específico, e suas relações com a natureza, resultaram na preservação do mesmo e de seus recursos naturais, dos quais, hoje, muitos podem usufruir. Preservá-los significa, de certa forma, proteger a sociedade e o ambiente natural como um todo.

O turismo é uma atividade que propicia a busca do desconhecido, do diferente, da fantasia. Trabalhado de forma inteligente, privilegia os aspectos únicos de uma determinada sociedade, criando um ambiente apropriado para o desenvolvimento sustentável, podendo, também, ser fonte de melhoria da qualidade

de vida da população autóctone¹⁶ e de proteção dos ambientes socioculturais e naturais.

Entende-se que a complexidade do turismo é constituída pelas ações dos diversos agentes turísticos, e que essas ações devem ser reguladas por políticas públicas locais de desenvolvimento do setor que expressem os valores culturais da comunidade, servindo também como instrumento de consolidação das diretrizes traçadas na implantação da unidade de conservação.

Nesta pesquisa, pôde-se perceber que grande parte dos impactos que interferem no equilíbrio ambiental e sociocultural da unidade de conservação Resex Mar de Arraial do Cabo advém da falta de observância, por parte dos agentes turísticos, às normas estabelecidas, seja por meio das diretrizes traçadas pelos órgãos públicos federais, seja aquelas acordadas e firmadas em documentos como os constantes no Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo — Portaria IBAMA 17-N. A observância a esse documento, elaborado de forma participativa, ajudaria muito os atuais gestores dessa UC e os responsáveis pelas políticas de turismo na localidade a desenvolver e a programar ações para uma gestão mais eficiente.

A implantação de um Centro de Visitação que propiciasse a disseminação dos valores históricos e culturais da região, passagem obrigatória para os praticantes do turismo náutico e de mergulho, serviria para conscientizar os usuários da UC da fragilidade dos ambientes ecológicos e socioculturais e da necessidade de ordenamento das atividades, incentivando-os à preservação e ao respeito às práticas tradicionais. O turismo, como é praticado dentro da UC, não privilegia os aspectos únicos da pesca artesanal; dessa forma, não colabora para a manutenção da mesma.

¹⁶ Autóctone: termo que significa “nativo”, originário do próprio lugar onde habita atualmente (GOODLAND, 1975).

Novas tendências no mercado turístico criaram segmentos que são utilizados apenas como ferramentas para atender as demandas, tendo, como finalidade, o aumento na captação dos fluxos turísticos. É o que acontece na prática do mergulho dentro do território da Resex Mar de Arraial do Cabo.

A ausência de fiscalização dos órgãos competentes, associada à complacência da administração pública local, são fatores decisivos que favorecem os abusos e os descontroles observados nas ações do setor privado dentro dessa UC.

Percebe-se, ainda, a necessidade premente de unir competências entre as políticas públicas ambientais e de turismo com vistas a ordenar, de forma efetiva, a prática do lazer e da visitação em áreas protegidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, M. G. A produção do ser e do lugar turístico. In: SILVA, J. B.; LIMA, L.C; ELIAS, D. (Orgs). *Panorama da Geografia Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Annablume, ANPEGE, 2006, p. 109-122.

BARRETO, M. *Planejamento e Organização em Turismo*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo*. Campinas: Papirus, 2004.

BENI, M. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo no Brasil 2007/2010*. Brasília, 2006.

_____. _____. Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: <www.institucion.al.turismo.gov.br>. Acesso em: 28 mai. 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2003.

_____. _____. IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais); SUPES- RJ (Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro). *Projeto Reserva Extrativista de Pesca Artesanal Marinha Arraial do Cabo – RESEX Arraial do Cabo*, Rio de Janeiro, 1996.

_____. _____. ICMBIO. *Termo de Referência para o Apoio na Elaboração do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Marinha – Arraial do Cabo/RJ* Termo de Referência n. 38/2009.

BRITTO, R. C. C. *Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ*. Niterói: EdUFF, 1999.

BUTLER, R. W. *The Concept of a tourism area circle of evolution: implications for management of resources*. Canadian Geographer, 1980.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. Perfil Econômico de Arraial do Cabo, 2003. Disponível em:

<<http://www.cide.rj.gov.br/Cidinho/municipio/arraialdocabo.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, 2006.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Turismo e Patrimônio Cultural - Recursos Acompanham o Crescimento das Cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Planejamento do Turismo: Políticas e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008.

FRATUCCI, A. C. *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 2008. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2008.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOMES, M. M. *A Participação Sociopolítica na Gestão Ambiental da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

GUTBERLET, J.; CARNEIRO, A. M. M. *Conflitos de Pesca e Uso de Recursos Naturais na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo*. Projeto Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento. 2007. Programa Petrobras Ambiental. Relatório de Campo. Arraial do Cabo, RJ.

IBGE. *Cidades: Arraial do Cabo - RJ*. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 mai. 2008.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. *Quem Somos?*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

LAGE, B. H. G. Segmentação do mercado turístico. *Turismo em análise*, São Paulo, v. 3, n. 2 p. 61-74, 1992.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Londres: Blackwell, 1991.

LEUZINGER, C. *Ecoturismo em Unidades de Conservação*. Brasília: WD Ambiental, 2002.

LEUZINGER, M. D. *Natureza e Cultura – Unidades de Conservação de Proteção Integral e Populações Tradicionais Residentes*. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2000.

LOBÃO, R. J. S. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

MOESCH, M. *A Produção do Saber Turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTORO, T. *Cultura do Turismo desafios e práticas socioambientais*. Brasília: Thesaurus, 2003.

PAIVA, M. G. M. V. *Sociologia do Turismo*. Campinas: Papyrus, 1999.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. *Reflexões sobre um novo turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.

PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. (Org.). *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2009.

_____. *Questões Epistemológicas*. São Paulo: Aleph, 2005.

PEDRINI, A. G.; MANESCHY, F.; COSTA, C.; ALMEIDA, E. R. *Gestão Ambiental em Áreas Protegidas x Estatísticas de Mergulho na Resex Marinha de Arraial do Cabo, RJ*. [s.n.t.].

PRADO, S. M. *Da Anchoa ao Salário Mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EdUFF, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RUSCHMANN, D. *Marketing turístico: um enfoque promocional*. Campinas: Papyrus, 1993.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, 1977.

VASCONCELOS, F. P. Gestão Integrada do Litoral e sua Implicação na Atividade Turística. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 320-326.

YÁZIGI, E. *Turismo uma esperança condicional*. 3. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. *A Alma do Lugar: Turismo, Planejamento e Cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

ANEXO 1
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA IBAMA N°17-N, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, pelo art. 23 do Anexo I do Decreto n°78, de 05 de abril de 1991 e pelos incisos II e XVI do art. 83, capítulo IV do Regimento Interno aprovado pela Portaria n°445, de 16 de agosto de 1989, do Ministério do Interior, com fundamento no Decreto n° 98.897, de 30 de janeiro de 1990, e

Considerando que a Associação de Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – AREMAC apresentou ao IBAMA um Plano de Utilização da referida reserva; e

Considerando o disposto no §2 do art. 4° do Decreto n° 98.897/90, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, constante do Anexo I à presente Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Eduardo de Souza Martins

Presidente

(DOU de 19.02.99)

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA
DE ARRAIAL DO CABO – RJ
PLANO DE UTILIZAÇÃO

1. Finalidade do Plano

1.1. Este Plano objetiva assegurar a sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo mediante a regularização dos Recursos Naturais e dos comportamentos a serem seguidos pela população extrativista no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional da fauna marinha. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos extrativistas, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir as legislações ambientais.

1.2. Objetiva ainda este Plano manifesta ao IBAMA, o compromisso dos extrativistas de respeitar a Legislação Ambiental e o Plano de Utilização.

1.3. O presente Plano tem como finalidade servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de “sustentabilidade” é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução permanente das espécies aquáticas animais ou vegetais que tenham no mar seu normal ou mais freqüente meio de vida, bem como sua regeneração completa, e que possibilitem à população local viver em condições de crescente qualidade e dignidade.

2. Metas a serem alcançadas

2.1. A sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo será baseada nas fontes produtivas que não destruam o equilíbrio ambiental e assim permitam sua preservação para as presentes e futuras gerações. Entre as distintas atividades produtivas dos extrativistas encontram-se, aproveitamento dos recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal, mergulho profissional, pesca subaquática amadora pesca esportiva, esportes náuticos, eco-turismo, aquíicultura, beneficiamento do pescado, comercialização e fiscalização.

3. Direitos e Responsabilidade na Execução do Plano.

3.1. Todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores na Administração da Reserva, de forma coletiva ou individual, são responsáveis pela execução do presente Plano de Utilização.

3.2. A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será da Diretoria e Conselho Deliberativo da Associação e do IBAMA, de acordo com a situação.

3.3. Compete ao IBAMA e AREMAC, nos termos das normas ambientais e de pesca eleger o maior interesse social no uso sustentado dos recursos naturais e como critério para diminuir conflitos a bem de sua conservação.

4. Intervenções Extrativistas na RESEX Marinha de Arraial do Cabo.

4.1. É permitida a pesca artesanal de canoa, de mergulho, sub-aquática amadora, esportiva, científica e profissional. Entretanto todos os usuários, de acordo com as modalidades, e no que couber devem estar em dias com o Ministério da Marinha, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, IBAMA e outros órgãos vinculados, bem como com a AREMAC, mediante pagamento anual de taxa, estabelecido em Assembléia.

4.2. É proibido pescar com redes de fio de nylon (monofilamento) conhecidas como: de malha laça, de caída, de espera, caiçara, três malhos, caçoeira, cunvineira, traineira (cerco).

4.3. Proibido pescar com redes de arrasto, de portas, arrasto de parelha, arrasto de meia água, bem como usar explosivos e substâncias tóxicas.

4.4. Todas as embarcações que operam dentro da Reserva são obrigadas a apresentar ao IBAMA o Mapa de Bordo e a Relação de Captura.

4.5. É proibido o mergulho noturno de quaisquer modalidades.

4.6. A lista de peixes, moluscos e crustáceos com seus respectivos tamanhos mínimos constantes neste Plano (anexo) e no ordenamento pela AREMAC, deverão ser respeitados por todos os pescadores profissionais.

5. Intervenções da Pesca de canoa

5.1. É permitida a pesca de canoas (cerco) de acordo com as normas de “direito de vez” que regulam a “corrida das canoas” e suas respectivas “marcas de pescaria”, em consonância com a legislação municipal e federal e ainda respeitando os acordos estabelecidos entre as “companhas” devidamente registrados em ata pela AREMAC.

5.2. Durante o cerco fica proibido tarrapear a menos de 500m deste.

5.3. Fica obrigatório o uso de sinalização luminosa das redes durante o cerco noturno na “Prainha” onde ocorre a passagem de traineiras a noite.

5.4. As malhas de redes de canoas grandes e redinhas de canoas pequenas devem ter no máximo 200 braças de comprimento por 12 braças de altura e sua malha deve ter nas mangas entre 18 a 20mm, e no copio entre 10 a 13mm.

5.5. A pesca de canoas obedecerá às seguintes regras para os locais abaixo citados:

Praia do Forno: fica proibido o fundeio de embarcações de pesca, exceto para lazer.

Praia da Ilha de Cabo Frio: fica permitido o cerco (cachangar) no saco da ilha.

Praia Grande: o cerco pode ser feito e refeito enquanto estiver uma canoa junto a rede caracterizando a pesca como artesanal e o direito de vez.

6. Intervenções da Pesca de Lula:

6.1. Os extrativistas têm o direito de pescar lula para seu consumo e comercialização, nos termos do Plano de Manejo que determine a sustentabilidade da produção e das leis ambientais.

6.2. A pesca da lula até novos estudos técnicos será utilizada nas mediações da Praia Grande e em 03 (três) modalidades a seguir:

a) Redinhas de Praias ou Arrastão de Lula

b) Redinha de Armar

c) Pesca de Pedra

6.3. As redes para esta modalidade deverão medir entre 80 a 120 braças de comprimento e entre 6 a 7 braças de altura. A malha permitida para este aparelho é de 10mm para as mangas e de 10mm para o copio.

6.4. Para manter o estoque, esta modalidade seguirá um cronograma anual onde especificará a quantidade de canoas, o horário de saída e chegada e a duração do cerco, que será aprovado em assembléia geral conjuntamente com o Conselho Deliberativo da AREMAC.

6.5. A inclusão de novas canoas, assim como a ordem de inclusão nesta modalidade, está condicionada a aprovação em assembléia geral da AREMAC.

6.6. Os cercos de lula devem observar uma distância mínima de 20 metros da “Pescaria de Pedra”.

6.7. As “redinhas de Armar” deverão fundear seus botes e canoas a partir da pedra denominada “Pontinha”, em direção a “Ponta da Cabeça”. Sempre obedecendo a ordem de chegada no ponto pesqueiro.

6.8. Para a “Pescaria de Pedra” não será permitido a pesca antes do primeiro ponto pesqueiro caso já tenha “Redinha de Lula” no local.

7. Intervenção da Pesca de Traineiras

7.1 Para a pesca de traineiras, os pescadores deverão obedecer as normas ambientais; estar registradas em Arraial do Cabo, obedecer aos locais permitidos, e pagar uma taxa para a AREMAC estabelecida em ata.

7.2 Para o exercício desta modalidade no interior da Reserva as embarcações extrativistas deverão ter no máximo 8 TAB (oito toneladas de arqueação bruta).

7.3. As redes para esta modalidade deverão ter no máximo 220 braças de comprimento e 20 braças de altura de malha entre 10 e 14 mm. Não é permitido o uso de redes três malhos com sacador e anilhas.

7.4. Fica limitado a inclusão de no máximo 5 (cinco) traineiras de Cabo Frio para atividade dentro da Reserva, devendo obrigatoriamente seguir as normas estabelecidas neste Plano de Utilização, ter como proprietário um pescador, e obrigatoriamente descarregar o pescado no cais de Arraial do Cabo.

7.5. As traineiras deverão obedecer as seguintes restrições de local: Praia Grande: É proibido o cerco da “Ponta da cabeça” para a terra até o “Afonso”, respeitando o limita de 10 a 12 metros de profundidade. Ilha dos Franceses: O cerco deverá manter uma distância mínima de 150 metros a pedra, no encontro da ilha Maramutá: Enquanto tiver canoas de linha no ponto não poderá haver cerco e fundeio. Prainha: Durante o dia se houver canoa no ponto fica proibido o cerco no “saco da Graçainha” para a praia. Praia do Pontal: É proibido o fundeio e o cerco a menos de 200 metros da praia durante o dia. Praia dos Anjos: Quando houver canoa no ponto, fica proibido o cerco entre a praia e a “Pedra Lisa” dentro da Enseada dos Anjos. Praia da Ilha de Cabo Frio: Sempre que houver canoa ao largo da ilha fica proibido o cerco de traineira. Quando ocorrer o cerco este só será permitido a uma distância 200 metros de costão. Praia do Forno: Só será permitido o cerco de traineiras dos “Dois Vigias” para fora da enseada quando não houver canoa no ponto.

8. Intervenções para a captura da Sardinha Verdadeira

8.1.A pesca da Sardinha verdadeira pode ser realizada por todos os pescadores artesanais tradicionais. Quanto a frota atuneira implica ao cumprimento das normas pesqueiras e ambientais no interior de Unidade de Conservação.

8.2. No período de defeso os pescadores da reserva poderão iscar e vender isca-viva.

9. Intervenção para a Pesca Subaquática Profissional

9.1. Os extrativistas tem o direito a extração de Crustáceos, Moluscos e Peixes existentes na Reserva. Essa extração é restrita a pescadores que se dediquem ao mergulho profissional, registrados, autorizados e em dias com a AREMAC e o IBAMA, e devidamente habilitados. A autorização de extração ou apanha, dimensões, quantidades, horários, local de desembarque, e locais permitidos será concedida em Assembléia Geral, em caráter permanente ou temporário, e cumprirão as obrigações especificadas pelas normas ambientais.

9.2. Por ser área de preservação permanente fica proibido a captura de peixes ornamentais, corais e invertebrados utilizados para ornamentação.

9.3. O Mergulho profissional fica restrito ao período de 7:00 às 13:00 h para os mergulhadores de Arraial do Cabo e das 9:00 às 13:00 h para os mergulhadores de Cabo Frio, sendo proibido para todos o mergulho noturno. Deve ser respeitada a ordem de chegada, tendo preferência aquele que chegar primeiro ao ponto pesqueiro.

9.4. É proibido a captura de lagosta com o uso de compressor.

9.5. Os mergulhadores são obrigados a respeitar os seguintes tamanhos mínimos de captura:

Polvo 1Kg

Cavacos 300g

Badejo 1,5Kg

Cherne 2Kg

Garoupa 2Kg

OBS: Tolera-se a margem de 200 gramas por indivíduo capturado.

9.6. Após a captura os mergulhadores deverão refazer as tocas dos pesqueiros de lagostas, polvos e peixes, ficando a descarga obrigatória no cais de Arraial do Cabo.

9.7. Não é permitido o mergulho de “Boqueirão” para dentro da ilha em direção as “Prainhas” quando houver canoas nos pontos pesqueiros.

9.8. É obrigatório o afastamento de no mínimo 30 metros das embarcações de linha.

9.9. Não é permitido o mergulho no local denominado “Saco da Graçainha”.

9.10. Aos Domingos fica proibida a Pesca Subaquática Profissional para descanso dos pesqueiros.

9.11. As modalidades de mergulho poderão ser suspensa de acordo com vistoria periódica dos pontos de mergulho e resultados de trabalhos de pesquisa e programas de monitoramento.

10. Intervenções para a Aqüicultura

10.1. A aqüicultura no interior da Reserva destina-se a intensificar o cultivo e obter o aumento de produção, através de um Plano de Desenvolvimento, que inclui o melhoramento genético, suplementação alimentar e programas de desenvolvimento econômico produtivo com o constante aperfeiçoamento nas técnicas em busca de uma melhor produtividade combinada com o meio ambiente.

10.2. Todos os aqüicultores deverão ser cadastrados pela AREMAC, e cumprirão as obrigações especificadas pelas normas da mesma e das normas ambientais.

10.3. As firmas aqüicultoras pagarão anuidade estipulada pela AREMAC.

10.4. Os projetos serão analisados e liberados pelo diretor da RESEX e posteriormente ouvida a AREMAC quanto aos locais e de implantação dos mesmos.

11. Intervenções para a Pesca Esportiva e Pesca Subaquática Amadora

11.1. É permitida a pesca esportiva no interior da Reserva desde que acompanhada de guias e embarcações devidamente credenciadas pela EMBRATUR/IBAMA/AREMAC.

11.2. É permitida a pesca esportiva de embarcações classificadas como G2J ou G2M, e pertencentes a moradores residentes.

11.3. Fica estabelecido o limite de 30 Kg de pescado para cada embarcação engajada na pesca esportiva.

11.4. Para as práticas de Pesca Subaquática Amadora, os desportistas deverão ser cadastrados na AREMAC, recolher anuidade e só poderão mergulhar por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos aqueles filiados a AREMAC.

OBS: Ficam isentos da anuidade os desportistas tradicionais, respeitando as áreas proibidas no entorno da ilha.

11.5. Os praticantes da Pesca Subaquática Amadora deverão obrigatoriamente obedecer a lista de espécies proibidas e a lista de tamanhos mínimos de captura divulgada e atualizada pela AREMAC.

11.6. As competições de Pesca Subaquática Amadora, nacionais e internacionais no interior da Reserva serão realizadas em parceria com a Confederação Nacional de Atividades Sub-aquáticas, sendo arrendadas embarcações de associados da AREMAC.

12. Intervenções no controle do eco-turismo e esportes náuticos

12.1. Os projetos e ou programas de turismo, serão administrados pela AREMAC, com parceria quando necessário com outros órgãos e entidades a ela filiada, vinculados (as) ao turismo, com observância a disciplina do pessoal a bordo, embarcação apta a operar, com equipamentos, materiais adequados para as operações de turismo.

12.2. Os barcos deverão ainda ser acompanhados de pessoas treinadas na conscientização pública para a educação e preservação do meio ambiente (Guias de Pesca Amadora e Turismo).

12.3. A AREMAC criará um fundo financeiro para o Eco-Turismo, com as arrecadações de taxas, filmagens, produtos e outros.

12.4. Os esportes náuticos serão permitidos nas praias pela AREMAC; observadas as normas municipais e estaduais.

12.5. As firmas e pessoas físicas que instalarem nas praias atividades recreativas que cobrarem ingressos pagarão taxa estipulada pela AREMAC.

13. Intervenções das embarcações de pesca industrial e plataformas

13.1. As embarcações de pesca empregadas na extração e transporte de recursos pesqueiros deverão respeitar os regulamentos de tráfego marítimo e fundeio, e a conservação e preservação do meio ambiente.

13.2. Todas as categorias de embarcações fundeadas no interior da reserva deverão recolher as taxas de fundeio de acordo com a tabela do IBAMA em vigor.

13.3. Os atuneiros deverão apresentar-se ao IBAMA/RESEX na entrada e na saída da reserva. Objetivando vistoria das tinas de isca-viva.

14. Fiscalização da Reserva

14.1. Cada extrativista é um fiscal da Reserva como um todo, cabendo a qualquer um, denunciar à Diretoria da AREMAC ou ao IBAMA, irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno da Reserva.

14.2. A fiscalização e proteção da Reserva será realizada por uma Comissão composta por membros da AREMAC e fiscais do IBAMA, juntamente com outros Órgãos e Fiscais Colaboradores.

14.3. Caberá também ao Conselho Deliberativo, auxiliar na fiscalização, ficando com a incumbência de aconselhar a Diretoria da Associação, deliberando sobre os casos omissos.

14.4. A AREMAC orientará os associados para que este Plano de Utilização seja respeitado e cumprido.

15. Penalidades

15.1. Ao não cumprimento de qualquer das normas constantes do presente Plano de Utilização, fica o infrator no ato da comprovação da irregularidade, sujeito às seguintes penalidades, julgadas e aplicadas pela Comissão mencionada no art. 14.2.

a) advertência verbal;

ANEXO 2**Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo****Decreto de Criação**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 9º, inciso VI, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

DECRETA: Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade de Pernambuco e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo, conforme a seguinte descrição baseada em coordenadas geográficas aproximadas: Limite Oeste: Lat. Sul - 22º56"21" - Long. Oeste 042º 18"02" - Limite Nordeste: Lat. Sul - 22º56"00" - Long. Oeste - 041º 55"30" - Limite Sueste: Lat. Sul - 23º 04"00" - Long. Oeste - 041º55"30" - Limite Sudoeste: Lat. Sul - 23º04"00" - Long. Oeste - 042º 18"02".

Art. 2º A Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo tem por objeto garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo.

Art. 3º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA poderá assinar convênios com as organizações legalmente constituídas, tais como Cooperativas e Associações existentes na Reserva, para proteção e administração da Unidade de Conservação de que trata este Decreto.

Art. 4º A área da Reserva Extrativista ora criada fica declarada de interesse ecológico e social, conforme preconiza o art. 2º do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 03 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Gustavo Krause